CIDADE BRASILEIRA

MURILLO MARX

CIDADE BRASILEIRA

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

Marx, Murilo, 1945-
M355c Cidade brasileira / Murillo Marx. — São Paulo : Melhoramentos : Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

Bibliografia.

1. Cidades — Brasil I. Título.

80-1282 CDD-711.40981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Cidades : Urbanismo 711.40981

MURILLO MARX

CIDADE BRASILEIRA

Edições Melhoramentos
Editora da Universidade de São Paulo

Obra publicada
com a colaboração da

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Capa de
João Carlos Mostério Carvalho

Caixa Postal 8120, São Paulo
Ex-X-1980

Nos pedidos telegráficos basta citar o cód. 7-02-02-013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Um passeio ligeiro e provocante pela cidade no Brasil é o que se pretende. Estimular novas e mais profundas incursões, realçando algum ponto, levantando alguma dúvida, instigando maior discussão. Atentar para os seus aspectos gerais, seus espaços vazios, áreas construídas e para certos aspectos de interesse particular. Procurar peculiaridades na sua correlação com as demais, na sua situação, na sua conformação. Dentre as inúmeras facetas do fenômeno urbano, enfim, destacar o que a paisagem revela da sua vida típica. Busca-se, na verdade, o prisma mais caro ao arquiteto, atenção maior ao ambiente físico e a suas características, ao espaço comum e à volumetria do todo. A cidade, como tal, é obra de todos e, por isso, muito grande e complexa; empenho continuado de gerações. O resultado do seu fazer e de evidentes ou sutis transformações se mostra revelador. O seu passado, como outros fatores do meio físico e social, condiciona a cena e o drama citadinos. Conhecer, portanto, a história de cada aglomeração e a de todas as demais se impõe.

Encarar a nossa evolução urbana reflete preocupação atual e atitude moderna perante um verdadeiro desafio. O presente trabalho se volta, tão-somente e sob ângulo intencionalmente restrito, para os elos de uma rede já extensa. Para bem orientar o impressionante processo de urbanização do país, torna-se também imperativo conhecer melhor e compreender bem as suas povoações. Pois, são elas o móvel principal e o grande interessado nas correntes migratórias atuais. É, sobretudo, uma obrigação conceber a sua realidade mais humana e o seu perfil mais bonito. Ousar a sua mais justa expansão, assim como o seu mais generoso projeto. Nos dias que correm, apresentam-se elevadas nossas taxas de crescimento demográfico; das mais altas em todo o mundo. A população duplica no espaço de uma geração, período em que praticamente se inverteu a relação dos que vivem no campo e fora dele. Momento capital, difícil de avaliar para não dizer de bem dominar. E a transformação prossegue vertiginosamente, se intensifica.

A maioria dos brasileiros já participa do mundo urbano, muitos correm para ele, todos — ainda que de longe e de forma quase imperceptível — sofrem os seus influxos. Já o índio e o caboclo pelos tênues contatos e pela troca miúda, já os mais esquecidos habitantes das maiores concentrações. Nestas, realmente, grande parte dos atores são simples figurantes, cujo pequeno e importantíssimo papel não lhes garante acesso ao mínimo do que aspiram. Não chegam sequer a desenhar, através das moradias e dos locais de convivência, um quadro comum totalmente reconhecido. Compõem uma presença que permeia as outras, como que transitória. Assistem a cidade no sentido amplo e, no corrente, as atividades intensas, os sucessos freqüentes. Os seus vestígios são fartos e variados, porém precários e marginais. Localizam-se, ou surpreendem, nos desvãos do meio atraente que, refratário, exige antes a própria ponderação. Das cabeças-de-porco, das malocas, das invasões não se trata, assim, neste relance inicial para o palco que as recebeu sem acolher.

I
ASPECTOS GERAIS

A baía de Guanabara, o Rio de Janeiro e Niterói capitaneiam longo trecho do litoral e ampla região do interior. A ligação com as minas gerais, no séc. XVIII, proporcionou ao Rio grande impulso e sua preponderância nacional. O porto aí é profundo e a barra bastante estreita.

1 SITUAÇÃO

A cidade brasileira foi fundada, evoluiu e se consolidou na costa mais oriental das Américas. Pequena feitoria, constituiu ponto de apoio ao reconhecimento do extenso litoral, à afirmação da posse e à garantia do tráfico português. De início, não representou atrativo para o colono como as ilhas atlânticas, escala obrigatória como os portos africanos, ou meta fantástica como as Índias Orientais. Compôs, por muito tempo, ramo secundário das longas mas tênues artérias do império lusitano.

O estabelecimento urbano costeiro foi demoradamente exclusivo no Brasil, com apenas uma exceção. Reino antigo, Portugal plantou na Renascença bastiões pelos quatro continentes. Sob a bandeira da luta contra os infiéis ao cristianismo, correu ao lucro mercantilista. Criou postos marítimos avançados e intermediários para respaldar o comércio e o domínio virtual de novas terras. Os espanhóis, ao contrário, fundaram as povoações, também e sobretudo, no interior de suas novas colônias.

Os reis católicos ao atingirem terras americanas apenas haviam consumado a união da Espanha e a chamada Reconquista. Projetaram, então, igualmente para além da península Ibérica, as sedes para o exercício do seu novo poder, de forma imediata e incontrastável. Impuseram-se a gentios de formação social complexa e sedentária; aproveitaram-se de redes urbanas indígenas existentes; geraram centenas de aldeias, vilas e cidades em poucas décadas. De norte a sul, do Atlântico ao Pacífico.

> **"... portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos".**
>
> **Frei Vicente do Salvador**
> História do Brasil, **1627**

O mapa do Brasil revela um desequilíbrio notável. As suas aglomerações urbanas se concentram ao longo da costa; o seu gigantesco território está quase vazio em sua maior parte. É como se a rede de núcleos urbanos fosse se esgarçando a partir do oceano. Os nós dessa rede, as cidades, vão se afastando entre si da praia para o interior. Como nas rendas, aglutinam-se em certas regiões. Na Nordeste, na Sul e na Sudeste, a maior e mais densa.

A desproporção se torna ainda mais impressionante, se considerada a população das aglomerações. As maiores, quase todas, confirmam a norma e se localizam à beira-mar ou perto dele. As duas gran-

Mapa quinhentista da baía de Guanabara em códice da Biblioteca da Ajuda em Lisboa.

des metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, tornam gritantes essa distribuição desigual dos brasileiros, que as capitais estaduais, em grande parte, repetem de Belém do Pará a Porto Alegre.

Pode a História ajudar a compreender melhor esse fenômeno da Geografia humana? Parece que sim, e merece a nossa atenção. Não há como ignorar a marca do passado e da origem da nossa colonização nesse quadro. Algumas das cidades[1]* mais antigas o confirmam: São Vicente e Santos, São Paulo, Olinda e Recife, Salvador, Rio de Janeiro. Não são das mais destacadas? E como negar o significado atual de outras um pouco mais recentes? São Luís, Florianópolis, Fortaleza, Curitiba.

> **"... llevan orden de hacer la conquista de la isla de Santa Catarina, puesto importantísimo..."**
>
> **Grimaldi, ministro de Carlos III de Espanha**
> advertência sobre os portugueses, **1776**

Trechos da extensa costa foram eleitos para as fundações urba-

* Ver notas no final do livro, pág. 141.

O caprichoso curso do rio Tietê é sugerido e o significado da costa entre Angra dos Reis e Cananéia, evidente, neste mapa atribuído a Pero de Magalhães Gandavo.

nas em função da sua latitude, das suas possibilidades de abrigo aos navegantes, da sua ligação com o interior, misterioso e desafiante. E, também, de interesses de espanhóis, franceses e holandeses que se interpuseram e ameaçaram os de Portugal. Que disputa em torno da lagoa dos Patos e da ilha de Santa Catarina, da baía de Guanabara e da ilha do Maranhão! Que corrida por plantar primeiro uma fortaleza no Ceará! Que visão para ocupar logo, e entre outros, o lagamar de Santos! E, sempre, são as ilhas e seus canais, as baías e suas reentrâncias, as barras dos rios protegidos e profundos procuradas, reconhecidas e selecionadas. Umas guardam marcas importantes do passado como Cananéia, Cabo Frio, Porto Seguro e Itamaracá. Outras capitaneiam no presente um vasto setor do nosso litoral.

Os estabelecimentos quinhentistas que se afirmam mais tarde são seguidos por outros nos séculos seguintes, segundo quase os mesmos critérios[2] e ampliando a ocupação portuguesa de fachada. Do Recife, da Bahia, do Rio — que nomes significativos! — o controle da coroa lusitana avança para o Norte e para o Sul. Recua, torna a avançar e se afirma. O desenrolar dos acontecimentos é diferente em São Luís do Maranhão ou em São Pedro do Rio Grande. O esforço e, em especial, o discernimento da importância das regiões ou dos trechos da costa em jogo são os mesmos. Desses trechos, mais particularmente dos postos avançados ou de apoio como Belém do Pará ou Desterro, a atual Florianópolis, vai ser desenhado o perfil marítimo nacional e o da rede urbana brasileira.

> **"— Rio que entras pela terra**
> **E que me afastas do mar..."**
>
> **Mário de Andrade**
> A meditação sobre o Tietê, **1945**

Na boca do sertão, terra adentro e serra acima, não muito longe de São Vicente, o português ensaiou um estabelecimento único, excepcional. Homens, idéias e conveniências diferentes, visão estratégica e atrevimento comuns se cristalizaram em São Paulo. Sua região foi apontada pelas informações de naturais e europeus a respeito do território, pela proximidade e incerteza quanto ao correto curso da linha de Tordesilhas e pelo fascínio do rio da Prata. As suas qualidades eram a borda do campo interiorano e as caprichosas cabeceiras da bacia do Paraná.

A precisão na escolha da região de Piratininga teve reflexos importantes para toda a colônia portuguesa e para o continente através dos tempos. Lenta ou impetuosamente, em distintos momentos da nossa história enormes áreas foram reconhecidas, ocupadas ou urba-

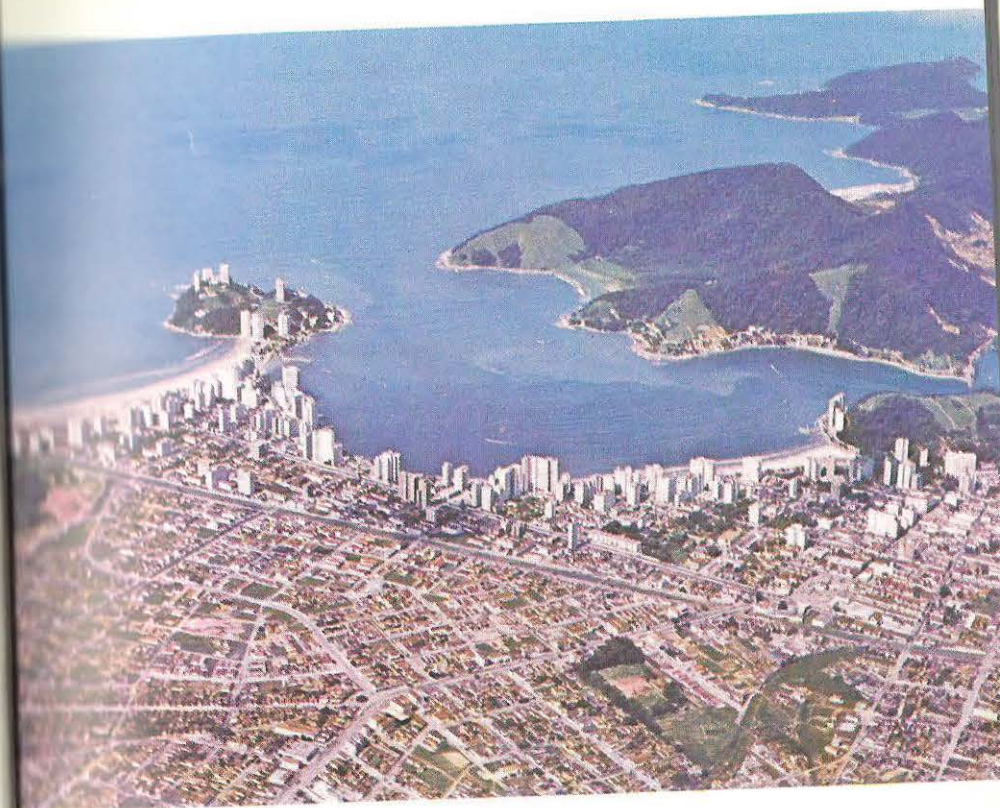
nizadas a partir da paisagem dominada pelo pico do Jaraguá. Voltando as costas para o mar e irrompendo para o sertão, a exemplo do rio Tietê, paulatinamente, ocuparam-se as nascentes de três grandes bacias hidrográficas sul-americanas, descobriram-se as minas gerais e as de Goiás e Cuiabá, integraram-se as paragens disputadas e extremas do sul.

Ao desbravamento dos nascedouros das bacias do Paraná, do São Francisco e do Amazonas, sobreveio a dilatação dos direitos lusitanos na América. À descoberta do ouro, seguiu-se a transfiguração de inúmeros acampamentos de mineradores em assentamentos urbanos permanentes no século XVIII. Ao avanço do desmatamento e do plantio de café, sucedeu a transformação de entrepostos e estações ferroviárias em povoados dinâmicos nos séculos passado e presente.

O posto avançado missioneiro, que recebeu o nome do apóstolo dos gentios, tem hoje como herdeiros a maior aglomeração e o principal centro nevrálgico do país, bem como incontáveis e distantes núcleos da sua rede de cidades. A integração efetiva desta se processa, a partir daquele, pela primeira vez e de forma muito recente[3], com todo o vigor em nossos dias.

> **"...alcançamos a linda e antiquada cidadezinha de São Luís de Cáceres, nos confins da região habitada..."**
>
> **Theodore Roosevelt**
> Nas Selvas do Brasil, **1914**

Como este, muitos núcleos urbanos testemunham um esforço lento e diversificado de interiorização ou, quando menos de ocupação. Ora foram resultado de ações conscientes oficiais, no sentido de alargar nossas fronteiras ou de as garantir. Ora foram expressão de alguma atividade econômica importante para o atendimento de outras regiões. A vastidão do território, as suas variadas condições geográficas e as distintas necessidades históricas regionais conferiram muitas características diferentes às cidades que vieram a surgir no imenso interior.

De Belém, na baía de Jaguará na foz do Amazonas, partiu nos setecentos, seguindo as pegadas seiscentistas das ordens religiosas missionárias, a iniciativa oficial e ambiciosa de fundar uma série de praças fortes nas margens dos rios mais caudalosos do planeta. Subindo o rio (num percurso e duma forma opostos aos que se deram em São Paulo) uma série de fortes e povoados apareceram. E foram batizados, em perfeita coerência com o reino e o tempo[4], com nomes caros aos portugueses: Viseu, Faro, Barcelos... Alguns vingaram e se

São Vicente, primeira Vila na América portuguesa, foi logo superada pela vizinha Santos, melhor porto.

fizeram cidades prósperas; outros guardam vestígios veneráveis ou quase desaparecidos.

Esforços oficiais criaram e vêm criando, igualmente, novos pólos dinâmicos na rede urbana. São os que estabeleceram novas sedes administrativas e políticas com o intuito de conformar de outra forma o governo e a ocupação da terra. Mariana, a antiga Vila Bela, Teresina, Belo Horizonte e Goiânia são exemplos cujo sucesso e influência regional variaram[5], mas cuja importância é preciso reconhecer. São, em outros momentos e situações, as antecessoras de Brasília. A nova capital federal é a síntese dessa ação urbanizadora e a sua expressão mais alta.

Finalmente, entre as fundações urbanas sertanejas que nasceram da riqueza ou da circulação da riqueza, há que lembrar as povoações relacionadas com a comercialização do gado. Surgindo espontânea e estrategicamente tiveram papel integrador notável. Crato, Campina Grande, Feira de Santana, Curvelo, Uberaba, Sorocaba e Vacaria se tornaram florescentes. E concretizaram a integração de regiões diferentes brasileiras, unindo seus respectivos povoados. Foram, como tantas outras cidades atuais, as pontes para o abastecimento e a ampliação de nosso mercado interno[6].

2 SÍTIO URBANO

Escolhida a região, os portugueses elegeram o sítio para erguer um estabelecimento. Tal decisão condicionou o destino regional e o da nova fundação. Ela foi tomada, como no caso de Salvador, com discernimento admirável. Escolhas mais rápidas ou mais circunstanciais[7], no entanto, levaram a mudanças de lugar, como em Cananéia ou no Rio de Janeiro. Definida a sua situação, ao se desenvolver e expandir, o povoado ficou condicionado, também, pelas peculiaridades do sítio original e dos seus arredores.

Gillis Peeters, *Vista do Recife*, São Paulo, coleção R. Parisi. O porto, relativamente distante de Olinda, foi preferido pelos holandeses, nos seiscentos, ao contrário dos lusos. Sítios diferentes e correspondentes a mentalidades distintas.

As primeiras fundações se fizeram no litoral para sua ligação com a metrópole lusitana e com o resto de um império voltado, conformado e cimentado pelo mar. Por isso, o porto foi essencial e decisivo para situar uma feitoria nova. Depois, a necessidade de o defender impôs determinados acidentes geográficos, como uma elevação em Porto Seguro ou uma ilha em Itamaracá. A preocupação com a defesa e a busca de condições topográficas especiais são testemunhadas, também no interior, pela implantação de São Paulo de Piratininga.

Os estabelecimentos mais recentes revelam já outras intenções e preferências por outros sítios. A maior conveniência dos lugares se alterou, ao crescer e se transformar o empenho colonizador. Os arraiais setecentistas mineiros, de sua parte, se fixaram ombro a ombro com as lavras do ouro e das pedras das alterosas gerais. A arrancada oitocentista do café para o oeste gerou patrimônios agrícolas e aglomerados urbanos em paragens muito diversas. E, finalmente, outra implantação tiveram as novas capitais contemporâneas, como a goiana.

> **"...Salvador, onde ela hoje está, que é meia légua da barra para dentro, por ser aqui o porto mais quieto e abrigado pera os navios".**
>
> **Frei Vicente do Salvador**
> História do Brasil, **1627**

O reconhecimento da costa brasileira foi acompanhado pelo batismo dos seus marcos mais notáveis. Entre estes se destacam as desembocaduras dos rios, as enseadas, as ilhas e os arrecifes. Conformam os abrigos naturais que logo mereceram a atenção e a referência dos navegantes. Desde cedo acolheram assentamentos humanos isolados por vastos trechos litorâneos.

Acidentes geográficos tão distintos, nas características quanto nas proporções, como a foz do Amazonas e o canal de Itajuru, lembram Belém do Pará e Cabo Frio. E, avidamente procurados por quem partia das margens do Douro e do Tejo, explicam talvez os nomes sugestivos senão impróprios do Rio de Janeiro, situado numa baía, ou do Rio Grande de São Pedro, junto a uma grande lagoa.

Já o termo geográfico preciso designou, popular e tradicionalmente, Salvador, a vasta baía de Todos os Santos e um grande estado

do país. A nossa primeira capital se situou num dos melhores pontos daquele porto, generoso pela sua profundidade e pela facilidade de se fazer aguada.

Algumas ilhas, ou melhor, os canais que as separam do continente, mais protegidos das correntes marítimas e dos ventos, propiciaram o estabelecimento de São Sebastião e de São Francisco do Sul. Outros exemplos se sucedem de norte a sul por milhares de quilômetros e se correspondem a Bissau e Mombaça no litoral africano.

A simples menção do Recife e de Porto Seguro sugere aglomerados urbanos fronteiros a determinada formação de arenito ao longo das praias e as qualidades das águas que a mesma acalma, em Pernambuco e na Bahia. A denominação portuguesa da capital pernambucana traduz, na verdade, o significado da denominação, de procedência indígena[8], daquele estado.

Todos estes nomes, e tantos outros, são de portos, de cidades e, até mesmo, de estados do Brasil. São, também, os seus elos geográficos e históricos com o Porto e Lisboa, com Luanda e Moçambique, com Goa e Macau. Reportam-nos a implantações urbanas em sítios semelhantes e a experiências comuns a cidades de três outros continentes.

> **"Olinda,**
> **Das perspectivas estranhas,**
> **Dos imprevistos horizontes,**
> **Das ladeiras, dos conventos e do mar."**
>
> **Joaquim Cardozo**
> Olinda, **1925**

Se os portos bons atraíam os portugueses, eram atraentes também para os seus rivais. Por isso, além do remanso importava igualmente a defesa. Os costumes da metrópole assentados na Idade Média se transplantaram para cá. Assim, a concepção mais imediata da proteção de uma praça forte foi dificultar o assédio do inimigo através das escarpas e dos canais. A construção de cidades em acrópole se impôs.

Olinda e São Vicente, duas das fundações mais antigas dos lusos na América, são exemplos dum e doutro recurso de resguardo militar. A primeira, para ficar a cavaleiro do oceano, teve de se instalar um pouco distante do seu porto. Posição incômoda, que a história tornou ingrata. A segunda, plantada em meio a um complexo de ilhas e canais, mudou de lugar, perdeu igualmente a hegemonia, mas com Santos acabou vingando e prosperando na ilha que tem seu nome.

Abrigo para os navios e para os homens era o que procuravam os portugueses nas suas ilhas atlânticas, na Ásia, na África e na Améri-

O "plano inclinado", uma das opções de transporte entre a cidade alta e a cidade baixa em Salvador.

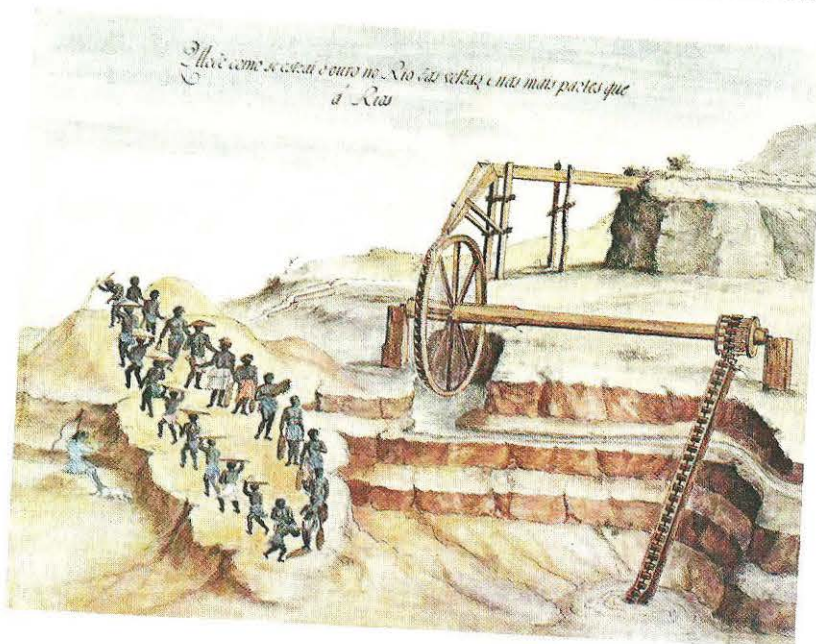
ca[9]. As elevações ou as terras insulares e peninsulares eram as soluções defensivas, alternativas ou complementares junto aos portos. Desses, dois dos mais disputados no século XVII ilustram semelhanças e diferenças de critério.

São Luís, fundada pelos franceses na ilha do Maranhão e logo ocupada pelos lusitanos, floresceu no sítio original onde hoje ainda está. O mesmo critério prevaleceu portanto. Na foz do Capibaribe e do Beberibe, Recife, capital do Brasil holandês, sobrepujou a próxima, mais antiga e ocupada Olinda. Uma outra tradição e uma nova mentalidade trataram a ilha de Antonio Vaz à imagem de Amsterdam, com suas pontes, canais e diques.

"...primam no íngreme da rampa, talhadas como foram pelo molde das escadinhas e ziguezagues de Lisboa e Porto."

José de Alencar
O Garatuja, **1872**

As palavras do cronista parecem se referir às ladeiras de Salvador, Vitória, Olinda ou São Paulo. Dizem respeito ao Rio de Janeiro e, mais especificamente, ao morro do Castelo. Sugerem a relação, tradicional em nossas mais antigas cidades, entre o porto e a defesa, entre a praia e a elevação. Queixam-se do desconforto cotidiano e do pitoresco peculiar dessas paisagens urbanas. São escritas numa época em que já se sonhava com a remoção tanto dum como doutro. Mais tarde, em nosso século, foi removido o morro do Castelo e, com ele, os primeiros e mais importantes edifícios do Rio antigo. A Esplanada do Castelo espelha hoje a vitória da praia, do porto, da baixada, do comércio, enfim da vida mais burguesa e dinâmica, sobre a acrópole, a cidade e as instituições antigas.

A atividade econômica, por vezes, não só batizou com nomes pitorescos, como impôs sítios ingratos às fundações urbanas brasileiras. Extração de ouro no Rio das Velhas.

No seio das aglomerações contemporâneas e muito maiores ficou, contudo, o traço original dessas cidades. Em Salvador, como em Lisboa ou em Luanda, permaneceram a cidade alta e a cidade baixa, no seu sítio espetacular e na sua relação secular. A senhora da baía de Todos os Santos, do grande Recôncavo, da principal capitania e do Brasil de outrora domina ainda o seu panorama magnífico. Desceu, no passado, lentamente para o porto, com auxílio de aterros e contrafortes. Repete agora o processo, esparramando-se pelas praias, onde não vingou sua Vila Velha, e pelos arabescos fundos da sua topografia, onde com muita fama estreou a baixa do Sapateiro.

"Vila Real do Brejo da Areia"

Paraíba
nome da atual Areia, **1815**

A toponímia reveladora das nossas cidades exalta a importância do sítio urbano e das suas vantagens compreendidas. Revela a razão da escolha do lugar e a motivação funcional do estabelecimento. Consagrada pelos temas e pelos santos da religião dominante ou enfatizada pelo saber e pelo sabor da língua indígena, é muito significativa.

Rio de Janeiro, Ubatuba, Recife, Porto Alegre, Igarassu, Paranaguá, Porto Seguro, Angra dos Reis são designações que transcenderam seu sentido primeiro, assim como transcenderam as respectivas povoações, os seus limites e as suas pretensões.

Penha, Penedo, Serro, Sabará, Tijuco, Alto da Lapa, Cachoeira, Itu... cidades ou bairros onde a elevação, ou o desnível do terreno, foi opção, vantagem, talvez empecilho. Exprimem uma dócil tradição que encontrou por aqui topografia caprichosa.

Diamantina, Catas Altas, Vacaria, Granja, Fortaleza, Feira de Santana, Galia (estação ferroviária G), Pompéia (estação P) dão conta através dos nomes, imediata ou sub-repticiamente[10], das razões de sua origem e expansão. As diferentes motivações, nestes casos mais recentes, também elegeram uma região e um sítio apropriado para sua satisfação.

3 CARACTERÍSTICAS

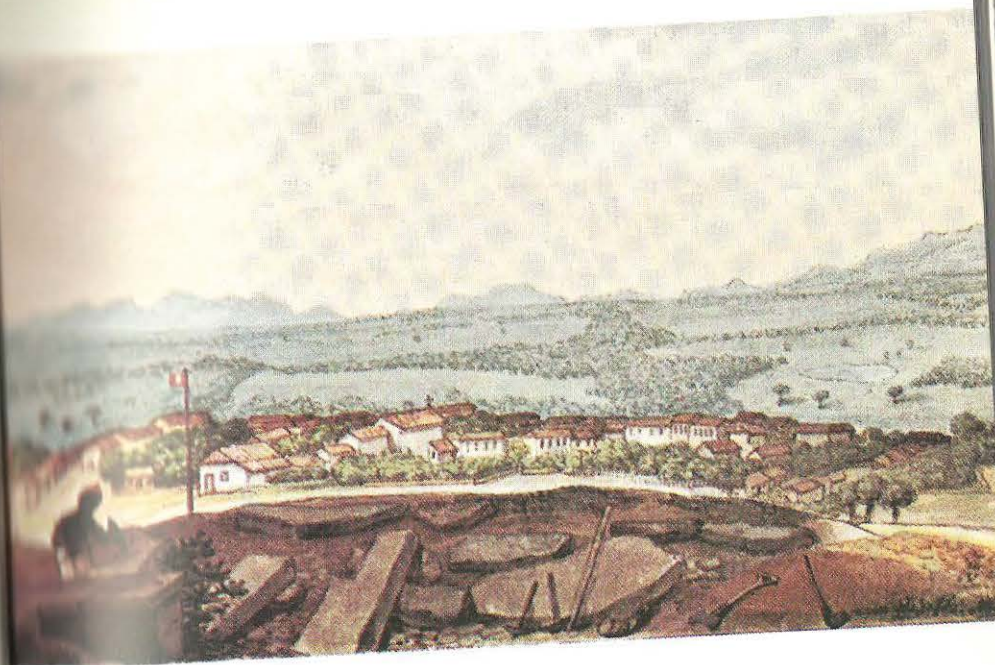
Em geral, a cidade brasileira é irregular, tende à linearidade e, polinuclear, tem um contorno indefinido. Foi assim desde a sua origem, combatendo e derrotando as tentativas para ordená-la de outra

forma, algumas significativas. Manteve estas características com o passar dos séculos e apesar do advento de outras necessidades e aspirações. Novos traçados urbanos surgiram, mas se desenvolveram ao modo tradicional. O desenho urbanístico atual — ou a sua falta — reflete, viva e claramente, uma maneira de conviver indisciplinada e condescendente, forjada nos tempos da colônia.

Os vícios e as virtudes dessa cidade apontam a paternidade ibérica e, particularmente, a portuguesa. O típico aglomerado medieval lusitano foi transplantado para a banda oriental americana da linha de Tordesilhas. O mesmo jeito de plantar povoações se reconhece nas ilhas portuguesas do Atlântico, na África até a segunda metade do século passado[11] e na Ásia. Apenas na Índia, perante certos povos mais organizados, a conquista lusa impôs outras soluções urbanísticas[12]. A usual, a nossa, refletiu as forças sociais representativas no reino e a atenção que dispensaram a seu quinhão de um novo mundo.

As características da cidade portuguesa na América se opõem às da fundação espanhola no continente e nas Filipinas. Um desenho urbano especial foi trazido pelos castelhanos para atender a vasto projeto de colonização. Apreendido nos tratados de arquitetura dos teóricos renascentistas, definido em lei[13], implantado em lugares apropriados às imposições de um império em construção. O estabelecimento colonial espanhol contrasta com as cidades de cunho medieval na península Ibérica[14] e no ultramar português. É, com poucas exceções, regular, em grelha, mononuclear e tem certa nitidez de limites.

> **"Vila Rica tem tão pouca regularidade, que é extremamente difícil dar dela uma idéia suficientemente exata."**
>
> **Saint Hilaire**
> Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, **1830**

Como as cidades medievais, acomodando-se em terrenos acidentados e à imagem das portuguesas, as povoações brasileiras mais antigas são marcadas pela irregularidade. Há casos extremos, como o denunciado em Ouro Preto, e outros menos evidentes, como o de Goiana em Pernambuco. É constante a presença das ruas tortas, das esquinas em ângulo diferente, da variação de largura nos logradouros de todo o tipo, do sobe-e-desce das ladeiras. O sítio urbano, geralmente, decide e justifica esses traçados irregulares[15]. E, na verdade, uma determinada idéia e imagem de cidade o escolheu para assento. Os corações históricos das maiores e mais transformadas aglomera-

Curitiba, registrada por Debret no início do século passado.

ções atuais são exemplos desta característica, nossa velha conhecida. São empecilhos à vida moderna e, como em São Paulo, quase o único testemunho do estabelecimento colonial.

As fundações urbanas mais recentes, particularmente as dos últimos dois séculos, além de terem outra implantação, são de traça mais regular. Tendem ao desenho em tabuleiro de xadrez em terrenos mais planos e uniformes. Ainda assim, a sua expansão não tem respeitado o quadriculado original, moldando-se às condições topográficas ou fundiárias[16]. Tem evitado as elevações ou depressões mais acentuadas e, sobretudo, procurado a exploração comercial mais vantajosa das glebas que vão sendo loteadas. O resultado é um conjunto heterogêneo de quadras e vias públicas. Mesmo que predomine o reticulado, dimensões e direções diferentes justapõem-se ou se contrapõem. Disso, centenas de núcleos urbanos do oeste paulista e norte paranaense são prova cabal. Da monotonia ordenada inicial destes herdeiros do avanço fulminante dos cafezais vai-se passando a uma verdadeira colcha de retalhos maior. Numa escala mais ampla e com outra fisionomia confirmam a irregularidade geral.

Os antigos arraiais mineiros, com sua topografia acidentada, levam ao extremo e ilustram bem a irregularidade, a tendência linear, a existência de vários pólos de atração e a indefinição do perímetro, características de nossas cidades desde os primeiros tempos aos atuais.

Há exceções que demonstram este aspecto típico das nossas cidades de ontem e de hoje. Salvador, fundada como primeira sede administrativa da nova colônia portuguesa, situou-se da maneira tradicional sobre escarpada elevação. Porém, teve e guarda um centro reticulado, que luta por se adaptar a um relevo rebelde. Dentro do perímetro original da capital baiana, o tabuleiro curioso ainda pode ser apreciado. Fora, no entanto, para além do largo do Pelourinho ou da praça Castro Alves tudo muda. O rumo dos becos e das vielas, ou mesmo das ruas e avenidas, se reconcilia com a topografia caprichosa, abandonando a regularidade pretendida. Niterói é outro exemplo de um plano regular do início dos oitocentos, rasgado junto à praia em frente à segunda capital do país. O seu crescimento e o contorno da baía de Guanabara lhe impuseram a recusa dos quarteirões bem alinhados. Finalmente, com um desenho geometrizante, ao transpor com incrível rapidez os limites da avenida do Contorno, Belo Horizonte galgou as faldas da serra do Curral del Rei numa profusão caótica de loteamentos diferentes e contrastantes. A irregularidade acabou vencendo nestes e noutros casos de exceção.

"... e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem."

Sérgio Buarque de Holanda
Raízes do Brasil, **1936**

A linearidade é outra característica tradicional que chegou a nossos dias. Como algumas aldeias medievais se desenvolveram ao longo dos caminhos, explorando-lhes as vantagens comerciais, muitas das brasileiras tiraram proveitos da mesma disposição[17]. A própria abertura das rodovias tem estendido essa peculiaridade, ao longo das mesmas, de forma até pouco tempo insuspeitável, com a instalação de fábricas e distritos industriais inteiros, de pequenos conjuntos habitacionais e verdadeiras cidades-dormitórios novas. E, como tantas vezes o espaço disponível era apertado entre a montanha e o mar ou um rio, foi o mesmo ocupado como bem ilustra a chamada zona sul do Rio de Janeiro.

O sítio original de topografia acidentada tendia, como não acontece em Olinda, a se cercar de arredores igualmente tormentados. Salvador, São Paulo e Rio são amplos quadros urbanos[18] bastante montanhosos em que o tecido de ruas e avenidas avançou muito além dos tímidos percursos coloniais. E o fez como pôde em meio a obstáculos como a orla, várzeas e colinas. As duas cidades litorâneas, por isso, realizaram no correr de sua já longa vida grandes trabalhos de engenharia, derrotando aqui e ali empecilhos naturais consideráveis. Perante a natureza, contudo, seguiram o caminho mais fácil sempre que possível. Condições mais amenas exigiram menores empenhos de São Paulo que, ainda muito sintomaticamente, só há pouco tempo vem ocupando as suas baixadas e marginais.

O crescimento dos povoados em acrópole exigiu o aproveitamento dos espigões ou linhas divisoras de águas para as vias e para as construções. Facilitava-se, desse modo, a circulação e se garantia o escoamento das águas pluviais. O casario junto às ruas encontrava nessas cristas terrenos mais sólidos que terminavam, sempre que possível, em quintais mais aptos à evacuação das águas servidas e dos dejetos. De outra parte, a ligação da cidade alta protegida, com a cidade baixa servida pelo porto, criou caminhos sinuosos, em declive acentuado, que procurando o trajeto mais cômodo ou praticável, tornavam-se freqüentemente muito longos. Esses percursos eram um chamariz importante para todo cidadão e, especialmente, para todo negociante se instalar. Certificavam-nos de que, mais dia menos dia, as gentes e as poucas facilidades da vida urbana por ali passariam.

As vantagens das ligações entre pólos da cidade, entre freguesias próximas, ou entre povoações diferentes tiveram influência na nossa paisagem urbana, conferindo-lhe uma feição linear. Prossegue essa

tendência, e de maneira que exige especial atenção. De fato, possibilidades técnicas novas estão disponíveis e impõem consideração. De um lado, o arranha-céu permite utilizar várias vezes um terreno, no que tange à área que se pode construir e comerciar. Não só as atraentes ruas e avenidas principais sofrem uma ameaça de asfixia pela sucessão desordenada de edifícios de vários pavimentos, como também toda uma povoação ou bairro. De outro lado, as estradas e autopistas, tão importantes para a economia regional, vão atraindo também grandes complexos fabris e habitacionais que tendem a congestioná-las, com perda de muitas de suas vantagens maiores para a região e suas aglomerações.

O traço linear de nossos centros é tão saboroso quanto possível gerador de privilégio. A cidade se acomoda às imposições da natureza como às da sociedade desorganizada[19] ou despreparada para o viver urbano. No interesse da própria correção desta peculiaridade sugestiva e no sentido da melhoria das condições de nossas cidades, ela deve ser estudada, avaliada, bem orientada e então valorizada e explorada. Antes que se dissolva numa mancha urbanizada disforme, física e socialmente. Desarrumada e injusta.

> **"Ó Santos da Idade Média,**
> **descei por esta ladeira,"**
>
> **Cecília Meireles**
> Balada de Ouro Preto, **1949**

Na irregularidade usual e ao longo do serpenteado de construções, encontravam-se os estabelecimentos religiosos com importante papel sócio-econômico-cultural no passado. Quase sempre, sua presença e influência superavam as de quaisquer outras instituições, incluindo as do governo local ou metropolitano[20]. Em torno das capelas, capelas curadas, paróquias, sés, irmandades e conventos surgiram as maiores concentrações de vida e de privilégio nas cidades. A morada, o negócio e, quando não a sede administrativa[21], gravitaram à sua sombra. A tendência foi então a formação de núcleos variados de atração no tecido urbano, com o predomínio dos largos, pátios e terreiros, cada um em seu setor ou freguesia eclesiástica. Mais recentemente uma praça de Matriz se impôs pelas povoações do interior com destaque indiscutível; ainda assim, outros pólos irradiadores de atividades já apareciam e estabeleceram se não a concorrência, pelo menos uma distribuição de funções. É o caso, afinal, das estações de trem ou de ônibus.

A diferença entre as aglomerações urbanas portuguesas e espanholas na América é flagrante e ilustrativa neste aspecto; um traço

distintivo ainda atual e muito claro entre as nossas urbes e as suas irmãs latino-americanas. O traçado em grelha destas dispunha de uma praça central — a *Mayor* ou de *Armas* — em torno da qual se instalaram os principais edifícios do poder temporal e, quase sempre, a matriz ou sé. Pretendido, obrigatório e realizado, esse centro cívico era de hegemonia inquestionável e aparência incontrastável[22] nas terras americanas de Castela. Qualquer outro centro de atração, até mesmo os monumentais conventos das ordens religiosas mais influentes, não chegava a ameaçar a sua primazia na ordenação urbanística de vilas e cidades.

Hoje, os templos foram substituídos, quanto à importância na vida cotidiana, por locais de atividades mundanas como o comércio, a indústria e o lazer. Os primeiros viram aparecer concorrentes como os pólos de negócios ou de serviços, as fábricas ou as áreas de recreação. À distância, próximos ou — quantas vezes! — em seu lugar. Mas ficou, num e noutro caso, esta peculiaridade enriquecedora da

Arredores de Garibáldi no Rio Grande do Sul.

As ruínas da missão jesuítica de São Miguel denunciam uma rigorosa disposição dessas construções sobre a pampa gaúcha e em torno do vasto largo quadrangular, à direita.

paisagem citadina brasileira... problemática também. Presente a tradição e ausente o centro de cidade nítido e único, a nossa concentração urbana atual, quanto maior mais evidentemente, conta com um sem-número de núcleos, que brotam e desaparecem ao sabor do preço da terra e da gratuidade dos planos de urbanismo. Ora são os centros de compra, os distritos industriais, ora os locais privilegiados de circulação e de recreio. À dimensão muito maior da cidade contemporânea, soma-se o costume velho de não se dispor duma referência central para o cidadão, para o seu espaço e o seu tempo.

A antiga Vila Rica é o exemplo extremo desta gravitação da cidade brasileira em torno de diferentes núcleos e do esforço para corrigi-la através da criação de um só. Tem uma razão muito particular para isso e um desenvolvimento curioso. Advindo dos arraiais que se travestiram rapidamente em freguesias e acompanharam as lavras do ouro pelas encostas do vale do Funil, Ouro Preto cristalizou-se em torno de muitas capelas, com seus sucessivos bairros soldados por um raro centro cívico no Brasil. Sem ser cidade foi capital de Minas por muito tempo; sem ter catedral dividiu-se em duas matrizes. Sem timidez ocupou os píncaros barrocos com suas capelas e ordens terceiras. É um caso excepcional e muito ilustrativo para a maioria das nossas outras povoações, que fazem uma regra geral mas não a tornam tão evidente.

"...ou por se a cidade ir estendendo muito por fora dos muros; e, seja o que for, agora não há memória aonde eles estiveram."

Gabriel Soares de Souza
Tratado Descritivo do Brasil, **1587**

Essa constatação feita no primeiro século da colonização e quatro décadas após a fundação da sede do governo-geral poder-se-ia repetir ao longo da nossa história e seria pertinente para um observador atual. A irregularidade, o desenvolvimento linear e a diversidade de núcleos dinâmicos da nossa cidade vêm acompanhados de uma indefinição de seus limites ou da sua fronteira com o campo[23]. O tipo de vida e o caráter da expansão urbana fizeram o cenário dos povoados morrer suavemente nas matas e nas roças dos arredores. Ou por outra, sugerem brotar ele da paisagem agreste ou devastada.

Até o século presente, o panorama social foi mais rural do que urbano e as freguesias, vilas e cidades refletiram isto, seja nas características anteriormente apontadas para o seu âmago, seja no seu entorno. Houve exceções e variações de grau. As cidades mineiras da corrida ao ouro e ao diamante, constituíram-se por causa e sobre as catas dessas preciosidades. Não tiveram de início retaguarda próxima para o seu abastecimento de gêneros agrícolas ou para a promoção econômica das suas terras incultas. Eram arraiais, como indicam tantos de seus nomes tradicionais; acampamentos[24] de gente que acabou ficando. E ficando com a sua vida típica. Não definem também eles seu perímetro, que é o das lavras; lutam quando podem para afirmar a sua dignidade urbana.

Neste século, o quadro social se altera e com rapidez considerável. A concentração urbana se agiganta e vai passando a predominar, assim como o tipo de vida urbanizada. As cidades crescem muito e depressa; as normas para o crescimento são tímidas e imprevidentes. O valor das terras, dentro e na borda das aglomerações, aumenta. Compram-se e retalham-se glebas; vendem-se lotes de todo tamanho e forma. Os loteamentos expulsam as roças e os matos. Quebram a ordem dos campos, impedem a ordem da cidade futura. Tornam, em toda a parte e em qualquer escala, caótico e portanto indefinido o contorno urbano. A separação entre cidade e campo.

4 EXCEÇÕES

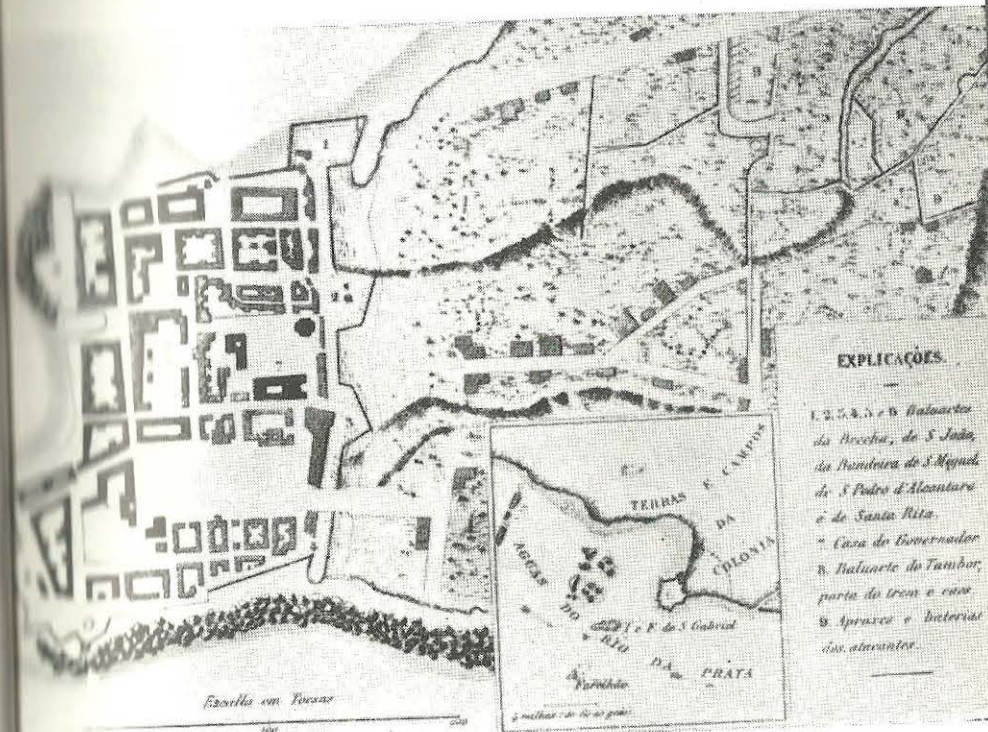
O feitio característico dos aglomerados urbanos brasileiros tem suas exceções. Não são muitas e confirmam a regra geral. Ilustram, quanto à origem e ao destino diferente de cada uma, outros quadros

sociais, outros objetivos políticos e econômicos, outras orientações culturais. Refletem momentos particulares e distintos da ocupação do imenso território americano português. Estendem e dão novo alento, também, à rede urbana em formação. Ora preenchem alguma lacuna, ora corrigem perante outras necessidades uma tendência tradicional superada.

As fundações urbanas, que se destacam por outras características que não as da maioria, resultam de programas diferentes do usual. Provêm de outros ocupantes da terra, como os holandeses de diferente mentalidade, como os jesuítas com outra estratégia e pretensões, ou mesmo de portugueses frente a problemas específicos exigindo soluções especiais, ou ainda de brasileiros em ciclos de riqueza e penetração do interior ou em momentos de consciência do seu imenso espaço a ocupar. Estes programas, impostos de quando em vez, levaram a desenhos urbanísticos precisos. Muito elucidativos quanto a sua concepção e evolução, merecem análise.

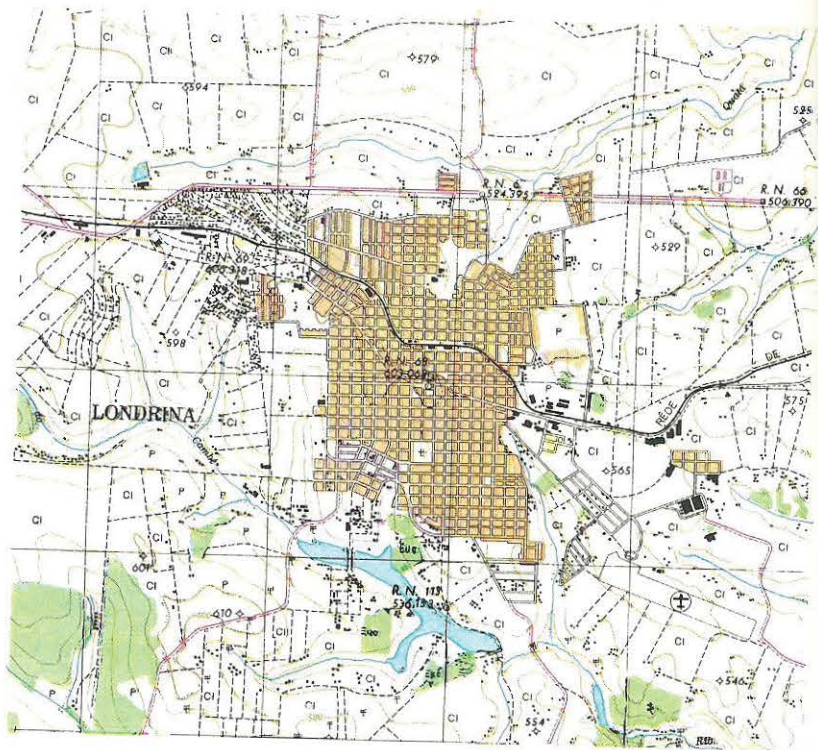
Tais traçados pré-concebidos variam segundo seus autores, suas intenções e suas circunstâncias. Têm, contudo, uma regularidade que foge ao comum no país. Foge, mas nem sempre escapa. Vários deles não denunciam mais do que um exótico desenho inicial, corrompido ou amaciado posteriormente. O esboço de um núcleo central e dominante, assim como, de um perímetro claro e definido se mostra mais perceptível do que realizado plenamente. São cidades que vingaram, reformaram a rede urbana brasileira e foram, no seu âmago, redesenhadas por ela.

> **"Eu são emformado que os Padres da Companhia de Iesu que residem nesas partes emtrão pela tera demtro sem vossa licença nem companhia allguma..."**
>
> **João III de Portugal**
> carta a Duarte da Costa, governador do Brasil, **1554**

Entre os aldeamentos de índios, fundados por missionários ao longo de toda a nossa história e ainda hoje, destacam-se os dos padres jesuítas. Foram os mais numerosos e mais amplamente difundidos[25] por todo o país. Alguns minguaram e desapareceram, outros cresceram e se tornaram vilas e cidades. Merecem destaque por terem um ordenamento urbanístico próprio, que procurava dar forma ao projeto social dos inacianos. Denotam pelo seu traçado a disciplina e o método de redução dos indígenas ao cristianismo, bem como, a organização e a cultura dos religiosos. De fato, sempre estiveram atentos os governantes à poderosa Companhia de Jesus, a sua hierarquia internacional e a sua orientação própria. Da sua relativa indepen-

Planta da Colônia do Sacramento, por ocasião do ataque espanhol de 1777.

dência herdamos alguns espaços urbanos originais espalhados pela nação.

O seu pequeno aldeamento missioneiro, constituído em torno de uma praça e de frente para um templo, se distingue das nossas outras pequenas povoações. Abrantes, Nova Almeida e Carapicuíba são exemplos baiano, capixaba e paulista, em diferentes proporções e condições desse rigor maior na distribuição dos lotes e das construções. Estas antigas missões se reportam aos pátios em frente a igrejas e colégios jesuíticos que, embora mergulhados em algum canto de nossas cidades antigas, apresentam personalidade distinta. Como não ter a atenção despertada para a regularidade e a geometrização do traçado do Terreiro de Jesus na Bahia ou do Pátio do Colégio em São Paulo?

O grande aldeamento de índios deixou vestígio no Sul. Os chama-

Traçado típico das muitas e recentes povoações devidas ao café: regularidade, conformação arredondada, núcleo nítido, contorno definido. Por esta planta de Londrina, em 1962, já se antevê uma expansão mais desordenada em função do relevo, dos caminhos e das propriedades na periferia.

dos Sete Povos das Missões, parcela de uma trintena de fundações missioneiras junto aos rios Uruguai, Paraná e Paraguai, são hoje ou monumento grandioso como São Miguel das Missões, ou cidades gaúchas como Santo Ângelo e São Borja. Aquele como estas, no seu núcleo original, atestam um desenho urbano impecável de ruas ortogonais e praça quadrangular, exatamente delineadas. São testemunhos que encontramos também no Paraguai e na Argentina. Refletem em volumes e espaços a idéia de sociedade[26] que os irmãos e padres jesuítas com visão, audácia e muito sacrifício lutaram por implantar nas Américas. Dentro das mais modernas técnicas urbanísticas de então, ilustram ser a conformação das cidades imagem das concepções de vida humana em comum.

"E depois passará a Guaratuba aonde tenho mandado fazer hũa Povoação, e examinará os termos em q. vay."

Morgado de Mateus, capitão-general de São Paulo
instruções a seu ajudante-de-ordens, **1766**

No séc. XVIII, iniciativas oficiais notáveis tiveram lugar no Norte, no Oeste e no Sul para assegurar a posse das terras além da antiga linha de Tordesilhas, já descobertas e varridas por brasileiros. Através da fundação de fortes, feitorias e povoações, a rede urbana foi alargada até o que são as atuais fronteiras do país, delineando o que viria a ser seu mapa. Esses postos avançados e de apoio tiveram, ao contrário da imensa maioria dos núcleos mais antigos e quase sempre costeiros, um desenho urbano regularizado deitado sobre sítios mais planos e homogêneos. Têm, em escalas diversas, a marca do iluminismo e do exemplo da reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755.

A partir da imensa foz, por milhares de quilômetros terra adentro e subindo o rio Amazonas, uma série de estabelecimentos foram criados em apoio às missões, existentes desde o século anterior. Significativamente, nomes de vilas, cidades e da monarquia portuguesa foram repetidos pelas selvas equatoriais como Óbidos, Santarém, Bragança e Beira. Alguns desapareceram como o Forte do Príncipe da Beira, sobreviveram à sombra das fortificações como Olivença, ou ainda, como Santarém, prosperaram e se fizeram importantes na imensa região, ostentando um risco inicial nem sempre rigoroso mas inquestionavelmente regularizante.

No Oeste e no Sul, ao contrário, foram os altos cursos dos rios platinos descidos e ungidos pelos lusitanos com praças fortes, que têm as mesmas características novas então e excepcionais na nossa evolução urbana. Até mesmo na desembocadura do rio da Prata, em frente a Buenos Aires, foi fundada a Colônia do Sacramento, que pela sua posição estratégica mereceu não só uma esmerada ordenação arquitetônica militar, como descrições e esboços que a demonstram regular. É uma das importantes cidades uruguaias atuais, enquanto outras, por exemplo Corumbá e Forte Coimbra são aglomerados fronteiriços brasileiros.

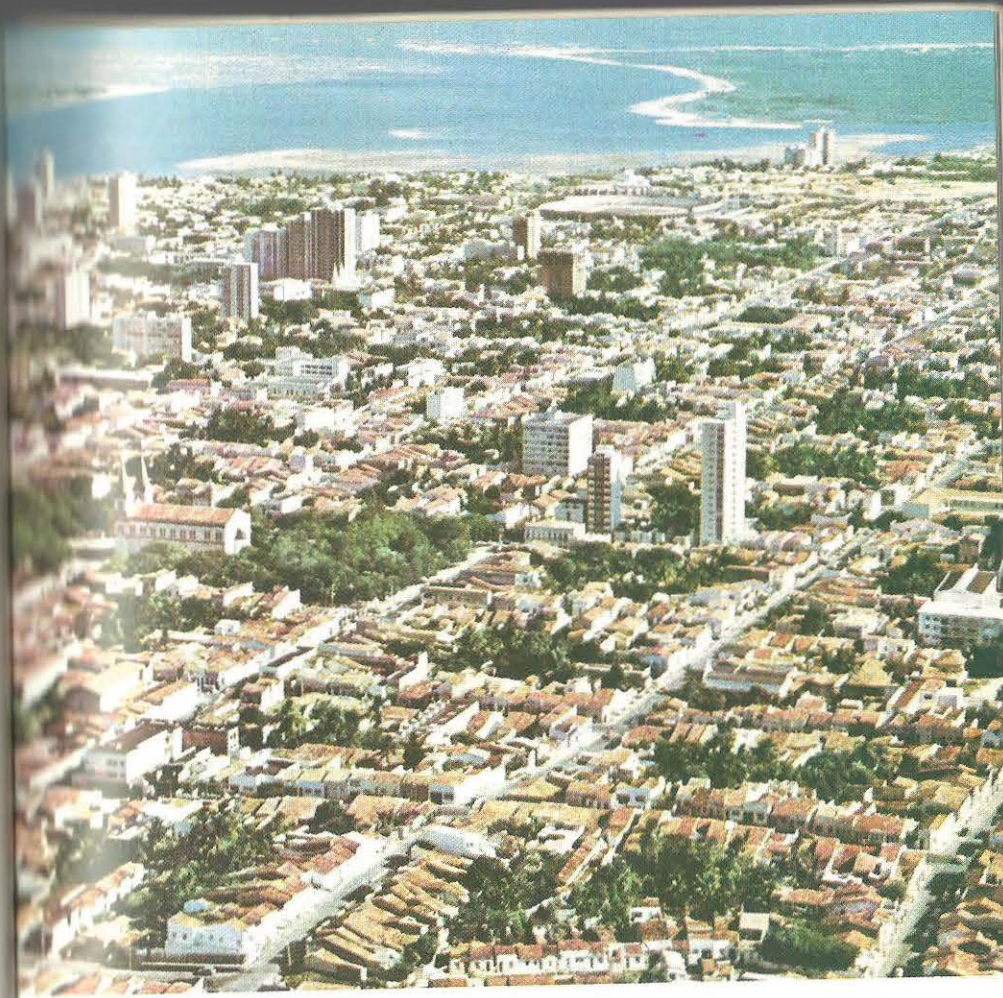
Mais como conjunto de apoio, reforçando a rala rede urbana existente nas terras sulistas, uma constelação de vilas novas e com outro desenho apareceu. No litoral, garantindo o pouso entre o litoral e o planalto, reforçando as ligações com o extremo sul e apontando para o oeste virgem foram promovidas Guaratuba e Antonina, São Luís do Paraitinga e Cunha, Itapetininga e Lages, Campinas e Castro. Marcaram a integração da capitania de São Paulo[27], as dis-

cussões sobre a estratégia portuguesa no Prata frente aos espanhóis e a política do governo forte e esclarecido de Portugal na época. Exibiram um risco renovador, regular e excepcional entre as demais povoações.

> **"Tantas cidades no mapa... Nenhuma, porém, tem mil anos. E as mais novas, que pena: nem sempre são as mais lindas."**
>
> **Carlos Drummond de Andrade**
> Poema novecentista

À riqueza trazida pelo café devemos a expansão maior e recente da rede urbana brasileira. E um grupo grande de núcleos urbanos com características próprias e diferentes das cidades brasileiras tradicionais[28]. A vigorosa marcha dos cafezais para o oeste promove centenas de novas fundações em São Paulo, Paraná e Minas. As matas virgens cedem lugar a fazendas e povoados. Umas e outros vão retalhar a terra roxa, tendo em vista as peculiaridades geográficas e as vantagens da comercialização das glebas e dos lotes urbanos. O tipo de sítio disponível, numa paisagem muito homogênea, o trem, novo meio de transporte com suas exigências de trajeto, e a rápida divisão e venda dos terrenos geram uma cena urbana nova, monotonamente repetida e regular.

O homem, que foi trabalhar nos cafeeiros, nas tulhas e nos entrepostos do café, prosperou e se estabeleceu. Tornou-se um pioneiro, que levado pelas ferrovias até suas "pontas de trilho", se lançava ao desbravamento de terras férteis e ao povoamento de patrimônios rurais e aglomerados urbanos novos. Ano a ano, com impressionante rapidez e vigor esparramou-se a antes pequena e pobre cadeia de cidades, a partir de São Paulo. Repetiram essas fundações o avanço dos preadores de índios de outrora, porém ao contrário deles avançaram para ficar. Construíram o que hoje é o setor mais denso e próspero da rede de cidades brasileiras e cujo papel integrador inédito em escala nacional, através das rodovias, ainda pede uma justa avaliação.

As peculiaridades destas centenas de aglomerações novas são excepcionais entre nós pela regularidade de conjunto em cada uma. Como Mococa, Matão, Bauru ou Gália, os espigões ou chapadas acomodam ruas em tabuleiro de xadrez e uma sempre presente praça central, a da matriz. Paisagem e referência usuais no oeste paulista, que conferem feição marcante e monótona, tanto aos estabelecimentos rurais como urbanos. Entre o divisor de águas ou a estrada de ferro e o fundo do vale ou o abastecimento de água[29], quadras regulares descem suavemente exibindo casarões que anunciam a república ou

Aracaju, feita nova capital de Sergipe em 1855.

Fonte: Sua Boa Estrela, Mercedes Benz.

edifícios de apartamentos que apontam para o novo mundo industrial. Regularidade, conformação arredondada, núcleo central e contorno mais nítidos são traços evidentes e exaustivamente repetidos.

> **"Art. 4º — Fica transferida, desde já, da cidade de S. Cristóvam para a de Aracaju a Capital da Província."**
>
> **Assembléia Provincial de Sergipe**
> Resolução nº 413 de 17 de março de 1855

O grupo menor de estabelecimentos urbanos brasileiros excepcionais pelas suas características é o que reúne os casos de maior influência. É o das novas capitais. A sua fundação, ou adaptação com este objetivo importante, conferindo especiais prerrogativas a uma aglomeração sobre as demais, motivou a ordenação condigna do plano urbanístico. O exemplo mais antigo é Salvador, criada já com a categoria de cidade, com traçado reticulado, praça principal e contorno fortificado. Há que lembrar também os esforços para ordenação urbanística do Rio de Janeiro, que nunca foi vila, quando se afirmou e cresceu, passando de praça forte a capital. E, nos tempos coloniais, o desejo frustrado mas manifesto[30] de consolidar Mariana como sede administrativa das Minas Gerais, elevada primeiro a cidade, merecedora da mitra episcopal e de traça mais regular.

Teresina e Aracaju são capitais novas e bem desenhadas de províncias do Império. Uma, levantada ainda no interior do Piauí em 1851, outra, mais junto à praia sergipana em 1855. Com o foro de cidades privilegiadas entre as outras mereceram estudo e debate, por vezes ásperos, quanto a sua situação e seu sítio e contaram com alguma ordenação a mais para a utilização da terra a ser edificada. O plano em grelha, as ruas bem alinhadas e ortogonais, as praças e prédios principais destacados. A questão da mudança da sede do governo se colocou também para São Paulo. Poderia ser reaberta, ao contrário das experiências nacionais mais significativas, sob outros ângulos que não o do pioneirismo. O avanço para o oeste já foi aí promovido pelo café, o estado se encontra ocupado e dispõe duma rede urbana ímpar no país.

Dos tempos republicanos são exemplos correspondentes as mudanças das capitais de Minas e de Goiás. Segundo plano de Aarão Reis, a nova Belo Horizonte se instala em 1897, dominada pela serra do Curral del Rei. Sua localização entre os antigos arraiais do ouro e os mais esparsos da criação de gado[31] é acerto atestado pela sua atual projeção e vigor. Idosa como uma pessoa, já é a terceira cidade brasileira. Seu nome sugere sua situação e a raridade de topografias mais suaves nas alterosas, como em distintas extensões encontramos também em Mariana e São João del Rei, capitais dos sonhos de governantes e inconfidentes[32]. Goiânia sucedeu a Goiás Velho em 1935 e, igualmente, entre os núcleos antigos da mineração e os novos da pecuária. Projetou-a, centralizada pelos palácios estaduais, Atílio Correia Lima. É hoje das maiores cidades brasileiras.

Como se vê, a nova capital federal, a grande experiência atual, a mais ousada e requintada exceção, não é nem a única, nem a primeira; culmina uma apreciável e um tanto esquecida tradição de ocupar a imensidão da terra através da fundação de cidades e de civilizar os

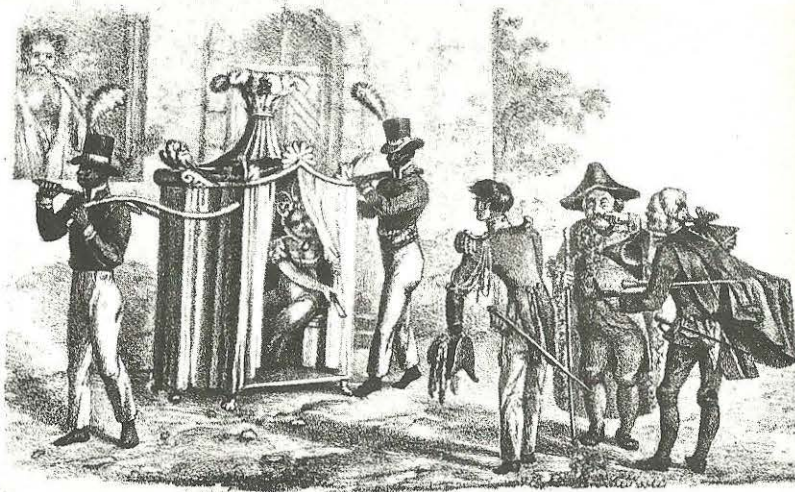
vazios que a nossa evolução peculiar legou. Corresponde, historicamente, às capitais estaduais descritas e sucede no plano nacional a Salvador e ao Rio. Reflete como as outras o desejo de mudar a localização da capital e o curso do destino comum. Ao cuidado na escolha do seu sítio corresponde o seu projeto, lançado no planalto Central como proposta de uma nova vida urbana, adulta, independente e fraterna. Que contagie nossas outras cidades, antigas e novas, banhadas pelas três grandes bacias hidrográficas, que no divisor de águas comum têm agora Brasília!

II
VAZIOS

5 AS RUAS

As ruas se destacam na cidade brasileira tradicional, entre os inúmeros vazios. Na trama urbana, amoldada ao sítio e irregular, a linearidade usual delas provém. Perfilam o casario na direção dos pontos de interesse e de conçentração realçando espigões, descendo encostas, beijando várzeas. Mais do que o rego deixado pela via pública, o corpo contínuo e serpenteado do casario denuncia ao longe o curso das ruas, ruelas e becos. A direção caprichosa desse conjunto de cheios e vazios marca a personalidade da povoação e lhe dá a fisionomia própria.

A vida urbana tem nas ruas o caminho dos largos, dos edifícios importantes, do campo e das outras cidades. Confia-lhes, por isso, a feira, a procissão, o pretexto de encontro. Os próprios largos são uma continuação das ruas, um determinado trecho e momento seu diante das construções mais significativas, o seu clímax. Qualquer seg-

Uma rua de Alcântara, Maranhão. A suave curvatura, o leito horizontal. Será constante a sua largura? Haverá uma ladeira deixada para trás? Serão normalizadas as suas faces laterais, as suas edificações lindeiras?

Cadeiras de aluguel.

mento de caminho público, que ligue dois desses alargamentos especiais e atrativos, passa freqüentemente a ser o principal da aglomeração. É o caso típico das ruas Direitas. Direitas entre uma coisa e outra referência importante; percurso ótimo do comércio e da vida mundana.

A existência de diversos centros de interesse confere ainda mais expressão à rua. A distribuição e a utilização da terra — a ocupação do solo urbano — são reveladoras. Todos se acotovelam com seus terrenos, suas casas e negócios; apertam-se para estar presentes à rua, por ter uma frente pequena para este espaço[1], por participar da vida da cena citadina. Daí, os lotes estreitos e longos[2]. Estreitos por disputarem a preciosa intersecção do mundo privado com o coletivo, a testada do terreno. Longos para conterem a área necessária aos proprietários. Este o padrão que torna peculiar nossas aglomerações mais antigas.

"o povo
de novo
na rua
— seu sistema
planetário
diário."

Cassiano Ricardo
Lâmpada do Operário, **1971**

A trajetória das ruas é típica nas nossas cidades, seja pela herança do passado, seja por imposições da topografia ou da sociedade. Um curso geralmente tortuoso vai desvendando novas perspectivas, surpresas e obstáculos. Muito da graça de nossa paisagem se deve a visuais que de repente se abrem, para quem percorre uma rua, revelando ora uma construção de maior interesse, ora um ângulo insuspeitado do conjunto urbano. O urbanismo medieval português está presente[3] de forma sutil, suavizado pela delicadeza da arquitetura. Aqui é uma perspectiva que se arremata no fim da rua, como diante da igreja da Ordem Terceira do Carmo em São João del Rei; ali é uma avenida que não cessa de mudar de rumo, de um lado para outro, para cima e para baixo, como a Chile e Sete de Setembro em Salvador.

Os melhores exemplares dessas típicas ruas brasileiras são as que se chamam Direitas, hoje motivo de ironia. No sentido vulgar não têm nada de direitura; são curvas e variam de largura ao longo do trajeto. Porém, são seguras na rota não euclidiana que tomam. Seu nome, agora pitoresco, é apropriado à função que tinham noutros tempos. Ligar, levar de um ponto importante a outro, quase sempre dum pátio ou duma construção religiosa a outra. Assim, em São Paulo a rua Direita levava o transeunte da Sé direto à igreja de Santo Antônio, e vice-versa. E no Rio, do mosteiro de São Bento à irmandade da Misericórdia.

Contemporaneamente, diferentes traçados, e com eles outras concepções de via, aparecem. De toda extensão e largura, tendem mais ao geometrismo, tendo em vista não só a regularidade maior dos quarteirões e dos seus lotes[4], como a circulação mais desafogada, sobretudo com o advento do automóvel. Ficou, no entanto, a tradição quando não a própria rua curvilínea antiga que, ainda que alargada e prolongada, confere seu sabor à cidade. Ou então, está presente o sítio mais difícil ao implantar de ruas, avenidas e autopistas apropriadas, mais largas, de curvas e rampas obrigatoriamente regulares e suaves. Dos novos bairros e cidades, os chamados jardins e as asas do plano piloto de Brasília[5] ilustram as técnicas rodoviárias, harmonizando-se com as curvas de nível do solo.

"Nas ladeiras íngremes, em parte calçadas com tijolo, quase possibilitando o uso de cavalos, o viajante encontra "cadeiras" de aluguel..."

Spix e Martius
Viagem pelo Brasil, **1823**

A topografia geral do planalto brasileiro e os pontos costeiros, ou próximos do mar, inicialmente escolhidos para fundar nossas cidades

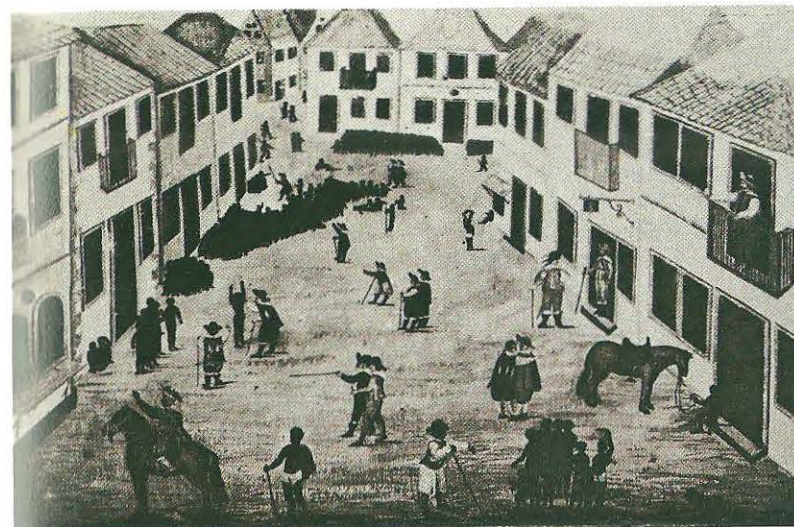
dão à rua outra peculiaridade freqüente: a ladeira. De todo tipo, e com toda a série de obstáculos, como a rua Macedo Costa em Salvador ou a ladeira Porto Geral em São Paulo. A separação da cidade alta e da cidade baixa, antiga e óbvia na Bahia ou recente e sutil em São Paulo impõe a interligação difícil. Em ambas, a entrada da "cidade", da acrópole central e histórica, mais conservada numa e muito transformada noutra, faz-se por ladeiras ou viadutos, elevadores, funiculares ou escadas rolantes. Em Olinda, entre vetustos conventos, e em Vitória, entre os principais edifícios públicos, sobe-se escadas... ou quase!

Os aglomerados urbanos de fundação mais recente apresentam também suas ladeiras. Ruas, avenidas, vias expressas sobem e descem colinas e chapadões. Às vezes o tabuleiro de xadrez universal, antigo e racionalizante, impropriamente se acomoda à paisagem, não conseguindo evitar as interrupções de ruas, os barrancos, os fundos de vale não tratados. Inúmeras povoações herdeiras da expansão do café e o bairro de Pinheiros na capital paulista fornecem atestados flagrantes dessa superposição de plano e de chão urbanos, simplória e frustrada. Outros casos há, como o de Belo Horizonte, em que um intrincado risco urbanístico geometrizante, deitado sobre um relevo movimentado, cria ruas em inclinações quase impraticáveis para veículos automotores.

Existem, no entanto, soluções atentas às condições topográficas mais ingratas, aproveitando curvas de nível, espigões e fundos de vale para abertura de avenidas e vias expressas, ordenando através das rampas necessárias o feitio das ruas e quadras, estabelecendo claramente ao usuário a função do logradouro e do setor que percorre. Para ilustrar, dois bairros ainda das duas capitais citadas, que indicam claramente as vias de trânsito rápido e aquelas mais sossegadas e a respeitar: o paulistano do Pacaembu e o da Floresta em Belo Horizonte. São bairros-jardins, produto duma certa época e duma correlata concepção, em que o curso das ruas não responde apenas ao capricho, porém, explora o relevo oferecido.

"E para que uma gente civilizada e afeita ao esmero do solo pátrio vivesse com asseio, prescreveu-se, numa lei rigorosa, a limpeza semanal das ruas e praças."

Gaspar van Baerle
História dos feitos... praticados... no Brasil, **1647**

O esmero do solo pátrio não devia ser lá essas coisas! E também a civilização da gente. No âmbito deste trabalho, e diante da informação sobre a época do governo holandês de Maurício de Nassau

Mercado de escravos no Recife. Desenho de Zacharias Wagner (1614-1688). O mercado era usualmente na rua dos judeus (mais tarde na rua do Bom Jesus).

em Pernambuco, cabe atentar para outra característica do respeito ou do desrespeito pelas áreas comuns das vilas e cidades que não a sua limpeza: o seu alinhamento! Basta observar nossos centros históricos e atuais, examinar suas plantas, para constatar freqüentes variações de largura em ruas, avenidas e faixas de proteção de autopistas. Às vezes, essas variações são tão isoladas e imprevisíveis que não se pode atribuir-lhes uma criteriosa previsão de reforma urbana. A indefinição do desenho do espaço público vem junto com o avanço atrevido das áreas e dos limites privados.

O alinhamento estabelecido a "línea y cordel", se não foi norma entre nós como na América espanhola, foi recurso conhecido e necessário, vez por outra adotado. Enfrentou, então, o embate com a licenciosidade do interesse individual para com o coletivo, da fronteira entre o terreno particular e o público. Nem sempre resistiu, como em São Cristóvão e no centro de João Pessoa de traça regular e excepcional, como em Mariana em contraste forte com os demais arraiais mineiros, como em Parati ou São Luís do Paraitinga. Resistência, sim, mas em extensão e graus relativos e diferentes. De qualquer forma significativa diante dos usuais avanços e recuos, das rupturas abruptas dos alinhamentos das nossas ruas[7] que conferem à

paisagem, tradicional e moderna, uma riqueza plástica indiscutível, enquanto sancionam os atentados à coisa e à área públicas.

Como ignorar os óbices à reforma de uma avenida movimentada e transformada como a Paulista em São Paulo, devido às diferenças de alinhamento não dos lotes mas das próprias construções, não das mais antigas, porém das mais recentes? Como não constatar os mesmos avanços e recuos nas construções altas da nossa orla marítima citadina? E não se diga haver nessas observações uma preocupação excessiva com reformas urbanísticas futuras e necessárias. Hoje e sempre mais, à medida que se tolera a desordem, a cidade é visivelmente prejudicada. Não se trata nesta questão de alinhamento, e de recuo fronteiro das edificações altas modernas, de um problema exclusivo das avenidas dos grandes centros e das praias mais procuradas do litoral. Não, os menores aglomerados urbanos já podem servir de exemplo, com seus arranha-céus ainda esparsos.

A praça Tiradentes e a Casa de Câmara e Cadeia — hoje Museu da Inconfidência — em Ouro Preto, vistas do antigo paço dos governadores.

"As varandas se alongam
Num gesto atento e imóvel de quem espreita"

Joaquim Cardozo
Velhas Ruas, **1925**

As varandas e os balcões do passado são testemunho da importância do relacionamento mundo público — mundo privado e da sua fronteira, a fachada das casas, que era também a parede das ruas e das praças[8]. Quando surgiu outro tempo e outra mentalidade, como quando passou a família real portuguesa da metrópole para sua colônia americana, o costume de isolar o mundo íntimo através das rótulas e dos muxarabis foi banido a baionetas[9] se preciso. Nem por isso se superou, ao contrário se reafirmou como vemos hoje, a valorização da frente ou da testada dos terrenos, do alçado das construções.

Esse grande valor se faz presente para o comércio de maneira bastante objetiva. Quantas portas possui tal venda, quantos acessos uma loja de esquina? É o contato entre o interior e o exterior, entre o negociante e o freguês, que um lote de generosa testada promete e que uma inteligente elevação garante. Conhecemos a disputa pelas frentes se o ponto comercial é bom, através da sucessão das portas dum casario apertado ou dos prédios altos de fachadas estreitas competindo pelo contato maior com a rua. Em conseqüência, são muito raras as vias públicas em que se normalizou com sucesso as edificações, como na avenida Guararapes no Recife e Presidente Vargas, no Rio.

A beira-mar, a frente para a praia, a circulação privilegiada e descomprometida, as brisas restauradoras, a vista deslumbrante supervalorizam os lotes marinhos. Verdadeiras muralhas de arranha-céus já caracterizam a orla de nossas cidades litorâneas de norte a sul. São muralhas que reforçam, se não limitam, o privilégio da bela vista, do vento fresco, do movimento alegre e do bom negócio. E não surgem elas, na costa ou no interior, em qualquer aglomeração maior atual ao longo das vias mais movimentadas, transformando-as radicalmente da noite para o dia? Não compõem as laterais de tantas avenidas, saturando-as com rapidez? Não tornam muitas das vias expressas caminhos onde o automóvel é mais lerdo que o seu dono? É a supervalorização da fachada, da testada do lote, a disputa pela relação com o espaço público, ainda que prejudicando o ambiente comum em que se quer sobressair.

6 AS PRAÇAS

Logradouro público por excelência, a praça deve sua existência,

sobretudo, aos adros das nossas igrejas. Se tradicionalmente essa dívida é válida, mais recentemente a praça tem sido confundida com jardim. A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social[10]. Realçava-lhes os edifícios; acolhia os seus freqüentadores.

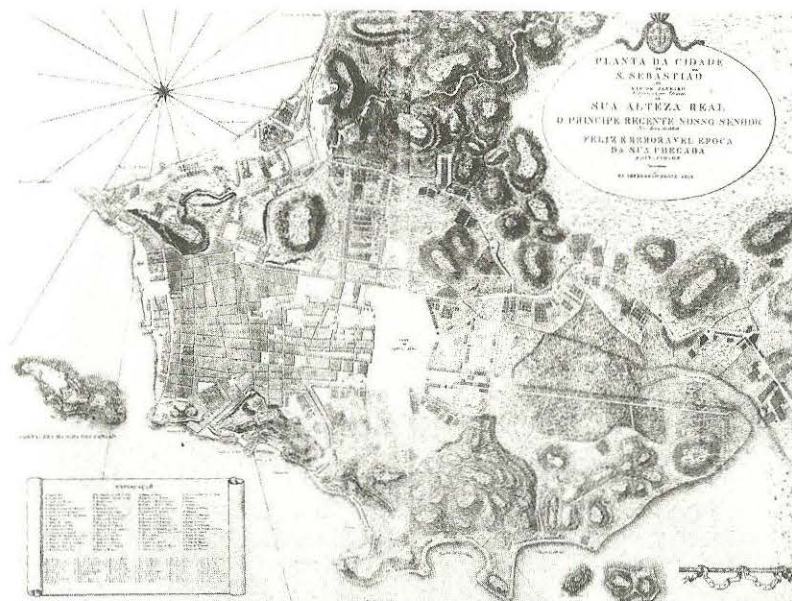
O contraste entre o urbanismo tradicional no Brasil e o praticado nas três Américas pelos espanhóis é gritante neste aspecto. O núcleo preponderante e inquestionável de uma aglomeração castelhana colonial era a *Plaza Mayor* ou a *Plaza de Armas*. A matriz ou catedral se instalava aí também, mas juntamente com os principais prédios públicos. As demais construções religiosas, como em terras brasileiras, tratavam de conseguir destaque na ordenada e monótona rede ortogonal de vias públicas. Não conseguiram, no entanto, definir a planta e o perfil urbano como aqui, ainda que através do porte gigantesco de algum convento importante.

A sucessão de largos, pátios e terreiros na cidade brasileira articulava a sua trama viária modesta e alimentava a vida das suas ruas. Como tudo mais, esses espaços públicos eram irregulares em geral. Com o passar do tempo, a ligação entre o edifício religioso e o vazio fronteiro ia se aprimorando. O casario se dispunha tendo em vista o realce desejado e a utilização mais cômoda das igrejas e mosteiros. A irregularidade das praças no Brasil sugere uma Idade Média que não conhecemos e testemunha um mundo barroco que ajudamos a talhar com maestria.

"... o imponente desenvolver-se dessa alma coletiva..."
Mário de Andrade
Paulicéia Desvairada, **1922**

As praças cívicas, diante de edifícios públicos importantes são raras entre nós. São exceções. Nem sempre nossas câmaras municipais ou nossas sedes de governo tiveram prédio próprio; freqüentemente se instalaram em casas alugadas, mudando muitas vezes, como se fossem nômades da cidade. E quando o esforço comum erguia uma construção para esse fim, era pouco provável que se situasse num ponto condigno, como uma praça que acolhesse os cidadãos, valorizasse o significado do prédio ou tirasse partido de seu projeto arquitetônico mais elaborado. Hoje ainda, o papel de inquilino ou de morador provisório, impropriamente instalado e perdido na paisagem urbana é quase norma de câmaras e assembléias, de paços municipais e estaduais, de tribunais. Uma desordem enfim, que esconde o poder público, que não revela a sua efetiva existência, que não clarifica a sua responsabilidade social, que não dignifica o viver republicano.

A primeira praça cívica do Brasil foi a Praça Municipal de Salvador. Voltada para o mar, a cavaleiro do porto, reunia a Casa de Câmara e Cadeia, o paço do governador da colônia, a Relação, os negócios da fazenda e a alfândega. No centro da nova cidade projetada, marcava urbanisticamente o seu caráter de capital. É conhecida de todos por estar servida pelo elevador Lacerda e está a exigir recuperação, desfigurada que foi recentemente por grosseira reforma que, pretendendo ampliá-la, destruiu-lhe a proporção e o espaço venerável. Ela é a antecessora da atual Praça XV de Novembro no Rio, que aliou a igreja que serviu de catedral ao paço dos governantes da colônia e do Império, embora não tivesse sido para isso concebida, assim como, da Praça dos Três Poderes, que hoje reúne no coração do país os principais edifícios da República. Três capitais, três praças

O Rio de Janeiro ao fim do setecentismo: as ruas bem delineadas na baixada e tortuosas nos morros; os largos, como o do Carmo junto ao mar; também na orla, o Passeio Público poligonal , em cima; as encostas e os brejos não ocupados.

A silhueta das igrejas de São Francisco de Assis e do Carmo prenuncia um belíssimo largo em Mariana.

cívicas. A primeira e a última criadas para tal; as três abertas em um dos lados. As duas mais velhas, para o mar como se abre para o Tejo a Praça do Comércio, antigo Terreiro do Paço, em Lisboa[11]; a terceira, voltada para o alvorecer do planalto Central, num gesto de esperança. São logradouros que transcendem o uso e o significado local, interessando a todos nós. Cumpre entendê-los, respeitá-los, recuperá-los, defendê-los.

Há outros espaços semelhantes e com um significado regional como a Praça da República do Recife, o Largo de São Francisco na São Cristóvão sergipana, dois espaços cívicos notáveis em Minas Gerais e a Praça Marechal Deodoro em Porto Alegre. A história e o desenho variam, porém todos reúnem prédios públicos importantes e realçam uma significação que transcende a sua cidade. O sonho e o papel efetivo de uma capital. Os dois casos mineiros são mutuamente elucidativos. O Largo de São Francisco em Mariana, que reúne a Casa de Câmara e Cadeia e as duas igrejas das irmandades mais impor-

tantes da época. A Praça Tiradentes em Ouro Preto, que ilustra o confronto entre o poder da elite local através do palácio municipal, hoje Museu da Inconfidência, e o poder metropolitano, representado pelo paço dos governadores, atual sede da Escola de Minas e Mineralogia. Uma, singela e harmônica, compondo um dos mais belos espaços públicos do Brasil, à altura de uma capital que não vingou. A outra, grandiosa e dramática, palco da capital de fato, espelhando as contradições da cidade e da sociedade de que foi o foco cristalizador.

Entre os espaços de caráter cívico é de se destacar os devidos ao século XIX e, em especial, ao advento da república. São aquelas praças regulares situadas diante de edifícios de função social, cultural ou educacional. Recife e São Paulo têm delas exemplos admiráveis nas suas Praças da República. Uma, contida pelas sedes dos poderes executivo e judiciário pernambucano e dominada pelo Teatro Santa Isabel. A outra, acolhendo e conferindo um quadro monumental à antiga sede da Escola Normal paulista, matriz republicana da política de ensino estadual. Sobretudo, esta relação praça e escola, ou a valorização duma pela outra, foi contribuição urbanística nova dos tempos em que se impunha o regime republicano.

"...a Praça onde estava formada a tropa, e aí se deu uma salva Real de 21 tiros de artilharia..."

Gazeta de Lisboa
Festa Grossa em Rio Pardo, 1794

Uma função que praticamente desapareceu das nossas praças foi a militar. No âmbito estreito das cidades, os logradouros públicos mais amplos eram essenciais para exercícios[12], manobras, desfiles ou ações de defesa. Em certos casos foram mesmo para esse fim reservados ou criados. Hoje, excluídas as paradas e comemorações públicas maiores, tais atividades ficam restritas a quartéis e bases militares. Seja pela maior extensão das aglomerações, seja pela nova organização das armas, retiraram-se as tropas para locais específicos apropriados e prescindiram dos antigos cenários urbanos.

Há que lembrar o caráter esquecido do Campo Grande em Salvador, perto do Forte de São Pedro, e do Campo de Santana no Rio, atual Praça da República, em frente ao edifício do antigo Ministério da Guerra. Destaques pela significação que têm hoje nas duas cidades adensadas, pela dimensão maior, única entre os seus logradouros mais antigos, e pelo nome diferente que se reporta ao quadro físico necessário a uma função desaparecida. É forçoso estabelecer um paralelo com o Setor Militar Urbano de Brasília, sua esplanada de desfiles e sua localização. Como os dois antigos campos a

seu tempo, embora com outra configuração espacial, está ele também de banda na capital federal.

Como o civil e o religioso, o poder militar também estava presente — como está de outra maneira — em nossos centros urbanos. Ao contrário daqueles, tinha suas construções colocadas estrategicamente nos lugares mais propícios à defesa, nas bordas da cidade ou fora dela. Por outro lado, determinava a reunião das tropas, o apresentar armas e o desfile onde havia espaço, nos largos maiores ou nos arrabaldes[13]. Atualmente, grandes quartéis ou grandes bases complexas se distribuem por áreas urbanas e rurais numa visão de defesa que, há muito, transbordou dos limites de uma cidade só, ainda que grande. São mais raras e quase tão-somente festivas as aparições da soldadesca, que se fazem forçosamente em grandes eixos de circulação. Caiu o uso militar das praças, importante e tradicional.

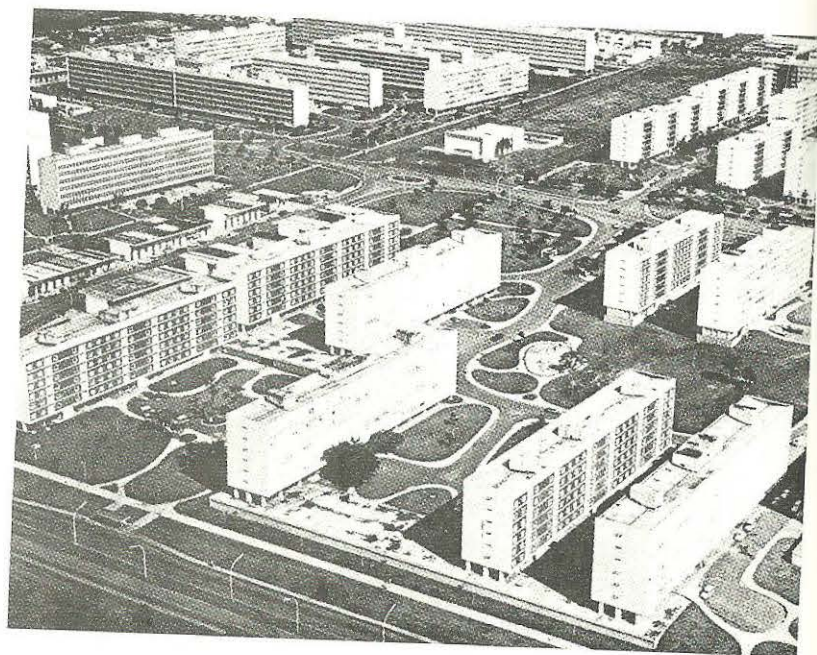
> **"Há três igrejas, estando a matriz por acabar e três praças, não contando o campo da feira."**
>
> **Pedro II**
> diário da viagem ao norte do Brasil, **6/11/1859**

Uma igreja, uma praça; regra geral nas nossas povoações antigas. Os templos, seculares ou regulares, raramente eram sobrepujados em importância por qualquer outro edifício, nas freguesias ou nas maiores vilas. Congregavam os fiéis, e os seus adros reuniam em torno de si as casas, as vendas e quando não o paço da câmara. Largos, pátios, rocios e terreiros, ostentando o nome do santo que consagrava a igreja, garantiam uma área mais generosa à sua frente e um espaço mais condizente com o seu frontispício. Serviam ao acesso mais fácil dos membros da comunidade, à saída e ao retorno das procissões, à representação dos autos-da-fé. E, pelo seu destaque e proporção, atendiam também a atividades mundanas[14], como as de recreio, de mercado, de caráter político e militar. Foram, talvez, os maiores responsáveis pelas características gerais apontadas para a nossa cidade tradicional. Na tenra vida urbana e na paisagem construída de então, é forçoso associar as diferentes ordens religiosas e irmandades à multiplicidade de núcleos, constituídos por um largo e uma capela. À linearidade, as ruas de interligação como as chamadas Direitas. À irregularidade, uma outra ordem que não a das vias ortogonais. Enfim, as freguesias e paróquias novas, que acompanhavam e promoviam a expansão urbana lenta, à periferia não muito definida.

O Terreiro de Jesus em Salvador e a Praça XV de Novembro no Rio de Janeiro ilustram o requinte desses espaços públicos que serviam de adro a igrejas importantes e comprovam a transcendente influência que tiveram sobre o resto e sobre a vida das duas antigas

Jean Baptiste Debret — Vendedora de pão-de-ló.

capitais brasileiras. O Terreiro de Jesus, em frente à capela do colégio jesuíta, hoje catedral-basílica soteropolitana, era e é a maior praça do centro de Salvador, maior mesmo do que a sua já comentada Praça Municipal. Além disso, veio com o tempo receber mais duas igrejas e se interligar com o Largo de São Francisco de outras características. O antigo Rocio do Carmo, Terreiro da Polé, Largo do Paço e atual Praça XV de Novembro mudou de função como trocou de nome. Foi adro das importantes igrejas das ordens primeira e terceira carmelitas, abrigou a polé ou o pelourinho — símbolo da ordem pública, das instituições e da condição jurídica da povoação autônoma — dignificou o palácio dos vice-reis e monarcas portugueses, dos imperadores do Brasil e, agora, reverencia o sistema republicano. Uma praça de igreja, grande e cuidada, que transcendeu o papel de adro dos carmelitas e tornou-se forum carioca e brasileiro[15]. Hoje, toda ela monumento incompreendido da nossa história e referência esquecida da comunidade de nações de fala portuguesa.

Por toda a parte e a toda hora nos deparamos no Brasil com os largos, pátios, rocios e terreiros de São Francisco, do Carmo, de São Bento, de Jesus, do Rosário, do Ó, de São Pedro, da Santa Cruz

Superquadras de Brasília, edifícios verticais, espaços abertos. Uma outra concepção para ocupar o solo, sem a tradicional sucessão de prédios com frente para a rua e de jardins separados por muros sem conta.

ou da Misericórdia. São elementos de ligação das igrejas, dos conventos, dos colégios e das santas casas com a cidade. E, entre outros mais, encontramos as praças da Matriz ou da Sé, que realçam o principal templo da localidade e que, em geral no interior de mais recente ocupação, constituem o mais importante pólo urbano, o centro da vida mundana. Atraem, de fato, as mais ricas residências, o melhor comércio, as atividades de lazer nas aglomerações menores ou mais conservadoras. Ecoam ainda a presença social e paisagística dos estabelecimentos religiosos na cena urbana do país em outras épocas, assim como, a significação dos adros, seus correspondentes urbanísticos. Deixam de ecoar tal presença, porém mantendo muitas vezes o nome antigo e familiar, os largos mais velhos que se transformam. Ou não comparecem mais nas fundações urbanas recentes. É que outras instituições influentes surgiram numa sociedade contemporânea mais urbanizada e geraram outras edificações para fins distintos e com outro caráter. Públicas ou privadas, vão substituindo

os templos e disputando por sua vez os melhores pontos da cidade, quando não as praças, para se instalarem.

"Por um cavalo sendeiro, cem oitavas.
Por um cavalo andador, duas libras de ouro."

André João Antonil
Cultura e Opulência do Brasil, **1711**

Onde se estabeleciam essas cotações, nos primeiros anos dos arraiais mineiros? Como se praticava o comércio? De que forma se apresentavam os produtos? No espaço comum, a céu aberto, de forma ambulante seriam as respostas. A troca se fazia. O ouro abundava e os gêneros vinham, se preciso, de muito longe. As instalações para o negócio quando existiam, não haveriam de ser suficientes. E, não só nos tempos da corrida às minas gerais, foi o comércio corriqueiro e importante em nossos logradouros mais amplos e movimentados. Foi um uso atestado pela rala iconografia, pela legislação das câmaras de vereança[16] e pelo sarcasmo do poeta Gregório de Matos. É atividade cotidiana do feirante que importa ainda para o abastecimento de nossos centros urbanos e, até mesmo, das maiores metrópoles. O mercado, a feira, o negócio ambulante tiveram e têm nas praças o lugar, espacial e historicamente, próprio para a sua prática.

A importância dessa função e a incompreensão do seu significado são ilustradas, respectivamente, pelo vasto campo de Feira de Santana e pela reformada Praça Roosevelt de São Paulo. Referida no trecho citado do diário do segundo imperador brasileiro, a praça baiana é o coração espacial e funcional da cidade, cujo nome é bastante explícito. Devido à posição estratégica entre as terras da pecuária e dos produtos do sertão e aqueles do Recôncavo com suas mercadorias, a troca fez florescer[17] e batizou a cidade, animou e consagrou o grande campo. Por sua vez, na recente transformação da Praça Roosevelt na capital paulista, ou seja, de um dos maiores campos existentes junto ao centro metropolitano, o chão público foi substituído por um supermercado. Atentou-se para o comércio, mas descuidou-se que o comerciante seria outro e que área comum é um direito dos cidadãos, um convite aos mais ricos intercâmbios que a vida urbana propicia.

7 OS JARDINS

Os jardins eram raros na cidade colonial brasileira. Resumiam-se

a parcelas das grandes propriedades religiosas e dos quintais das residências. E, nesses casos, o fim utilitário predominava, com a cultura de fruteiras, ervas de cheiro, floreiras e plantas medicinais[18]. A labuta diária exigida pela vida monacal e o apoio à cozinha eram as maiores motivações para o cultivo daquelas áreas; mais do que o seu desfrute para o recreio. Se as terras conventuais eram muitas, o tempo livre dos monges era limitado. Se os quintais existiam, prestavam mais como lugar de serviço e da escravaria.

O despontar do jardim moderno antecede a Independência. Os primeiros jardins públicos aparecem no fim do século XVIII, voltados para o lazer, já para a pesquisa dos interessados, já para o devaneio dos citadinos. Pouco depois, com a vinda da família real, vicejam em maior número e mais elaborados os jardins privados[19]. Todos vão ensaiar não só muitas plantas exóticas, como também, as representantes da nossa flora exuberante, até então, quase despercebidas ou desconsideradas. Este florescer da jardinagem se revela muito importante para a introdução de espécies vegetais de outras terras, para a valorização das nativas, para o enriquecimento da paisagem urbana e sua conseqüente transformação.

Mas é da segunda metade do século passado em diante que as áreas ajardinadas se multiplicam, crescem e passam a constituir um elemento ponderável no conjunto das edificações e dos espaços vazios da cidade brasileira. Surge um novo tempo urbano para a prática e para o gozo da jardinagem. Depois daqueles poucos casos excepcionais, não foram tantas nem tão marcantes as primeiras conquistas do paisagismo. Representaram, no entanto, o trato ou o desejo de algo a partir de então imprescindível na paisagem urbana. Correspondentemente deve ser compreendida a introdução, naquele momento histórico, da arborização dos espaços públicos.

"A vista desta cidade é mui aprazível ao longe, por estarem as casas com os quintais cheios de árvores..."

Gabriel Soares de Souza
Tratado Descritivo do Brasil, **1587**

Os jardins privados foram os únicos, por muito tempo, no período colonial e são ainda hoje a grande maioria. Foram exceções esparsas no passado e agora dão a nota da presença do verde, que, por isso mesmo, é pouco. Os jardins dos conventos foram provavelmente os mais constantes e significativos. Em suas grandes glebas e com a sua instrução, regra de vida e necessidade de suprimentos, os monges das nossas quatro maiores ordens religiosas cultivaram-nos. Os pomares, as hortas, as plantações de flores e de ervas medicinais e de

cheiro compunham, sem dúvida, o quadro das grandes propriedades conventuais urbanas, como as franciscanas da Paraíba, da Bahia e do Rio, as carmelitas de Goiana, de Cachoeira e de Angra dos Reis, as beneditinas em Salvador, no Rio ou em São Paulo e as dos educandários jesuítas, como os de Belém da Cachoeira, de Itu e de Paranaguá. A sabida extensão e as lavouras da antiga fazenda dos inacianos em Santa Cruz dão uma idéia do que seriam estes jardins urbanos, sendo que há documentos expressivos sobre os das aldeias missioneiras jesuíticas da república guarani. De sua parte, os quintais das moradias eram voltados ao serviço e, como tal, não dispensaram as árvores frutíferas, as hortas, os viveiros e as flores. Não eram, propriamente, áreas de lazer e suas plantas não compunham o jardim no sentido contemporâneo, ou mesmo pós-renascentista. Deixaram notícia, contudo, alguns jardins de residência excepcionais. Pelas encostas de Ouro Preto vicejavam, no início do século XIX, plantas ornamentais sobre terraças[20]. E está em ruínas, em Salvador, o esplêndido jardim do Solar Soledade, descrito pelo inglês Thomas Lindley[21]. Nada restou, além de fartos atestados, do grande parque de Maurício de Nassau na ilha de Antônio Vaz no Recife[22].

Com a vinda da família real, com a Independência e, mais tarde,

O Jardim Botânico. Palmeiras Imperiais.

com a riqueza maior, é que o jardim particular vai ganhar nova importância na vida e novo lugar no lote. E, muito especialmente, com as novas idéias vindas da Europa. A casa tradicional urbana brasileira, erguida ao longo da testada do terreno, ou do alinhamento da rua, colada às suas vizinhas, abrindo-se para a rua e para o quintal nos fundos, vai cedendo lugar a outro conceito de morar. Afasta-se primeiro de um dos lados do lote, permitindo uma entrada mais condigna, bordejada por canteiros decorativos. Depois, isola-se de ambas as construções laterais, realçando linhas neoclássicas ou ecléticas, por entre palmeiras, frutíferas e canteiros. Em seguida, lentamente, liberta-se por completo dos limites do terreno[23], distanciando-se da rua. A aristocracia do Império e a elite da República Velha vão liderando essas inovações e introduzindo palacetes diferentes no panorama da nossa cidade, seja pelo requinte da fachada, seja pelo seu enquadramento num jardim exuberante. Laranjeiras no Rio, Campos Elísios e Higienópolis em São Paulo e a Graça na Bahia exibem ainda amostras desses casarões e jardins notáveis de bairros inovadores da paisagem urbana de seu tempo.

A mata luxuriante, a cidade grande e a beira-mar.

Neste século, numa sociedade em transformação e renovação de valores sociais afirmados, o jardim passa a ser aspiração geral e se difunde. Em frente de casas, maiores e menores, em lotes de todo o tamanho, aparece um verde fronteiro, ainda que amenizando um mínimo de recuo. E disputa com as imposições dos códigos de obras, com as necessárias ampliações das casas e com o abrigo do automóvel um lugar ao sol. Dispensáveis são os exemplos, pois os vemos de todas as proporções, em todas as posições e por toda a parte em nossas vilas, cidades e metrópoles. E o seu rebatimento em outra escala — os elaborados jardins dos edifícios de condomínio, mais para ver do que para tratar ou freqüentar — foi se impondo como ante-sala obrigatória dum habitar coletivo, que se exercita e tem muito que aprender. Têm estes últimos, na sua dissolução pela cidade, na sua rendição à área comum, a chance não só da sobrevivência, porém da própria revolução da fisionomia urbana. Conjuntos habitacionais modernos na arquitetura e no espírito e alguns campus universitários apontam a direção que se apresenta surpreendente em Brasília. A cidade densa e vertical[24], transformada num grande parque.

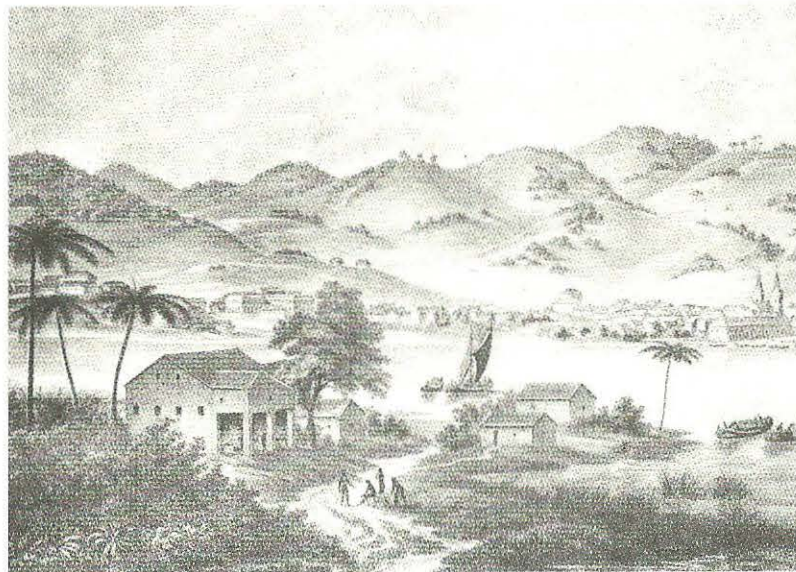
"...ir pela manhã ao Passeio Público, onde há uma meia dúzia de árvores que o bom Deus ali conserva para refrigério dos empregados da cidade."

José de Alencar
O Garatuja, **1872**

O jardim público aparece entre nós, como reflexo do iluminismo e da expansão dos maiores centros urbanos, no fim do período colonial. Instala-se, como nas antigas cidades européias e como quase todas as nossas áreas verdes posteriores, nas bordas da cidade e em terras muito ruins para o arruamento ou a construção. O Passeio Público do Rio de Janeiro foi o primeiro e o mais elaborado jardim de uma série de outros como os de Belém, de Olinda, de Vila Rica e de São Paulo. Foi inaugurado muito pouco tempo depois da criação do seu homônimo metropolitano[25] durante a reconstrução de Lisboa. Na então capital do Vice-Reino, uma lagoa junto à orla serviu de sítio para a implantação deste requinte de civilização urbana, que mereceu o trabalho de artistas como Mestre Valentim e, mais tarde, Glaziou. Uma grota profunda em Olinda e uma falda íngreme em Ouro Preto alimentaram jardins coletivos, que desapareceram e se pretende recuperar. Fora da pequena área urbana de São Paulo, também nos fins do setecentismo, a região da Luz viu nascer um local de lazer, para o passeio e para a observação das espécies vegetais cultivadas. A importância atual dos cuidados com a natureza e com a

comunidade urbana está a impor especial respeito e valorização desses poucos mas exemplares primeiros jardins públicos da cidade brasileira.

No século passado e no princípio deste, com o país independente e enriquecido pela cultura do café, apareceram jardins, parques ou ajardinamentos de praças em maior número e muito bem conservados. Vassouras ostenta ainda, diante de sua matriz, espaço tratado com esmero paisagístico que dá o tom ao conjunto citadino do vale do Paraíba. Rio Claro, no interior paulista, bem traçada e de ruas e avenidas numeradas, apresenta um belo Jardim Público. Cidade planejada, Belo Horizonte tem o seu Parque Municipal com área considerável para a época da sua criação e, junto aos engenhos de açúcar e terreiros de café ou aos solares dos grandes exportadores nas cidades, como nos palácios das autoridades regionais e nacionais, a palmeira imperial, trazida de outras terras, confere também aos jardins públicos daquela época um cunho especial e à paisagem brasileira um toque característico. Por isso, os palácios do Congresso Nacional e da

"O porto de São Félix, a margem sul do Paraguaçu, faz parte, por assim dizer, da grande Vila de Cachoeira..."

Blumenau acompanha de perto o leito do rio Itajaí-Açu; o casario, a avenida, a margem regularizada.

Alvorada em Brasília, tão posteriores, são adornados por esta magnífica planta. Nas cidades mais antigas e nas mais novas, surge a exigência do jardim comum de responsabilidade de todos, ao lado da imposição do jardim privado enquadrando os casarões de elite. São talvez, com sua luxuriante vegetação perene, a maior contribuição à cidade de seu tempo, sem dúvida mais significativa do que as composições e os detalhes arquitetônicos introduzidos. Testemunham a difusão no país de novas formas de viver urbano.

Aumentam a aspiração e a necessidade de áreas ajardinadas coletivas e, também, a dificuldade para a sua abertura e manutenção. Em vertiginosa expansão, São Paulo ajardinou no início do século e desfigurou mais tarde os vales do Anhangabaú e do Tamanduateí junto a seu core[26]. Comemorou seu quarto centenário com a instalação do Parque do Ibirapuera, que ainda se esforça por completar e usufruir corretamente. Avançando sobre o mar, o Rio de Janeiro conquistou não apenas mais espaço, porém uma grande área de comum, voltada ao recreio e cristalizada em nova obra de arte de Burle Marx. O Parque do Flamengo é, por todos os títulos, o resultado mais brilhante e ilustrativo do esforço em prol de jardins públicos nas aglomerações brasileiras contemporâneas. Liga-se, histórica e geografi-

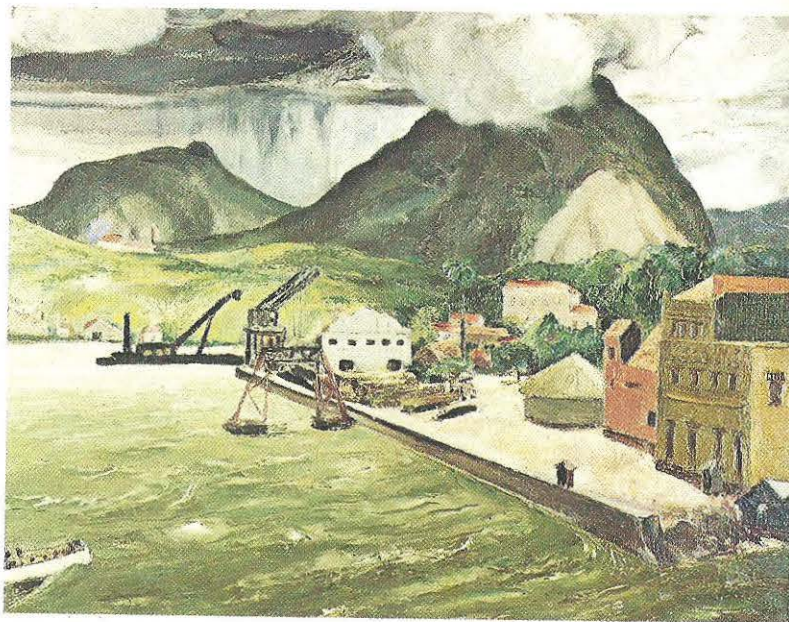
camente, ao Passeio Público que distanciou do mar. Representa árdua conquista da metrópole carioca diante dos seus complexos problemas e pressões. E perfila-se dentro duma tradição de não se enfrentar certas questões para atender ao moderno direito dos cidadãos, arranjando espaço na borda, ou melhor e literalmente, no seio da baía de Guanabara. Finalmente, é revelação da nossa magnífica flora, tratada sem chauvinismo pelo gênio de um de nossos maiores artistas plásticos.

"Julguei que era o Brasil jardim sem muro
Tesouro rico, porém mal seguro."

Brás Garcia de Mascarenhas
Viriato Trágico, **seiscentismo**

Os versos escritos em meados do século XVII se referem à Bahia, a sua opulência e desproteção, e à ameaça holandesa existente. Porém, sugerem a exuberância da natureza brasileira e a sua insegurança frente às arremetidas desbravadoras da ganância. É esse quadro natural, exuberante às vezes[27], que acolhe nossas cidades e que foi por elas desprezado e ferido seguidamente. A vegetação densa, e toda a vida que abrigava, era vista pelos habitantes dos núcleos pequenos e isolados como perigosa. As ruas, os largos e as construções deveriam compor um cenário que fosse a negação da paisagem próxima. As roças deveriam limpar o entorno das cidades e preparar a sua futura expansão. Os primeiros jardins públicos citados, nesse contexto, além de lugar de recreação como entendemos hoje, eram também ambiente de ensaio e pesquisa de plantas. Muitas, nativas, foram reconhecidas em suas qualidades dentro de seus limites. Representaram, portanto, essas áreas verdes pioneiras uma mudança de atitude também em relação à nossa flora; o que justifica seus nomes caídos em desuso, como Horto Botânico. Embora afastado do Rio de Janeiro de então, o Jardim Botânico, instituído em 1811 pelo Príncipe Regente, é um marco basilar nesse interesse científico organizado. Teve, com os que lhe seguiram, papel importante na valorização do nosso reino vegetal igualmente na paisagem urbana. Outra experiência carioca da época de Pedro II a merecer maior consideração é o reflorestamento do maciço da Tijuca[28] com espécies nativas. Além de magnífica reserva florestal no coração duma metrópole, é exemplo e orientação para o trato dos legados naturais que enriquecem nossas cidades, maiores e mais populosas.

O crescimento das aglomerações urbanas, a supervalorização dos terrenos, os serviços de atendimento público que se multiplicam e, sobretudo, a imprevidência e o descaso dos responsáveis pelos governos e pelos planos de ocupação locais têm feito desaparecer em torno das metrópoles e cidades de todo o tamanho os últimos vestígios de um quadro natural, que se transforma brutalmente. A dádiva generosa da natureza já não ameaça — se o fez algum dia — está à nossa mercê. Está acuada como o foram, ou vão sendo, a linha bonita e as areias brancas da praia de Copacabana, as dunas de Fortaleza, toda uma serra que emoldura Belo Horizonte ou a mata atlântica[29], que ainda há pouco tempo circundava São Paulo. Até mesmo pequenas reservas, mantidas por gente zelosa ou toleradas em lugares de acesso difícil, dentro ou próximas de pequenos aglomerados, vão sen-

As escarpas entre o sítio original da cidade do Salvador e o chão ganho paulatinamente ao mar. O tempo as deixou quase intatas como, até recentemente, os vales mais profundos deste relevo atormentado.

Domingos de Toledo Piza, *Porto de Vitória*, São Paulo, coleção particular.

do varridas em nome do progresso e em favor do lucro fácil. Conseqüentemente, além dos jardins e parques públicos voltados ao devaneio da população, reservas naturais se fazem obrigatórias para garantir a sua saúde e o seu legado comum do mundo em que nasceu, trabalha e quer melhorar. Com essa intenção de preservar, diferentes leis e órgãos públicos têm protegido alguns pontos isolados da paisagem das cidades; são lugares que variam na extensão e nas características, que podem ou não estar abertos ao gozo dos cidadãos. Entre eles, setores da orla atlântica de Salvador com seus coqueirais, trechos de bosque frondoso nas encostas dos morros do Rio e pequena parcela da serra da Cantareira e do pico do Jaraguá em São Paulo, são exemplos do que se tornou precioso junto aos maiores centros urbanos. Impõe-se a salvaguarda dessas reservas e a criação das que necessário for para que a paisagem e a vida da cidade brasileira seja condigna.

"Corumbá se ergue na escarpa da montanha, com ruas largas e mal calçadas, algumas arborizadas com espécimes de flores escarlates..."

Theodore Roosevelt
Nas Selvas do Brasil, **1914**

A arborização e o ajardinamento dos espaços públicos principia na segunda metade do século passado, época em que se difunde como nova exigência[30] pelo mundo. Há poucas gerações, portanto, que as plantas passaram a ornar e a amenizar nossas ruas e praças. Além dos jardins comuns, raros e criados apenas nas cidades principais, a imagem urbana desconhecia árvores e canteiros nas vias e nos largos. De tratamento muito pobre, estes conheciam a sombra dos beirais e de uma ou outra árvore plantada por trás dos muros de algum terreno particular. O que pode parecer hoje uma atmosfera árida e causticante ao sol do meio-dia era então a expressão clara da vida não rural e muito menos sertaneja. As matas, os matos, os campos e as roças ficavam fora do perímetro urbano que guardava o chão limpo batido de terra. As plantas, as suas flores e frutos, fartos por toda a redondeza só entravam na cidade para satisfazer a necessidade ou o gosto do dono de alguma propriedade.

Bem depois da criação dos primeiros jardins públicos, e coincidindo com a sua difusão pelas povoações de porte menor e interioranas, começaram os cuidados em arborizar e em ajardinar os logradouros existentes ou os que iam surgindo. As ruas mais importantes e, especialmente, as praças foram enfeitadas com árvores e canteiros de plantas ornamentais. E o sucesso dessa transformação foi tal, que logo se perdeu a noção das peculiaridades diferentes de uma praça e de um jardim. O adro do mosteiro de São Bento em Olinda, o Terreiro de Jesus em Salvador, a Praça Tiradentes em Ouro Preto, o Pátio do Colégio em São Paulo e a Praça Marechal Deodoro em Porto Alegre são alguns dos inúmeros logradouros tradicionais que mudaram, afoita e inadequadamente, na aparência e no espírito[31] dos cidadãos. O sombreamento das ruas de Belém do Pará com mangueiras, as frondosas e podadas copas do arboreto que ladeava, realçava o desenho geométrico e dava graça sem-par às avenidas da nova capital mineira, o tratamento paisagístico do Campo de Santana no Rio são alguns exemplos dos maiores e mais marcantes efeitos da presença das árvores e dos canteiros embelezando nossas cidades. E de como foram incompreendidos e desrespeitados!

Basta ver imagens, conhecer depoimentos ou consultar os projetos dos setores, objeto de reforma urbanística no início do século, para saber da importância atribuída à vegetação na composição urbana. A grande alteração do centro do Rio de Janeiro é ilustrativa. Concomitantemente com o rasgar de novas avenidas, o endireitar de antigas ruas, o dispor de meio-fios e calçamentos, o acrescentar certos equipamentos e enfeites ao espaço coletivo, desabrocham as árvores e florescem os canteiros novos. Atualmente, e há algum tempo, a expansão acelerada dos núcleos urbanos não se fez acompanhar dos

mesmos tratos nem do mesmo cuidado com os benefícios dos investimentos em paisagismo. Até, pelo contrário, além do desinteresse pelo que cabia apenas conservar, foi constante a desconsideração para com o verde em geral e, muito particularmente, para com as árvores da rua. Elas foram, e continuam a ser, danificadas, amputadas ou extirpadas quando se trata de qualquer pequena obra, alargamento de vias, conserto de dutos ou manutenção da fiação aérea.

8 OS OUTROS VAZIOS

Além das ruas, das praças e dos jardins existiam outras áreas não construídas em nossas aglomerações humanas estáveis. E ainda existem em quantidade e proporções nada desprezíveis. A eleição do sítio, a implantação característica e as peculiaridades citadas do desenho urbano propiciaram a permanência de apreciáveis extensões de prolongados quintais sucessivos ou, simplesmente, de terrenos devolutos. As propriedades religiosas, em suas posições privilegiadas, sobreviveram como grandes oásis[32], enquanto o tecido viário em expansão as envolvia; estão sendo, se já não o foram, depois de muito valorizadas, loteadas, vendidas e edificadas.

As terras não construídas são variadas e de propriedade particular ou pública. Vale a pena considerá-las mais através do prisma do meio físico, exatamente porque não mereceram benfeitorias. A desconsideração demorada que sofreram, contudo, mudou muito com a época e tem significativas implicações sociais. Na disputa pelo destaque maior, casas, conventos e edifícios oficiais se apertaram junto a ruas e praças. Deixaram para trás grandes fatias de seus lotes, vazias e lado a lado, sobretudo nas marinhas, nos charcos e fundos de vale, nas íngremes encostas. Também e por outros motivos, povoações mais jovens têm interstícios em sua área construída.

Esses vazios na paisagem urbana são hoje um legado valioso para nossas comunidades. Oferecem amplas perspectivas para as novas necessidades e possibilidades urbanísticas. Sugerem ocupação e uso criterioso. Áreas de recreio, construções públicas, vias de comunicação. Podem enriquecer a utilização do solo, através do emprego dos modernos recursos técnicos e das previdentes soluções de urbanismo e arquitetura. Apresentam-se como notável oportunidade para o reestudo e a reforma da cidade brasileira existente. Convidam à superação de seus vícios passados, ao encontro de sua desejada humanização.

"Tetos de erva, paredes de pantano,
Nome de Vila e construção d'aldeia,
Quase coberta da volante areia
Dos combros que aqui crescem todo ano:"

poeta anônimo
soneto para São Pedro do Rio Grande, **final dos setecentos**

As dunas, além de causarem os transtornos acima descritos, representaram obstáculos naturais à expansão urbana e à ocupação de alguns setores costeiros. Erguem-se, brancas e voláteis, muito próximas ou mesmo dentro de áreas urbanizadas. Estão se tornando tentadoras e ameaçadas pelo crescimento desordenado das cidades, descuidado em relação ao homem e à natureza. Fortaleza junto a suas praias, Salvador para os lados de Itapuã e do Abaeté, assim como, Cabo Frio avançam sobre ou removem essas belas formações de areia branca. Ignora-se não somente o pitoresco das dunas, mas seu próprio movimento e razão de ser. Desrespeita-se o cidadão que perto delas vai precariamente se estabelecer. Afasta-se, talvez para sempre, a fina areia que embranquecia o tosco casario no extremo sul brasileiro, há uns duzentos anos.

Beira-mar e beira-rio, ainda que sem a presença das dunas, são zonas sujeitas a marés altas e cheias, de solos por vezes lodosos e ingratos para a construção. Ficaram relegadas e desprezadas até que o aumento da população urbana, as vias de acesso e as novas técnicas construtivas possibilitassem seu aproveitamento. Então, deixando de ser vazios obrigatórios, ganharam rápida importância e valor, ensejando outras arremetidas da cidade para mais adiante. É o que se deu com a insalubre orla carioca, no século XVIII, aproveitada para a criação do Passeio Público. E com a cidade baixa de Salvador erguendo o nobre edifício da Associação Comercial. Ambos, jardim carioca e palácio baiano, estão hoje distantes do mar sobre o qual avançaram e do qual foram afastados[33] por novos e sucessivos aterros.

Ao contrário da maioria de nossas cidades ribeirinhas, Três Rios bordeja com seus casarões e prédios mais altos o rio Paraíba, bem como, Blumenau se desenvolve apertada em vale estreito ao longo do Itajaí-Açu. Geralmente, as nossas aglomerações evitam as margens dos rios ou se aventuram muito timidamente a uma maior proximidade. Por essa razão demorou a conquista atabalhoada das margens dos cursos de água que conformam o berço da capital paulista, assim como se arrasta a ocupação das extensas glebas marginais dos rios Tietê e Pinheiros, mais distantes porém envolvidas há muito pela metrópole. Margens e marinhas vazias de outrora se fizeram áreas densamente ocupadas, valiosas e seguidamente aterradas para atender a um cais, a novas edificações, à circulação e ao lazer.

"… e as suas águas largadas sem direção virão formar os estagnos, que hoje se vem na vargem contigua a esta Cidade."

proprietários queixosos de São Paulo
representação ao presidente da Província, **1824**

Várzeas e mangues também constituíram empecilhos para o avanço do tecido urbano, que os evitou até que pudesse conquistá-los através de grandes obras de engenharia. Ou melhor, até que tal conquista se fizesse necessária e desejável. A várzea do Carmo em São Paulo constitui um grande vazio na cidade em vertiginoso crescimento, devido às surpresas das cheias do rio Tamanduateí que intimidaram e atualmente inundam as construções das últimas décadas. O "banhado" assiste bonito à expansão de São José dos Campos e se oferece à imaginação como futuro e valioso patrimônio comum vale-paraibano. Os mangues, que um dia protegeram a retaguarda do Rio de Janeiro e que compunham paragens desoladas da baixada santista, foram ocupados depois de bem estudadas drenagens[34]. Todos esses locais, difíceis para a urbanização[35], ressaltam a importância da engenharia de que trataremos mais tarde e, especialmente, da mudança de função de certas paragens duma época para outra. De fato, o pântano inacessível importou para a defesa de pequenas comunidades antes de se tornar precioso como nova área extra para uma vida comunal mais intensa. O obstáculo insuperável ou tolerável de ontem pode se revelar o assento para o bairro convidativo ou para a saída urbanística melhor e lógica de hoje.

"Se há posturas de galinhas
Também há municipais;
Aquelas produzem ovos
Estas, sono, e nada mais."

Antonio Peregrino Maciel Monteiro
desabafo quando deputado provincial de Pernambuco, **séc. XIX**

As normas urbanísticas são ou deveriam ser algo mais que enfadonhas. Na verdade, regulando a cidade existente dão forma à cidade futura. Como posturas legais, orientam a ocupação do solo e a utilização do espaço urbano. Moldam a malha viária e as diferentes construções nela inseridas, ao longo dos anos e das décadas. Essas leis municipais[36] são inócuas se não intervêm na realidade citadina com objetivos claros, com um projeto; provocam sono se não enfrentam quaisquer interesses em defesa do comum, sua razão de ser. Como o atual e avassalador crescimento urbano brasileiro, as posturas de cada município assumem especial responsabilidade na organização do

ambiente em que viverá a grande maioria da população. Não devem desperdiçar, por isso, a preciosa oportunidade de aproveitamento dos vazios remanescentes nos extensos e complexos tecidos urbanos. Oportunidade de ocupá-los, corrigindo o conjunto da cidade. Daí, a atenção que merecem essas freqüentes, corriqueiras e desapercebidas falhas que, sem se constituírem espaços do povo como as ruas, as praças e os jardins públicos, se oferecem também como convite à mais fina imaginação.

Entre os vazios devolutos duma concentração urbana, devidos a obstáculos topográficos, hidrográficos ou geológicos, há que recordar os fundos de vale, as grotas e as falhas dos terrenos. Esses impedimentos de ordem geográfica negam determinadas ocupações humanas pretendidas, como a expansão de uma cidade reticulada e regular. Ou estancam o avanço das ruas ortogonais, ou apontam outros traçados viários, como ilustram centenas de povoações paulistas na terra roxa do oeste, ou persistem como hiatos urbanos. Das possibilidades de transformação que oferecem, temos o melhor exemplo, pela escala e pela clareza, no recente aproveitamento dos fundos de vale na capital da Bahia. Bastante irregular, depois do risco inicial em tabuleiro de xadrez, Salvador cresceu por sobre um relevo atormentado de colinas. Saltou por sobre um impressionante arabesco de fendas, grotas e pequenos vales. Envolveu-os e se adensou, deixando essas funduras vazias. Pôde, como fez agora de maneira nem sempre feliz, voltar-se a essas nesgas de terras baixas e largadas. Pôde estudá-las em conjunto e projetar sua ocupação. Criou, então, uma outra rede viária de trânsito rápido, que dá novo alento ao núcleo histórico e aos bairros novos, embaixo e pelos fundos do casario antigo[37]. Como no passado a cidade baixa foi conquistando as águas do porto, as vias expressas correndo pelos vales profundos e apertados vão abraçando de forma surpreendente a fracionada e fascinante aglomeração luminosa.

"Esta serra tem dono. Não mais a natureza
a governa. Desfaz-se, com o minério,
uma antiga aliança, um rito da cidade."

Carlos Drummond de Andrade
Triste Horizonte, **1976**

Lá se vai, com o minério de ferro de alto teor, o típico perfil da serra do Curral del Rey e o belo horizonte da capital mineira. A terceira cidade mais populosa do Brasil não precisará mais galgar ou se deter diante das faldas que a envolviam sorridentes. Nas cidades brasileiras, no entanto, nem sempre as escarpas mais íngremes somente contornam as concentrações urbanas. Muitas vezes irrompem

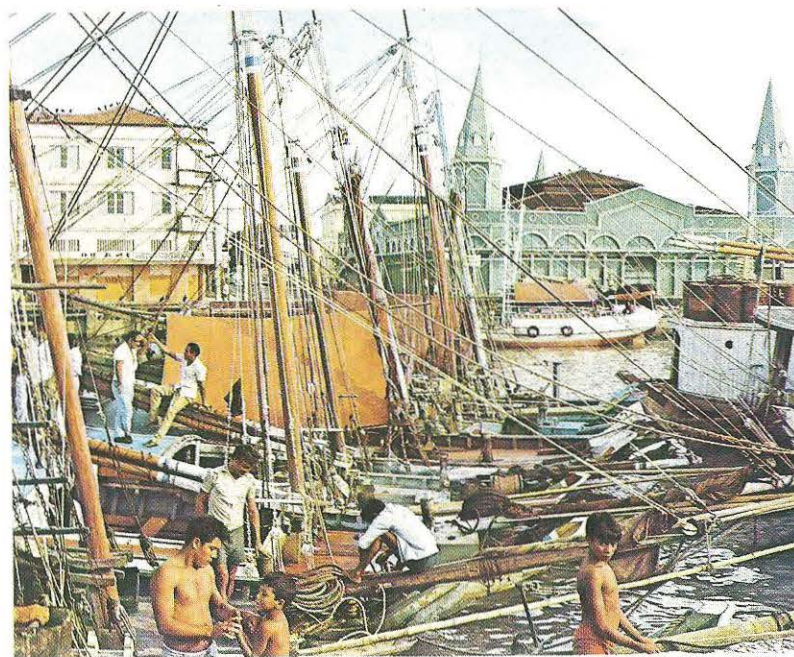
dentro delas com formas bizarras e surpreendentes. O sítio preferido para as antigas fundações é o motivo em ambos os casos. João Pessoa, São Cristóvão, Salvador, Porto Seguro, Aparecida do Norte e São Paulo mantiveram-se, por muito tempo, a cavaleiro das encostas que as circundavam e protegiam. Belo Horizonte, muito jovem e aninhada em amplo forum de montanhas, atesta outros critérios para escolha do seu sítio, outro ímpeto de crescimento e outra voracidade extrativa. Dentre as formações urbanas que se acasalam com as colinas e com as formações pétreas, relação pitoresca mas nada cômoda, igualmente devida à localidade eleita para plantá-las, há que lembrar Olinda, Ouro Preto, Santos, Florianópolis e, muito notoriamente pelos inopinados afloramentos graníticos, Vitória e Rio de Janeiro.

III
CONSTRUÇÕES

9 PRÉDIOS PÚBLICOS

Os símbolos da organização do Estado, os abrigos para os responsáveis pelo governo raramente se destacavam, poucas vezes se apresentavam de maneira condigna e freqüentemente inexistiam nas vilas e cidades do Brasil. Nos três séculos de vida colonial ou no século e meio de Independência conquistada, a arquitetura civil pública foi discreta, quando não precária. Houve exceções notórias e notáveis além de mudanças políticas, que exigiram novos tipos de construções oficiais. Porém, o seu pequeno número e porte e, em especial, a sua presença urbanística tímida persistem.

O papel modesto de uns poucos edifícios voltados à administração pública ou ao exercício da vida política é um fato de nosso passado ainda verdadeiro. Para não citar o nomadismo de repartições e funcionários públicos! É comum não terem sede própria e viverem

A troca e o abastecimento, o controle fiscal e o higiênico, ilustrados aqui pelo mercado do Ver-o-Peso em Belém do Pará.

Paulistanos no estádio do Pacaembu em meados do século.

tão-somente com a mudança da capital federal para o planalto Central, que, na Praça dos Três Poderes concebida por Lúcio Costa e através do lápis de Oscar Niemeyer, ganhou uma instalação funcional e expressiva[5] o Congresso Nacional.

"Mas foi El-Rei enganado;
E eu, como povo, o paguei."

Gregório de Matos
sátira a um novo governador, **depois de 1686**

Aonde se instalaram os representantes del Rey em nossas terras? Capitães-generais, governadores e vice-reis ocuparam palácios, quando os havia, nas duas capitais da colônia e nas sedes de governo das capitanias. Alguns foram para tal construídos, como o do governo-geral em Salvador ou do governo das minas em Ouro Preto, outros foram adquiridos e adaptados, como o aproveitamento do antigo colégio da Companhia de Jesus em São Paulo, depois da sua expulsão. O paço dos governadores na primeira capital do Brasil foi substituído por construção de outra época, que relembra a função do local antigo. O palácio da Vila Rica de outrora, bem conservado, abriga hoje a Escola de Minas e Mineralogia e é mais uma fortaleza a declarar agressivamente o seu papel na capital das lavras do ouro e nas montanhas onde germinaram novas idéias. Outro paço de governo, vetusto e bem conservado, é o de São Cristóvão, antiga capital de Sergipe.

Muito transformado e de grande significado é o edifício que dava o nome à venerável Praça XV de Novembro, antigo Largo do Paço, no Rio de Janeiro. Acolheu governadores, vice-reis, reis portugueses e a família imperial... depois foi sede dos Correios e Telégrafos! Com o tempo dividiu suas funções e cedeu a vez a palácios como o da Quinta da Boa Vista, o de verão em Petrópolis e o Guanabara, que continuaram no mesmo uso ou se voltaram a atividades culturais, com o advento da república. Outros espólios exuberantes da aristocracia do Império passaram a servir a presidência da República e os ministérios como o Palácio do Catete, o petropolitano Rio Negro e o Itamarati. O próprio chefe de Estado não escapou ao nomadismo. Como as outras autoridades federais, mudou daqui para lá e ocupou os imóveis que conseguiu, grandes solares que passaram de notáveis residências a moradia e gabinete de trabalho presidenciais[6]. No estado mais populoso, urbanizado e rico do país é na periferia da sua capital e num prédio concebido para outros fins que atende o governador paulista. Estão melhor instalados os chefes

dos governos da Bahia, do Espírito Santo, de Minas Gerais, de Goiás, do Paraná e do Rio Grande do Sul, por exemplo. Com uma ou mais casas de diferentes épocas e aparências, estes governos contam com importante referência urbana nas capitais de seus estados.

Com o desdobramento das administrações municipais, as prefeituras ganharam, também, edifícios à altura como em Porto Alegre. Outras ainda compuseram, com a sede do legislativo e as diversas repartições do município, centros administrativos como os de Santo André e São Bernardo do Campo. Administrativos e políticos! Tradição monumental das casas de Câmara e Cadeia e fruto das concepções arquitetônicas contemporâneas, aonde não paga a administração da coisa pública aluguel e aonde os seus responsáveis se apresentam corretamente. Brasília é neste aspecto o exemplo mais recente e completo. O Palácio do Planalto ou dos Despachos compõe na Praça dos Três Poderes um espaço monumental que expressa com clareza a sua função institucional. O Palácio da Alvorada, residencial, afastado da cidade como a Quinta da Boa Vista no Rio e tantos outros paços nos estados, se perfila numa tradição[7] e se expõe acolhedoramente, através de suas vidraças e alpendres. São ambos palácios que, gabinete e moradia especiais, revelam consciência da sua função e do seu significado.

> **"Houve até agora casa de quintar em Taubaté, na vila de São Paulo, em Parati, e no Rio de Janeiro..."**
>
> **André João Antonil**
> Cultura e Opulência do Brasil, **1711**

Além das instalações necessárias às mais altas autoridades legislativas, executivas e judiciárias, há aquelas de repartições públicas importantes, como as que regulam a vida econômica e as que atendem o cidadão. Com a maior complexidade do governo, as repartições têm pontificado em grande número pela cidade brasileira. São órgãos arrecadadores de tributo, mercados municipais, centros de abastecimento, postos de assistência social, diferentes serviços técnicos e administrativos. No passado sobressaíram os postos arrecadadores ou controladores do fluxo das riquezas. Poucos estão de pé, mas importaram muito na vida urbana. A economia da colônia era rigorosamente acompanhada pelas casas da moeda e dos negócios da fazenda, pelos registros (eis aí um nome de cidade!), pelas casas do quinto[6]. Basta lembrar que, na já tantas vezes referida antiga Praça Municipal de Salvador, ao lado da Casa de Câmara e Cadeia e do paço dos governadores, se encontravam a casa dos negócios fazendários, a alfândega e armazéns.

O centro da capital do Ceará e a fortaleza que lhe deu o nome.

Herdeiros desses organismos oficiais são as repartições de todo o tipo; sucessoras das antigas casas de quintar e da moeda são as suas sedes, esparramadas em todos os aglomerados urbanos. Alguns prédios de porte denunciam as principais agências de atendimento público ou os superiores comandos da burocracia. Isoladas ou não, quando têm local e construção apropriados, são referências ponderáveis no panorama de um núcleo urbano. O Palácio da Cultura e outros grandes edifícios ministeriais são testemunhos cariocas ainda recentes do ex-distrito federal. Em Belo Horizonte, cidade planejada de início, uma ou outra digna construção no encontro de grandes avenidas, e um grupo delas, compondo com o Palácio da Liberdade a praça do mesmo nome, não deixam dúvidas quanto ao papel da capital mineira. Nos centros administrativos municipais que vão despontando pelo país, muitas vezes, um grande arranha-céu dominante concentra todos os setores burocráticos. Finalmente em Brasília, o plano piloto é cristalino ao dispor urbanisticamente os infinitos escritórios de uma sede do governo na austera e monumental Esplanada dos Ministérios.

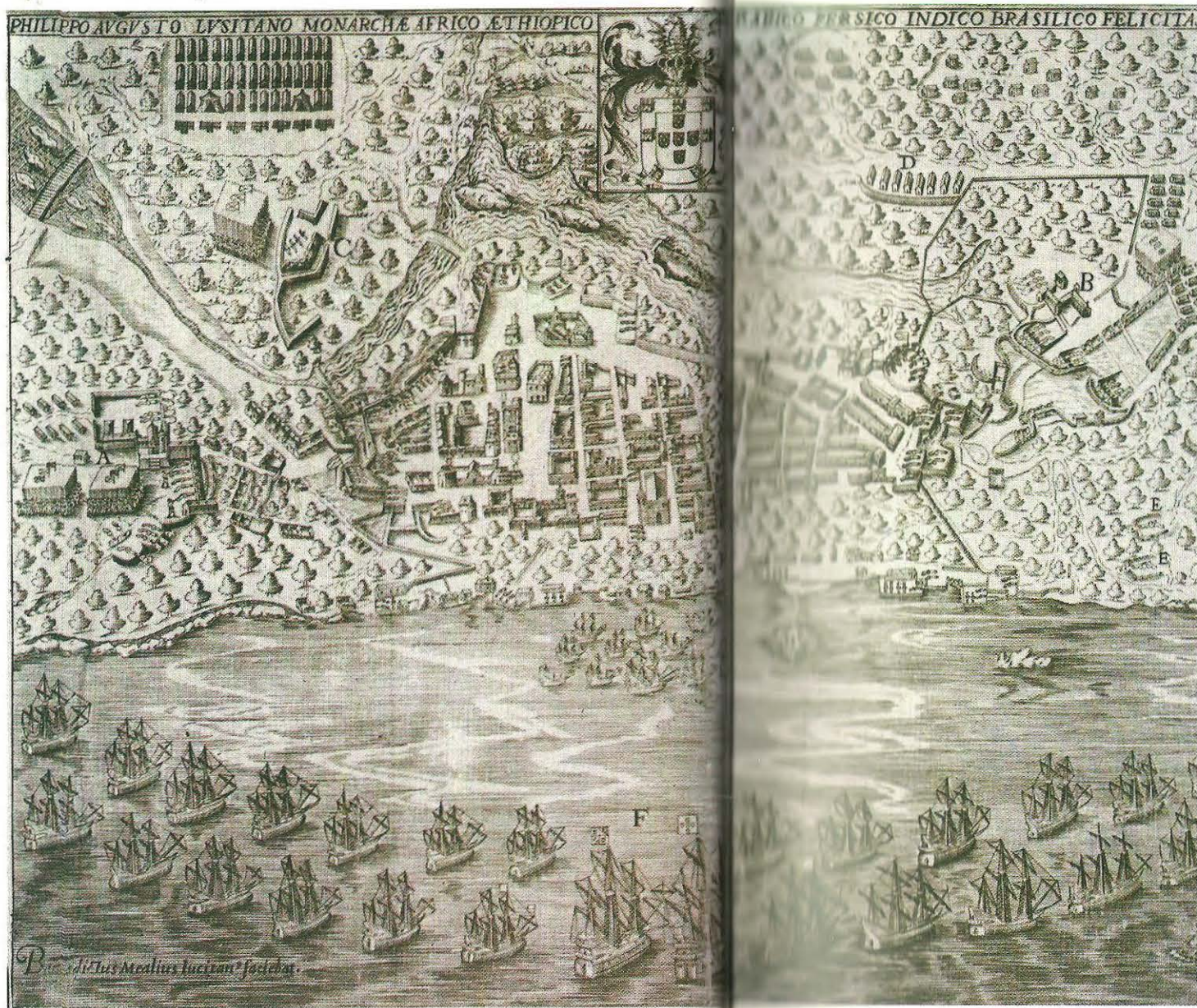
Os mercados municipais merecem destaque pelo seu impor-

tante papel econômico e social, a partir do século passado, e pelo novo elemento característico que introduziram na nossa paisagem urbana. Geralmente de banda e na borda da cidade[9], vieram os mercados enriquecer o cenário existente com prédios singelos de madeira ou de alvenaria, com simples coberturas ou pátios fechados, com construções mais audaciosas a introduzir entre os materiais empregados o ferro e o vidro. São todos símbolo da ação reguladora do Estado e da sua responsabilidade para com o abastecimento de uma gente citadina, que não planta o que come. Os grandes centros de abastecimento contemporâneos — não um edifício e sim um conjunto de pavilhões, pátios e estacionamentos — são, em outra escala, os quadros da mesma tarefa delicada e essencial para o suprimento das cidades maiores e das metrópoles. E se tornam, nessas concentrações e numa dimensão correspondente, referências marcantes do seu perfil.

> **"... é lá que se representa a comédia. A sala é bastante bonita, porém pequena, e muito estreita."**
>
> **Saint Hilaire**
> Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, **1830**

Os prédios públicos voltados ao lazer, no sentido mais amplo, têm importante significado político, econômico e social. São aqueles voltados à educação e à cultura; a relação entre o tempo livre disponível pelo cidadão e as perspectivas que oferecem, fazem-nos importantes marcos do viver urbano. Estão mais difundidos no país, em graus diferentes, os teatros, os estádios, sobretudo, as escolas. Contavam-se a dedo, no passado, especialmente no regime colonial. O comentário anterior do viajante francês se refere ao teatro de Vila Rica, que ele conheceu em 1817 e que lhe pareceu, por fora, uma casa sem destaque. Teatros maiores e mais confortáveis apareceram com a Independência e com o enriquecimento de determinadas regiões brasileiras. Refletiram essas casas de espetáculo a lenta urbanização do país[10]. O Teatro Santa Isabel no Recife, o da Paz em Belém do Pará, o José de Alencar em Fortaleza e o Amazonas em Manaus, bem como, o Teatro São Pedro em Porto Alegre, os Municipais do Rio de Janeiro e de São Paulo e outros tantos, pequenos mas portentosos, testemunham o Império ou o início da República, quando se fizeram imprescindíveis a suas elites. Pontos de honra da cultura urbana, sobretudo para as capitais, continuaram a ser erguidos, como atestam os bem recentes Teatro Guaíra de Curitiba, Castro Alves da Bahia e o Nacional de Brasília.

Da metade do século passado em diante, outros estabelecimentos culturais aparecem e, conseqüentemente, outros tipos de edificação para abrigá-los. Os museus, os arquivos, as bibliotecas públicas surgem, ora se aproveitando de edifícios cuja função nobre anterior desaparecera, ora provocando o projeto e a construção do inédito nas cidades. Após a instalação da República, o palácio imperial da Quinta da Boa Vista é convertido em Museu Nacional; as sedes da Biblioteca Nacional e da Municipal paulistana, em momentos e desenhos arquitetônicos diferentes, procuram resolver com técnica e arte, com a dignidade devida, o problema da guarda e da consulta do livro de todos; para o Arquivo Nacional, zelador da documentação oficial brasileira, existe terreno indicado para suas dependências na nova capital federal. Além dessas construções, as galerias e os pavilhões de exposição, os auditórios ao ar livre e as conchas acústicas são outros equipamentos de recreio que se multiplicam e atestam uma crescente atenção para com as atividades culturais. Importantes para a cultura e o recreio e, já há algumas décadas, marcantes na paisagem urbana brasileira são os estádios e os ginásios. Enormes construções, como o Maracanã no Rio, o Morumbi em São Paulo e o Mineirão em Belo Horizonte, imprimem uma imagem típica dos bairros, das cidades e do país em que foram erguidos. E exprimem a faceta dominante da recreação de vastas parcelas de sua população, fascinadas pelo futebol e exigentes quanto a maior atenção à cultura física.

O cuidado que o corpo social e o Estado devem dispensar à formação das novas gerações se reflete no porte e no requinte arquitetônico de certas construções escolares. Notadamente, os edifícios para colégios dos dias de inauguração e de afirmação do regime republicano expressam o trato que mereceu a educação pública. Não só esse novo tipo de edificação — a escola — como a sua locação urbanística ressaltam a importância da informação e da formação dos cidadãos. Ao lado de muitos prédios nobres, levantados de norte a sul na virada do último século para o mesmo fim, a antiga Escola Normal de São Paulo, constituiu-se também matriz arquitetônica de inúmeras outras no mesmo estado, tem um aspecto de palácio, foi o segundo maior edifício da capital paulista, e abre-se para uma de suas maiores praças, que se chama muito significativamente, da República. Novos tempos e costumes, novas idéias e necessidades[11] introduziram esses verdadeiros palácios da infância e da juventude no quadro de nossas concentrações urbanas, grandes ou pequenas. Como eles, aparecerão sem dúvida, em maior número e mais generosos, os parques da instrução e formação superior que são as dependências universitárias modernas.

Assalto à cidade do Salvador ocupada pelos holandeses. Esta gravura de 1625, constante da *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal* de Bartolomeu Guerreiro, revela um complexo sistema defensivo para a capital da colônia, que influenciou a sua expansão posterior.

10 INSTALAÇÕES MILITARES

As fortificações e os serviços de apoio à defesa tiveram uma influência sobre as cidades do país maior do que se possa hoje imaginar. Marcaram a vida e o desenho[12] das mais antigas. Seus vestígios foram envolvidos com o passar do tempo por um tecido urbano muito maior e mais denso. Seus herdeiros funcionais, diferentes no tipo e na aparência, não possuem a mesma presença. As armas, as cidades e, principalmente, as exigências da paz e da guerra mudaram. Menos complexos que os contemporâneos, os núcleos coloniais eram marcados por considerações militares desde a escolha do seu lugar até a definição do seu contorno e dos seus acessos.

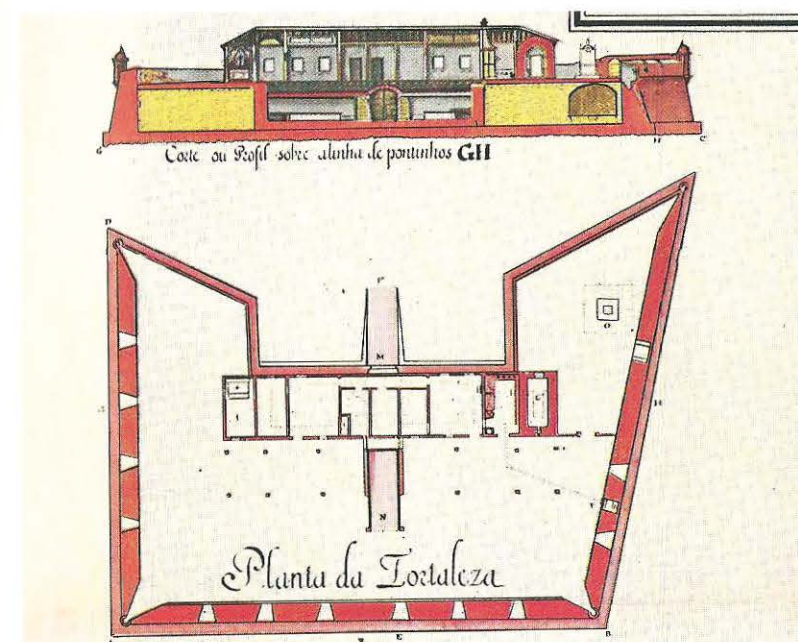
Fora das primeiras feitorias, vilas e cidades distribuíam-se baterias, fortins e fortalezas. Situavam-se privilegiadamente para zelar pelos habitantes e para vigiar os forasteiros. Na orla marítima ou terra adentro, ligavam-se à povoação que guardaram, ou que à sua custa se desenvolvera. Os seus caminhos eram direções para a expansão urbana, como se deu claramente em Salvador. Hoje essas fortificações, desaparecidas ou veneradas, têm os seus locais abraçados por aglomerações crescidas, muito maiores. Estão, pois, esquecidas ou ocultas, não deixando perceber que importantes vias atuais fossem as suas ligações de outrora com o primitivo coração da urbe.

Dentro do perímetro urbano, muitas vezes estabelecido em termos e por razões militares, a importância de arsenais, casas do Trem e da Pólvora, quartéis e presídios é testemunhada por escritos, imagens e pela sobrevivência de algumas construções notáveis. Quando existiram, valas e muros definiam o limite do casario e, em conseqüência, moldavam as quadras e o percurso das ruas de uma localidade. As instalações para a defesa contemporânea são mais numerosas, contudo se distribuem por vastas áreas urbanizadas. Denunciam-se menos e se despertam o interesse é mais pela própria extensão como no caso das bases aéreas.

> **"... e, passando ante a fortaleza inimiga, que atirava ferozmente contra eles, lançaram ferro mesmo adiante da cidade de São Luís."**
>
> **Gaspar van Baerle**
> História dos feitos... praticados... no Brasil, **1647**

A tal se atreveram os holandeses e assim se defenderam os lusitanos! Para atacar e ocupar um estabelecimento portuário era pre-

ciso passar — mais propriamente forçar a entrada — pela barra. Barra do rio, da baía, do canal. Esses verdadeiros portões naturais tinham, até pouco, importância defensiva primordial. Por isso, grandes fortalezas os protegiam como a de Macapá, a dos Reis Magos em Natal, a de Itamaracá, a de Santo Antônio da Barra em Salvador, a de Santa Cruz no Rio e a de São José da Ponte Grossa em Santa Catarina. Além dessas sentinelas, outras se dispunham em posições estratégicas avançadas ou mais próximas do porto como o Forte de Santa Catarina em Cabedelo, o do Pau Amarelo afastado de Olinda, os de Santa Maria e Monte Serrat dentro da baía de Todos os Santos, o de São João da Bertioga e o de Itapema em Santos. Espetacularmente situados no meio da água, os fortes de São Marcelo em Salvador e o da Laje no Rio compunham os complexos sistemas defensivos das duas capitais costeiras do Brasil. E junto aos maiores portos como ao longo da extensa costa, pequenas baterias apoiavam as fortalezas possibilitando o fogo cruzado ou guardavam as paragens distantes e isoladas.

Corte e planta da fortaleza de São Lourenço da Ponta de Itaparica.

As fortificações marítimas desativadas são legados históricos sugestivos pelo porte como pela técnica construtiva. Além das poucas relacionadas e de tantas outras notáveis e veneráveis pela idade, as mais recentes e já obsoletas para a defesa como o Forte Copacabana, estão a sugerir um reaproveitamento social criterioso. Nenhuma delas individualmente alcança as proporções de grandes fortalezas da América espanhola, como a de Callao no Peru, a de Cartagena na Colômbia ou a de Vera Cruz no México. Porém, diferentes no tamanho e nas características, todas atestam grande sabedoria no bem locar, projetar e construir. Os seus sítios são exemplarmente escolhidos sobre promontórios rochosos, faldas de montanha ou rasos cabedelos. Os seus projetos revelam o ajuste inteligente português às condições topográficas locais dos protótipos de redutos para a artilharia, desenvolvidos sobretudo na Itália e na França[13]. Essas vetustas construções marcaram o perfil das marinhas e condicionaram a própria expansão de muitas cidades litorâneas, que foram calcando o traçado viário sobre seus acessos e interligações[14]. E, muito especialmente, determinaram pela sua situação também a dos núcleos urbanos e dos seus sítios originais.

> **"... só à trincheirinha de Sto. Antônio, arruinada, alerta e quase rasa com a terra mostrasse espíritos de resistência!"**
>
> **Antônio Vieira**
> Sermão de Santo Antônio, **1638**

Igualmente marcantes, porém muito mais raras, são as fortificações terrestres que defendiam a retaguarda de um porto ou um povoado no sertão. Elas completaram o colar de baluartes em torno das duas sedes do governo colonial. Os fortes de São Pedro, do Barbalho e de Santo Antônio de Fora estavam atentos também à eventual ameaça de um ataque a Salvador por trás e por terra; hoje cercados por uma cidade muito maior comprovam como foi cuidado o seu projeto arquitetônico e exibem, aproveitando condições topográficas mais favoráveis que os pontões das praias, a engenharia militar de sua época com muita clareza. No Rio de Janeiro, algumas baterias, dentre várias projetadas, foram erguidas mirando os mangues e os morros[15] da Tijuca, como a do Campinho que guardava a estrada para a fazenda Santa Cruz.

Grandes fortalezas interioranas se encontram no norte, no oeste e no sul do país. Foram praças fortes avançadas a assegurar a posse dum imenso território desbravado mas não ocupado, a decidir o destino duma região contestada. Forte do Príncipe da Beira

nas selvas amazônicas, Forte Coimbra no Pantanal, Forte Pedro II de Caçapava do Sul na pampa gaúcha... Surgiram e ampararam, em escala e com sucessos diferentes, formações urbanas como Tabatinga no extremo ocidental amazonense. Sempre dominaram posições sabiamente escolhidas, como nos casos mencionados: uma corredeira do rio Guaporé, uma barranca do rio Paraguai, uma coxia na planície sulista, um estreitamento do Solimões...

Outras formas de defesa terrestre existiram e deixaram testemunho. Muralhas de taipa ou de pedra, como as paulistanas muito discutidas a partir de documentos antigos e como as de Salvador de que um segmento foi descoberto em recente restauração de sobrado[16] no Largo do Pelourinho. Fossos e faxinas, trincheiras e tenalhas, como atesta o nome da outrora rua da Vala carioca. Um dique, como o do Tororó que, inundando um dos pequenos e profundos vales da parte velha da capital baiana, criou barreira intransponível e reservatório de água precioso. Estes últimos recursos defensivos, contudo, são todos excepcionais em nossa colonização.

> **"Os armazéns, assim para pólvora, como para recolher-se a artilharia, as munições, e mais arranjos para o serviço dela; outros para trabalharem os artífices do trem, todos foram feitos pela grandíssima necessidade que havia..."**
>
> **Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil**
> relatório a seu sucessor, **1779**

O conjunto das coisas do trem, ou daquelas necessárias aos serviços da artilharia para a defesa duma aglomeração, exigia um local apropriado e um edifício específico para a sua própria segurança e conservação. A Casa da Pólvora em João Pessoa e a Casa do Trem em Santos são testemunhos dessas construções de cunho eminentemente militar junto ao coração das vilas. Correspondem às linhas de manutenção dos armamentos, aos depósitos e arsenais que, mais complexos e diversificados, hoje se encontram nos aglomerados contemporâneos. Como os paióis e almoxarifados, as oficinas e pátios de trabalho e de manobra — que naturalmente também compunham o interior das grandes fortalezas — essas casas do Trem e da Pólvora compareciam num centro urbano maior ou localizado em posição mais avançada. Se eram mais modestas do que as instalações de acesso igualmente restrito suas sucessoras, representavam todavia ao lado das fortificações outra referência militar. Impunham-se de maneira mais declarada e mais esclarecedora da sua missão, bem no âmago das cidades menores de então.

"... olhar para os soldados como cidadãos livres; chibatadas são só próprias para vis escravos..."

Raimundo José da Cunha Matos
pronunciamento na Câmara dos Deputados em 16 de julho de 1828

A transformação do alistamento, da organização das forças armadas e dos armamentos trouxe uma complexidade maior às instalações militares contemporâneas, que procuram atender a novas estratégias e — importante para a cidade — a outras necessidades defensivas. Assim, fala-se menos em fortificações e cada vez mais em sistemas de defesa. Aquelas ficavam nas bordas ou nas imediações dos povoados, estes se espalham por toda uma região. Todavia, estão dentro das aglomerações urbanas uma série de serviços que, se não lidam com as armas diretamente, tratam com o cidadão soldado. São os postos de recruta, as escolas e academias militares, os pátios e campos de exercício e toda a gama de dependências administrativas para cuidar do pessoal, das finanças, do patrimônio, do suprimento, da manutenção, além dos comandos, dos quartéis-generais, dos estados-maiores e dos centros técnicos de todo o tipo. O texto do discurso acima ilustra um problema de pessoal no momento em que o país organizava suas forças armadas, conquistada sua independência.

Um povoado cearense e sua igreja.

Os quartéis, que vemos em toda a parte, marcam a presença das atividades defensivas nos núcleos urbanos. Edifícios maiores ou menores, especiais ou corriqueiros lembram os antigos presídios somente pelo acesso proibido. Necessitam, por outro lado, de terrenos amplos, o que lhes confere um caráter de área reservada como a de um clube ou condomínio. É nas capitais ou nas sedes de comando que edificações maiores comparecem. Ainda assim, os centros de decisão, estudo ou treinamento que as ocupam exigem prédios funcionais e menos peculiares do que no passado. As bases navais e, especialmente, as bases aéreas se distinguem mais nitidamente nas cidades pela sua natureza e características. É o caso da Escola Naval ou do Campo dos Afonsos no Rio de Janeiro, ao contrário duma série de edifícios importantes como o conjunto da Praia Vermelha ou do antigo Ministério da Guerra, que são construções públicas como as outras. A Academia Militar das Agulhas Negras é ótimo exemplo desse caráter mais funcional, na sua relação com Rezende no vale do Paraíba.

11 CONSTRUÇÕES RELIGIOSAS

Na composição da nossa paisagem urbana tradicional deram o tom as construções das ordens religiosas e do clero secular. A presença, o porte, o requinte e, sobretudo, a situação privilegiada tornaram-nas balizas das pequenas e grandes aglomerações. Na vida pacata de então, esses prédios variados cumpriam um importante papel, tanto pelas atividades que abrigavam como pelas que irradiavam. Já o culto, a assistência social, o ensino; já as concentrações no adro, as procissões, os autos-da-fé. Quando o xadrez viário se impôs, um Brasil bastante transformado viu se difundir, principalmente pelo interior, a característica igreja e praça da matriz.

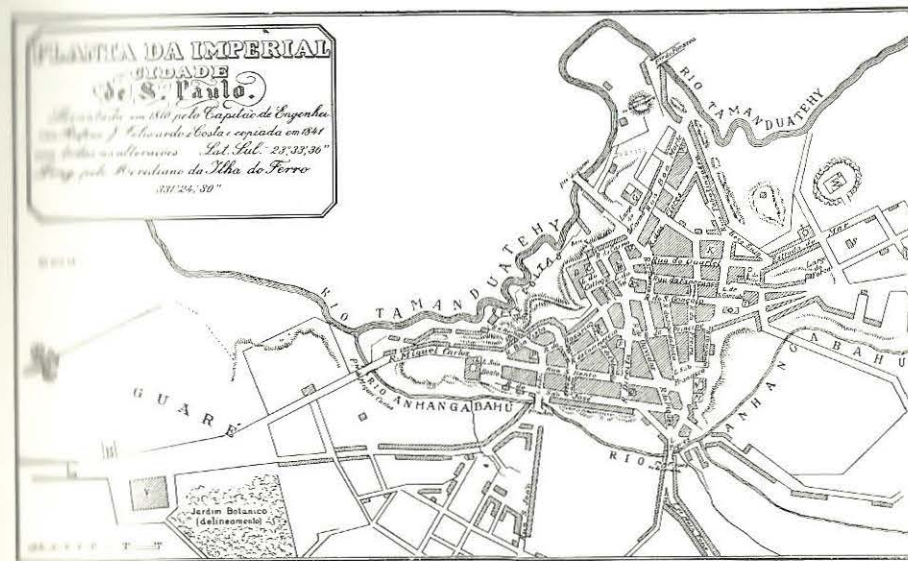
Nas plantas de cidades coloniais aparecem praças, largos ou terreiros como as principais articulações. Talvez um largo do Pelourinho aqui, um local próprio para feira acolá... Seguramente, no

entanto, os adros generosos dos templos. Basta consultar um guia turístico, um roteiro bibliográfico ou, ainda, compilar nomes tão familiares como largo de São Francisco, praça da Sé ou pátio de São Pedro. São logradouros que dão acesso a igrejas, conventos, santas casas e seminários. Estabelecimentos que hoje perderam sua importância no panorama sociourbano, mas que imprimem nos núcleos atuais a marca da sua dignidade passada.

Sobrevoando as cidades brasileiras mais antigas, aproximando-se delas por terra ou por mar, percorrendo suas ruas, impõem-se à vista essas edificações religiosas. Diante do visitante, do morador acostumado, do fiel praticante, constituem as referências maiores do passado, quando não do presente. Frisam, ao lado de outros grandes marcos atuais, a transformação da cena urbana brasileira, que ainda não encontrou sucessoras à altura da sua presença na paisagem e na vida.

> **"... Da maior riqueza**
> **Presentes tem talvez os santuários**
> **Em que hão de esgotar tantos erários;"**
>
> **Cláudio Manuel da Costa**
> Vila Rica, **séc. XVIII**

Nem sempre ricos, porém nunca ausentes foram os templos. Toscas capelas logo surgiram num embrião urbano ou, erguidas em zona rural, provocaram a formação do mesmo. Nas suas naves se reunia a comunidade local vinda de longe[17] para a prática da religião dominante, para o acesso ao quase único veículo de cultura, para o indispensável e desejado contato social. Capelas, capelas curadas e paróquias conferiam graus de importância às localidades, através da jurisdição e da nomenclatura eclesiástica. Daí, termos usuais como freguesia — designando um bairro visitado pelo cura — que se adaptaram para as divisões administrativas temporais. E, quanto à vida institucional, basta dizer que nascimentos, casamentos e óbitos eram aí registrados perante a Igreja e perante o Estado. O rebatimento desta marcada presença dos santuários na vida passada brasileira é o seu marcante perfil na paisagem das cidades antigas e a multipolaridade peculiar das mesmas.

Conhecemos bem nos nossos quadros urbanos tradicionais o destaque das igrejas matrizes. Nas localidades mais recentes, dominam as matrizes com suas praças, constituem o marco principal do centro e caracterizam-nas para o forasteiro[18]. Se uma vila merecesse a designação dum bispo, sua matriz receberia a cadeira ou o trono episcopal e transformar-se-ia, por isso, numa catedral ou sé. Era,

São Paulo nos últimos tempos coloniais. Seus conventos são balizas de uma trama viária acanhada e irregular. Ampliação da carta antecedente realizada por Paulo Cursino de Moura.

assim, conferida a sua distinção e afirmada a sua nova categoria. É o poder temporal, realmente, elevava uma vila a cidade para que a igreja católica aí estabelecesse a sede dum bispado. Atente-se para o contraste curioso entre a prerrogativa de Mariana, cidade com sé, e a de Vila Rica, antiga capital mineira, com somente duas matrizes[19], bem como, para o destaque dado, em nossos dias, à catedral de Brasília no Eixo Monumental.

Minas Gerais ilustra, também, um outro tipo de templo de grande significado sociocultural: o das Ordens Terceiras e das irmandades laicas. Existiu em todo o país. Como existe ainda e com expressão, ao lado das igrejas do clero secular, dos curas, dos párocos, dos monsenhores, assim como, das igrejas das ordens regulares, dos monges e das freiras. Estamentos diferentes da população se congregavam nessas irmandades, participando de sua orientação e organização, competindo com as confrarias rivais, perpetuando-se pelo enterro no assoalho das suas igrejas, nos seus cemitérios. Os arraiais mineiros, aonde não puderam se instalar as ordens monásticas e, conseqüentemente, aonde não aparecem os conventos, são marcados pela disputa dos confrades. Rivalizam as sedes de suas irmanda-

des pelas situações privilegiadas, pelas proporções maiores, pelo maior labor artístico. Apresentam-se, em geral, soltas de outras construções[20], exibindo toda sua plástica barroca.

"... a dos Beneditinos, dos Jesuitas, de Sto. Antônio e a dos Carmelitas. Só se vem nestas casas de religiosos apartamentos soberbos ou capelas ornadas de ouro..."

Louis Chancel de Lagrange, embarcado no "Aigle"
descrição da invasão de Duguay-Trouin, **1711**

Ausentes da feição tradicional urbana mineira, os conventos são constantes nas outras regiões brasileiras de urbanização mais antiga. Quatro ordens religiosas tiveram notável papel nos tempos coloniais e exibiram construções que caracterizaram as cidades maiores, não sendo ofuscadas por nenhuma outra. Compreende-se, pois, o comentário do primeiro-tenente francês sobre a cidade que encontrou na baía de Guanabara. Reunindo muitos religiosos e irmãos leigos, concentrando quase exclusivamente as possibilidades de receber, fruir e transmitir a cultura, com uma missão social claramente estabelecida e constituindo centros de produção e consumo ponderáveis, essas ordens regulares geraram edifícios em pontos estratégicos dos pequenos núcleos urbanos, em proporções incomparáveis e ostentando grande saber técnico e artístico, senão riqueza. Assim como os espaços públicos mais notáveis, os conjuntos arquitetônicos maiores são os dos monges beneditinos, dos padres jesuítas, dos frades franciscanos e carmelitas.

As construções conventuais são pela sua função grandes e complexas. Reúnem ao templo, o claustro e todas as dependências necessárias aos monges. Agregam, ainda, entre outros anexos, a igreja da Ordem Terceira, a dos irmãos leigos de São Francisco ou do Carmo (único ramo e prédio destas ordens que existia nas minas gerais). Com o tempo, o crescimento do número de frades e o aparecimento de novas necessidades, esses conjuntos edificados foram sucessivamente reformados quando não totalmente reconstruídos. Os mosteiros de São Bento de Olinda e do Rio de Janeiro são testemunho dos grandes construtores beneditinos. As residências de Nova Almeida, no Espírito Santo, e do Embu, em São Paulo, ressaltam o que foi o trabalho missionário jesuítico. Os conventos franciscanos de Penedo, Alagoas, e de São Cristóvão, Sergipe, são das mais altas expressões de arquitetura brasileira. Os cenóbios soteropolitano e ituano do Carmo impressionam, na escala diferente de suas cidades, pelo porte.

A presença marcante dos conventos se devia, além do tamanho das edificações, à extensão de suas propriedades e à importância dos

seus adros. Em geral na borda do tecido urbano, suas terras cultivadas compunham grande parte da periferia. Tornavam mais definida a separação usual pouco nítida entre a cidade e o campo. Desapareceram com o crescimento como em São Paulo, foram bastante amputadas como em Salvador e persistem dando um caráter especial à paisagem como em Olinda. De outra parte, as portarias dos mosteiros e, sobretudo, os frontispícios das igrejas da Ordem Primeira e da Terceira abriam-se para largos, que se converteram em palpitantes espaços públicos. São adros que, com o tempo, foram sendo embelezados e ampliados, foram atraindo os mais importantes eventos sociais, bem como, conferindo às aglomerações seus melhores cartões postais. João Pessoa ostenta um magnífico acesso ao cenóbio franciscano, notável obra de arte.

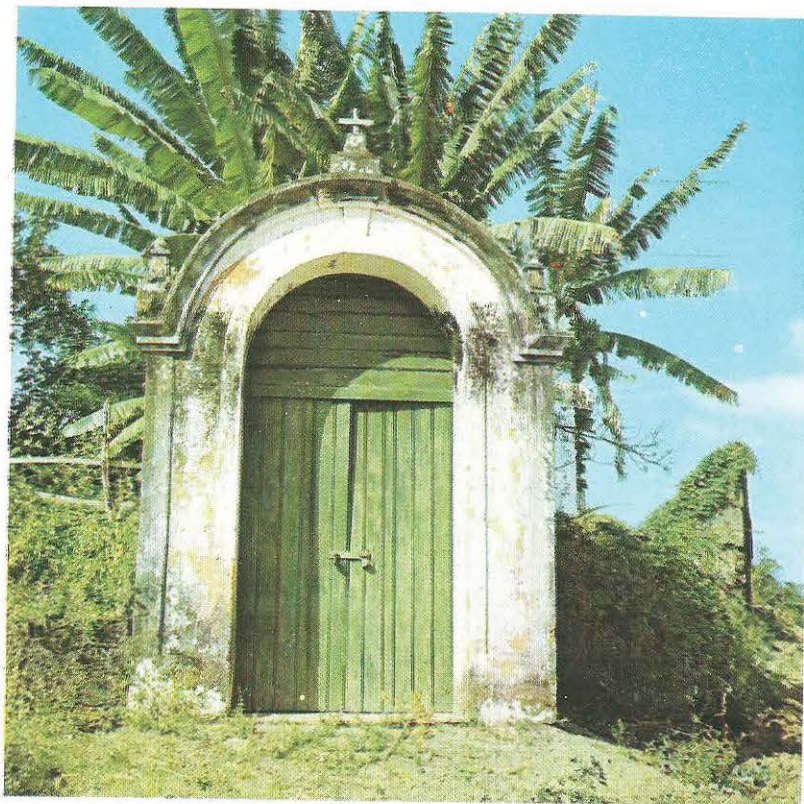
"Traspassado, transfixado,
Chagado, esbofeteado,
Escarrado; abandonado"

Murilo Mendes
Crucifixo de Ouro Preto, **1954**

A prática da religião saiu das igrejas e ganhou os seus adros e as ruas mais distantes. Envolveu a cidade como festa pública, acontecimento social e manifestação de arte. Teve nos autos-da-fé, num certo período, e nas procissões, ainda vivas, manifestações típicas, correspondentes às imagens dos santos que permanentemente zelavam as ruas. Esse transbordar do rito religioso por todo o espaço público da cidade, tinha grande alcance político-sociocultural. Gerou conflitos graves entre irmandades mineiras rivais nos setecentos[21]. E, muito antes, fora proibido no Brasil holandês, segundo Gaspar van Baerle[22], que nos revela determinações para que o povo católico exercesse o culto tão-somente nos locais de culto.

Nos adros das igrejas franciscanas, geralmente trapezoidais e notavelmente bem compostos, quase sempre comparece o cruzeiro para as festas da Santa Cruz. Ao longo das vielas e das ruas antigas eram freqüentes os nichos e os oratórios que, cavados nos alçados do casario, se voltavam para os transeuntes. Proclamavam o orago ou o santo da devoção duma família proprietária. Cintilavam, tênue e pitorescamente, na noite escura a luz das velas e das lamparinas. Um caso especial, muito conhecido e curioso é o do Oratório do Pascoal num largo além do Carmo em Salvador. Contribuição delicada do setecentismo, ilustra bem essa ocupação do espaço comum pelos temas e pelas atividades religiosas. Interpenetração dos ambientes e dos incensos do templo e da rua que talvez explique a leveza, a graça e a generosidade, francamente urbanas[23], de nossos frontispícios...

Os "passos" ilustram melhor esse íntimo contato entre as igrejas e a cidade. São capelinhas, que se abrem nas festas da Paixão, representando os passos da Via Sacra. São altares, mais ou menos elaborados, idealmente em número de quatorze, que fazem das ruas naves dum só templo, marcando as estações do martírio de Cristo. Como numa igreja romana as cenas da Paixão se espalham pelo edifício, os passos se distribuem pela cidade. Alguns em corpo próprio, de alvenaria e ricamente adornados, como em São João del Rey; outros adoçados a alguma casa, de madeira e muito toscos, como em São Sebastião. Todos, no entanto, a revelar um cunho urbano peculiar

Alcântara, um "passo" da Via-Sacra lembra o transbordar dos ritos religiosos pelos espaços comuns.

que, tendo servido a fins religiosos, não deve ser esquecido no projeto da futura cidade brasileira, desejável e merecida.

> **"...surgem as duas torres da Igreja das Mercês. Mais para dentro, eleva-se a cúpula da Igreja de Santa Ana e, na parte norte, termina a vista com o Convento dos Capuchinhos, de Santo Antônio; na parte do extremo sul, o olhar repousa no Castelo e no Hospital Militar, a que se juntam o Seminário Episcopal e a Catedral, esta com duas torres."**
>
> **Spix e Martius**
> Viagem pelo Brasil, **1823**

Esta descrição de Belém, no início do século XIX, diz bem do número e do significado das construções religiosas entre os demais edifícios notáveis na cidade brasileira colonial. Além das capelas e das igrejas de todo tamanho, dos grandes conventos e mosteiros, dos delicados passos e oratórios, havia outras edificações dignas de menção. É o caso dos colégios, que notabilizaram os jesuítas em aldeias missioneiras como a capixaba Reritiba, hoje Anchieta, e em núcleos maiores como Paranaguá; dos seminários famosos nas paisagens de Olinda e da baiana Belém da Cachoeira. Com a muito mais recente chegada de outras ordens religiosas[24], proliferaram, e se descortinam ainda em nossas aglomerações, educandários particulares cujo prestígio a arquitetura logo denuncia.

As Santas Casas de Misericórdia, mantidas pelas irmandades do mesmo nome, proclamam atualmente, pelos serviços que prestam à comunidade e pelos seus grandes hospitais, a importância dessa tradição tipicamente portuguesa[25]. Por onde andaram e fundaram cidades os lusos, apareceram muito bem situadas essas entidades, à imagem da de Lisboa e com o exemplo da de Goa na Índia. Na América, a mais antiga é a de Santos, a mais preciosa pelas obras de arte que guarda a da Bahia e as maiores atualmente a do Rio de Janeiro e a de São Paulo. Merecem todas atenção maior e delas voltaremos a tratar. Outro tipo de prédio religioso, mais raro e desaparecido, é o aljube ou a prisão eclesiástica para religiosos. Uma nobre construção restaurada, e que serve agora como museu de arte em Olinda, permite ao visitante conhecer o que e como era um aljube.

Todavia, uma série de edificações mundanas e não voltadas à educação, à saúde ou aos rigores do direito canônico existem a serviço das instituições católicas. São os cabildos, as sedes de congregação, as casas paroquiais, os palácios episcopais. Estes, pela importância da função eclesiástica, atraem a atenção em inúmeras sedes diocesanas no país. Deixaram imponentes residências de bispos em Salvador e em Mariana. Na primeira, o palácio dos primazes do Brasil,

é uma austera e grandiosa construção que se situava ao lado da catedral da Bahia, demolida neste século, à qual se ligava por um passadiço[26]. Na outra, a moradia dos primeiros bispos de Minas Gerais é um requintado e digno casarão, documento bem conservado da nossa história e da nossa arte.

12 CASARIO

O corpo edificado da cidade, antiga e atual, constitui-se de suas moradias, seus locais de trabalho, seus lugares de descanso e reunião. É um conjunto de construções que abriga a população em suas diversas atividades cotidianas e que predomina visual e quantitativamente. À maneira de contas num colar, na cidade brasileira tradicional, as casas térreas e os sobrados se amoldam à topografia. Apertados uns contra os outros, disputam a frente para as ruas, aspirando maior destaque na cena urbana. Competem, ainda mais, por abrirem para os largos e por vislumbrarem os prédios públicos e religiosos notáveis.

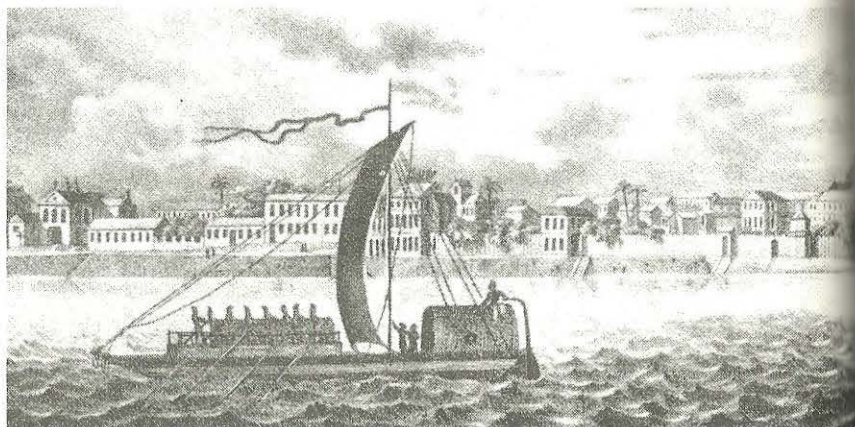
Esse feitio citadino começou a ser lentamente transformado a partir da Independência, em função das novas necessidades e aspirações de vida individual e coletiva. Alterações pequenas aparecem como as platibandas amputando os beirais dos telhados, a geometrização e a simetria dos cheios e vazios das fachadas, a introdução de outros materiais e detalhes construtivos. Porém, novidades maiores como o porão nas residências, as construções exclusivas para lojas e escritórios, como a separação enfim da morada do ambiente de trabalho exigem outra disposição urbana.

O resultado dessa mudança, através do Império e da República é uma cidade diferente e crescida. A escala do conjunto é outra, a de cada edifício também; outros são os volumes, as soluções formais, os materiais, as cores. A cidade contemporânea, no entanto, guarda virtudes e vícios antigos por entre aparências e usos novos. O casario, que se apertava, travestiu-se nos agrupamentos de arranha-céus, que disputam também os melhores pontos residenciais e comerciais, o gozo das brisas mais frescas, o desfrute das vistas privilegiadas. E, como outrora embora noutra escala, as construções para atividades diversas se misturam e surpreendem pela proximidade.

"O velho fraco se esqueceu do cansaço e pensou
Que ainda era moço pra sair no terraço e dançou
A moça feia debruçou na janela
Pensando que a banda tocava pra ela"

Francisco Buarque de Holanda
A Banda, 1966

Os versos e o ritmo desta marchinha conhecida se referem ao viver urbano tradicional brasileiro. Ressaltam a importância das janelas e balcões, das rótulas e varandas ou, por outra, das fachadas do casario, fronteiras do mundo privado com o social. Ultrapassados esses limites, é a rua; para dentro, a parte social, a da "frente". Da sala de visitas, que vai timidamente nos grandes centros se afirmando como sala de estar, é que se podia debruçar sobre os acontecimentos da rua e ostentar, nos dias de recepção, as galas e os brilhos festivos. No interior das moradias brasileiras, tudo o mais era introvertido; as alcovas sem contato com o exterior, a parte doméstica voltada para o quintal murado. Nas maiores residências esse era o arranjo do sobrado, ficando o térreo para a escravaria, para algum negócio da família, para um eventual inquilino. Nas casas térreas, mais singelas, a mesma disposição se dava, com a sala de receber à frente e, no caso de ser o negócio da família, a venda como se vê por toda parte. O morar e o trabalho eram abrigados pela mesma construção, numa vida patriarcal e pacata. Da vida e da construção aparecia e dizia alguma coisa o aspecto externo, ou seja a elevação da casa.

No século passado, as elites do Império lutando por se afirmar através da busca de uma identidade maior com o mundo cultural europeu introduzem novas concepções de morar[2], que acarretam mudanças profundas na casa brasileira, porém em nada reduzem a importância do seu alçado. Surgem os porões restritos ao serviço interno; separam-se o negócio e o ofício da casa que, expulsos, procuram outros prédios e locais. Ficava declarado, alto e bom som, que a grande renda familiar nos oitocentos vinha dos antigos engenhos de açúcar ou das novas fazendas de café. Barões ou não, os representantes das elites modernavam as fachadas dos seus palacetes segundo as linhas do neoclássico e, mais tarde, do ecletismo. Os solares ficaram cada vez mais recuados nos grandes lotes, primeiro dos lados e depois na frente[28], ostentando jardins. Hoje, esse jeito de morar, mais vulgarizado embora restrito, é ilustrado pelas residências esparramadas em meio ao verde nos bairros-jardins. Estes por sua vez ilustram como nas cidades contemporâneas cresceram e se afirmaram setores exclusivamente residenciais. E como, paralelamente, zonas industriais, comerciais e de prestação de serviços surgiram e

A capital paraense e seu perfil.

se expandiram com as aglomerações. Há lugares de trabalhar ou de se divertir. Há prédios para habitação e prédios para ganhar ou para gozar a vida.

Nesse quadro urbano setorizado e com características arquitetônicas muito diferentes se insere o arranha-céu. Possibilidade técnica recente, permitiu superpor lares, lojas e escritórios. Levou a maiores concentrações dessas funções e forçou a criação de zonas distintas de uso do solo ou a mistura desordenada de usos diversos, sendo raro o bom senso em encontrar soluções entre o zoneamento simplista e a tolerância completa. A disputa, a valorização e a especulação dos lotes e das áreas aonde se permite erguer os prédios, que multiplicam o chão disponível, tem levado a acusar o inocente espigão como culpado pela destruição da paisagem tradicional construída ou da natural. Pelo contrário, se culpa existe, é do mau emprego dessas grandes estruturas que prometem ser a solução para o crescimento ordenado das cidades e para o respeito ao ambiente. De fato, o aço e o concreto armado, conduzidos pelas propostas urbanísticas inovadoras que já contam meio século[29], possibilitam, ao agrupar em vários andares a área construída necessária, liberar espaços amplos e generosos. As torres, no entanto, erguidas sem um maior cuidado em relação à cidade, sem um projeto urbanístico humanizador, têm feito tão-somente radicalizar a disputa pela frente para a rua, exacerbar o corpo a corpo entre construções vizinhas e corromper a silhueta típica e a personalidade de inúmeros de nossos centros urbanos.

> **"...uma negra vendedeira moradora em umas lójeas das casas donde mora Fernão Soares no Terreiro de Jesus..."**
>
> **Santo Ofício**
> Denunciações da Bahia, **1618**

As lojas como as oficinas davam para a rua nas casas térreas e nos sobrados. Encancaravam suas portas, tão numerosas quanto possível, ao lado da entrada da residência que ficava atrás ou acima[30]. Neste último caso, o trabalho desprezado era cumprido no térreo sob o viver de rendas e de tempo disponível no sobrado[31], ainda que fosse negócio próprio da família moradora e proprietária do casarão. No usual armazém da esquina em bairros e pequenos aglomerados, reconhecemos essa peculiar divisão funcional. O bar, a padaria, o armarinho ou a quitanda especialmente na esquina — ponto comercial privilegiado — guardam com muita freqüência essa construção de dois andares, com a venda embaixo e o lar do vendedor em cima. Essa relação íntima entre o pequeno negócio e o morar vai se tornando difícil nos grandes centros, porém mereceu a atenção do arquiteto Lúcio Costa ao conceber a W-3, avenida comercial dos bairros de

Brasília[32]. Vale a pena apreciar a modesta porém estimulante integração da habitação e do local de trabalho nas nossas povoações antigas.

Com o crescimento da população urbana e com a multiplicação das oportunidades comerciais, a setorização de atividades se impôs, atendendo a todo um ramo de trocas ou de ofícios quando não obedecendo a ordenações urbanísticas das prefeituras. A construção de vários andares triunfa então nas áreas centrais ou nos pólos comerciais secundários da cidade. O perfil das primeiras com seus arranha-céus se tornou característico; nos últimos é sugestivo brotarem os espigões preferentemente nas esquinas e ao longo das vias de maior movimento. Lojas no térreo e escritórios nos pavimentos superiores preenchem os maiores edifícios do centro comercial urbano. Lojas junto à rua e apartamentos residenciais ocupam as torres que despontam nos núcleos comerciais de bairro. E, sendo muito densa a população e infinitos os possíveis intercâmbios de produtos e tarefas, arranha-céus inteiros são erguidos para lojas e escritórios de todo o tipo. São as lojas departamentais, as grandes galerias, que freqüentamos nos corações metropolitanos e os centros comerciais que se situam em pontos privilegiados afastados da "cidade".

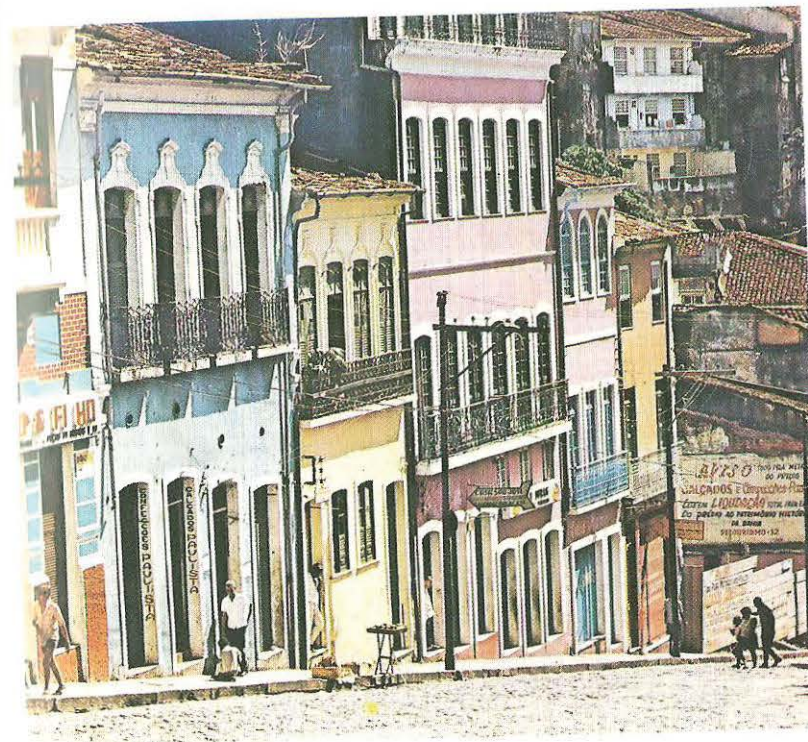
> **"Sei que amanhã quando acordar**
> **Ouvirei o martelo do ferreiro"**
>
> **Manuel Bandeira**
> O Martelo, **anos 30 dos novecentos**

O mundo industrial aqui despontou mais tarde; os poucos artesãos e oficiais mecânicos se instalaram tradicionalmente, da mesma forma que os comerciantes, na frente de suas modestas casas térreas ou em dependências alugadas no rés-do-chão dos sobradões. Limitavam-se a executar serviços de ferraria para as tropas de muares, a produzirem cestas, artefatos de cerâmica e reparos de toda a ordem[33]. Por certo, alguns como os algibebes e os latoeiros, mais habilitados, puderam subsistir em determinadas regiões e nos maiores centros. Nestes, muitos logradouros guardam nomes sugestivos de ofícios e ocupações desaparecidas ou transformadas: largo do boticário, rua dos ourives, baixa do sapateiro...

É na segunda metade do século passado que, com o aumento das cidades e das riquezas, proliferam os trabalhadores independentes ou associados e que espoucam atividades industriais de porte maior. Com a concentração do dinheiro ganho com o café, como em Juiz de Fora na virada do século[34], é que surgem as instalações industriais mais significativas, exigindo outras construções apropriadas aos homens e às máquinas. Em Salvador, a notável criação do pioneiro da

indústria Luís Tarqüinio é um complexo que reúne fábrica, centro comunitário e vila residencial, lembrando entre tantas outras a Vila Maria Zélia paulistana. São conjuntos tocados por uma visão social do papel da indústria para o homem contemporâneo.

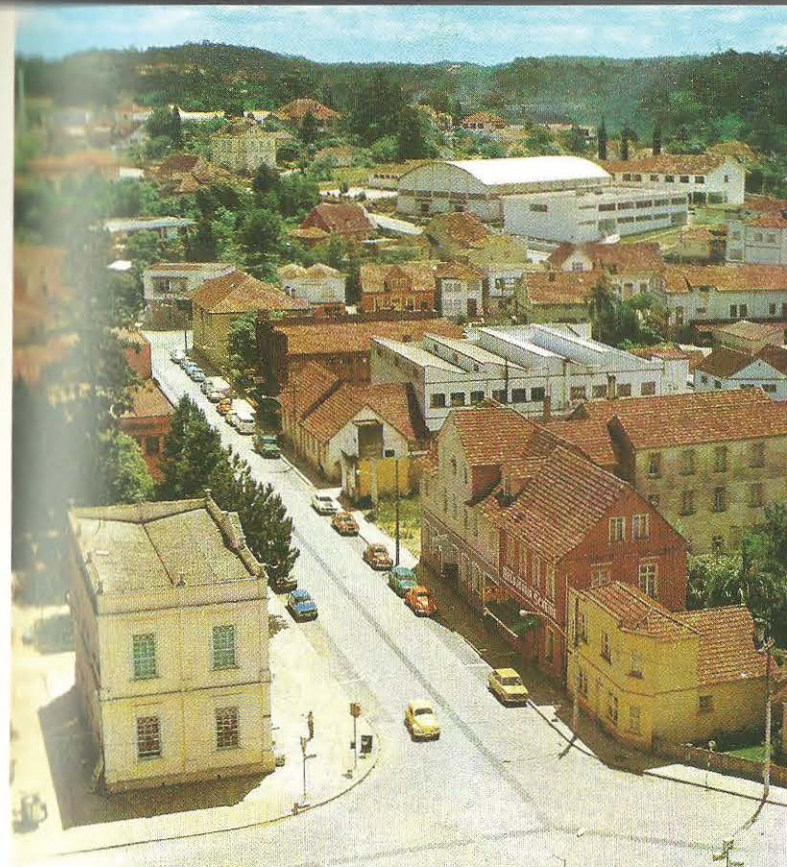
Na região Centro-Sul, sobretudo, esses complexos de edificações diferentes e inusitadas vão aos poucos transformar a paisagem existente, introduzindo a silhueta dos galpões e das chaminés, o traçado geométrico das vilas para operários e a disposição, os detalhes construtivos e até os novos materiais de suas pequenas residências. Refletem a existência de outras concepções de vida, de outras formas de relacionamento no trabalho, de outras gentes que, vindas de terras longínquas, se distinguiam pelas suas habilidades e aspirações. Nas

Portas e janelas enfatizam, no largo do Pelourinho, em Salvador, a importância das fachadas — interseção do mundo privado com o público — e indicam os ambientes de trabalho, no térreo dos casarões, e as moradias, nos andares de cima.

cidades do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e, marcadamente, na provinciana São Paulo de então, os imigrantes se encontram[35]. Crescem pacatos aglomerados humanos e mudam de caráter e de roupagem arquitetônica.

Depois da Revolução de 30 e após a Segunda Guerra Mundial, São Paulo e outros pólos industriais crescem vertiginosamente em poucas décadas e passam a apresentar não só a silhueta de fábricas e usinas, como a de bairros inteiros por elas caracterizados. Mais recentemente, com as ordenações e os incentivos dos municípios mais atirados, os distritos industriais despontam como em Camaçari, perto de Salvador, e em Contagem, junto a Belo Horizonte. Ao longo das ferrovias e das rodovias, a partir de São Paulo, Rio e Belo Horizonte, estendem-se tentáculos poderosos de fábricas e distritos fabris, de casas e conjuntos habitacionais. E se acasalam em conurbações populosas e gigantes, com um feitio que vai sendo dado às pressas e duras penas.

"A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais."

Machado de Assis
Pai contra Mãe, **depois de 1893**

Jean Baptiste Debret.

Galpões industriais em São Bento do Sul, Santa Catarina.

O aparecimento de muitos e grandes prédios voltados a serviços diversos, aos profissionais liberais de toda classe, a empreendedores autônomos e associados é característico do recente, pujante e desordenado processo de urbanização. Numa vida urbana mais intensa, esses serviços avultam, apoiados nas atividades agrícolas, industriais e comerciais. Setores amplos das maiores cidades, em geral nas suas áreas mais centrais, vão sendo ocupados por locais de prestação de trabalho diversificado e especializado, que desalojam o próprio comércio para outras áreas. Os grandes núcleos urbanos atuais e, nitidamente, as duas megalópoles brasileiras exibem o típico movimento dos seus escritórios empilhados.

Estas formas de trabalho e seus respectivos instrumentos apare-

Os arranha-céus, perfilados na avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte, refletem a complexidade do comércio e dos serviços nas grandes metrópoles.

ceram antes, entre nós, do que a própria indústria. Sustentaram alguns poucos trabalhadores independentes, quando o ciclo econômico ou a região peculiar permitiram[36]. Abriram, excepcionalmente, até brechas para negros se libertarem do trabalho escravo e exercerem por sua conta o ofício de que eram senhores. Nos tempos da Colônia, do Império e da República Velha circunscreveram-se aos lugares onde havia solicitação para essas atividades econômicas, as povoações maiores. Foram, no entanto, tímidas e incipientes como o comércio e mais ainda a indústria, num mundo marcadamente rural.

Com o ímpeto da urbanização que atualmente se processa, expandem-se os serviços com grande rapidez conferindo outras características à produção e à vida das cidades. Os grandes edifícios de escritórios e as compactas zonas centrais ou distritos burocráticos impõem, cada vez mais, sua presença incontrastável nas aglomerações maiores e mais adensadas. Sua imagem comum e que vulgariza o per-

fil das cidades por todo o mundo uniformiza. Em todos os quadrantes do país encontramo-la hoje, embora em diferentes proporções. E é assim que, por vezes, a pequena cidade interiorana ostenta orgulhosa seu arranha-céu que, ao corromper o quadro homogêneo do casario baixo de outrora, exibe, na verdade, o símbolo da sua entrada na desajeitada adolescência dum mundo novo.

IV
ALGUNS ASPECTOS

13 AS PORTAS

A cidade tem suas entradas e saídas. São os pontos pelos quais se comunica com a redondeza, com as suas vizinhas, enfim, com o mundo exterior. Esse contato se faz por terra, através do ar ou pela água, por meio de veículos diferentes com exigências distintas. Entre nós, pela ordem, apareceram a piroga e o navio, o viandante e a cavalgadura, os transportes de roda, o trem, os automotores e o avião. Por isso, o porto, as ruas e os largos de acesso e estacionamento, as estações de estradas de ferro, mais recentemente as estações rodoviárias e os aeroportos têm um significado especial.

Os portos e as estações rodoviárias lembram os sistemas e os meios de transportes tradicionais no país. Aqueles foram condição

Alfândega da Corte. Missão Artística Francesa.

para os primeiros assentamentos europeus em nossas terras. Os povoados do início da colonização são portos, que ligavam a orla de um interior desconhecido e gigantesco a Portugal e outras partes do mundo. Até mesmo São Paulo, a exceção serra acima, estava estrategicamente no sertão mas perto do mar. As estações rodoviárias, por outro lado, são as herdeiras das pousadas dos tropeiros. Ressoam vigorosamente hoje o seu papel na conquista do oeste e da integração nacional.

As estações ferroviárias e os aeroportos são testemunho de formas de transportes mais peculiares, no que tange a sua relação com o tecido urbano. As primeiras acabam de completar um século de presença em nossas aglomerações. Os segundos, pouco mais de metade desse tempo. Umas marcaram a fisionomia de cidades maiores ou menores, mais prósperas ou menos. Os outros apenas lhes impuseram as longas pistas. Os dois acessos, tão diferentes, foram algumas vezes o germe de novos núcleos. As estações, sobretudo, pelas suas características transformaram os antigos povoados e geraram muitos outros.

Estação da Estrada de Ferro de D. Pedro II. Viação no Período Monárquico.

"O porto onde os navios entrão está huma legoa da povoação Olinda..."

Pero de Magalhães Gandavo
Tratado da Terra do Brasil, **1576**

Os ancoradouros seguros, os locais convenientes para a carga e a descarga dos navios dependem de condições naturais ou de grandes interferências humanas sobre as mesmas. Determinam, em conseqüência, a região e o sítio; influenciam o traçado e o desenvolvimento urbano. Os portos se fazem na costa, na margem dum rio, na orla duma lagoa. E se constroem naqueles lugares que apresentam remanso, profundidade suficiente, espaço para manobras. As povoações portuárias são, assim, fixadas por estas condições que lhes conferem as características de situação, de sítio e de conformação. O quadro natural de baías, de embocaduras, de lagamares; o assento, encarapitadas em colinas ou espraiadas em baixadas sedimentares; a polarização em torno do molhe, o serpenteado ao longo das praias. Como as primeiras feitorias no litoral brasileiro.

Porto Seguro, a cavaleiro das praias mais tranqüilas onde aportaram as naus de reconhecimento portuguesas; Cananéia, bandeando-se de um lado para outro dum braço de mar; São Vicente, derrotada pelas águas mais profundas da vizinha Santos; Olinda, superada pelo seu porto do Recife, a uma légua de distância. São elas nossas mais antigas aglomerações, ou mais precisamente, as mais antigas portas do país. Não tão idosa e há muito decadente, entre tantas outras, Iguape ostenta o que resta do Valo Grande aberto por escravos no século passado para facilitar, alterando o curso das águas, o trânsito das embarcações na foz do Ribeira. Outras grandes obras estão em curso ou projetadas para reformar e criar novos portos de grande profundidade; terão seguramente influência nas redes urbanas regionais.

As cidades portuárias ficam, igualmente, condicionadas pelo cais e pela atração que ele exerce sobre uma série de atividades relacionadas, direta ou indiretamente com a estiva. É esse condicionamento muito forte que dá — quantas vezes! — vida, a própria razão de ser dum novo estabelecimento humano. Diferentes serviços e ramos do comércio se concentram junto ao porto, adensando a população e os edifícios. Apertados uns contra os outros, ganhando altura, estes conferem um cunho próprio ao setor e a toda povoação. Sobradões vetustos, com vários pavimentos e sofrendo a concorrência de modernos arranha-céus delineiam a silhueta da cidade baixa em Salvador. E no Recife, além disso, exibem uma peculiar tradição arquitetônica de verticalidade[1] que se revela tanto no casario como nas construções religiosas.

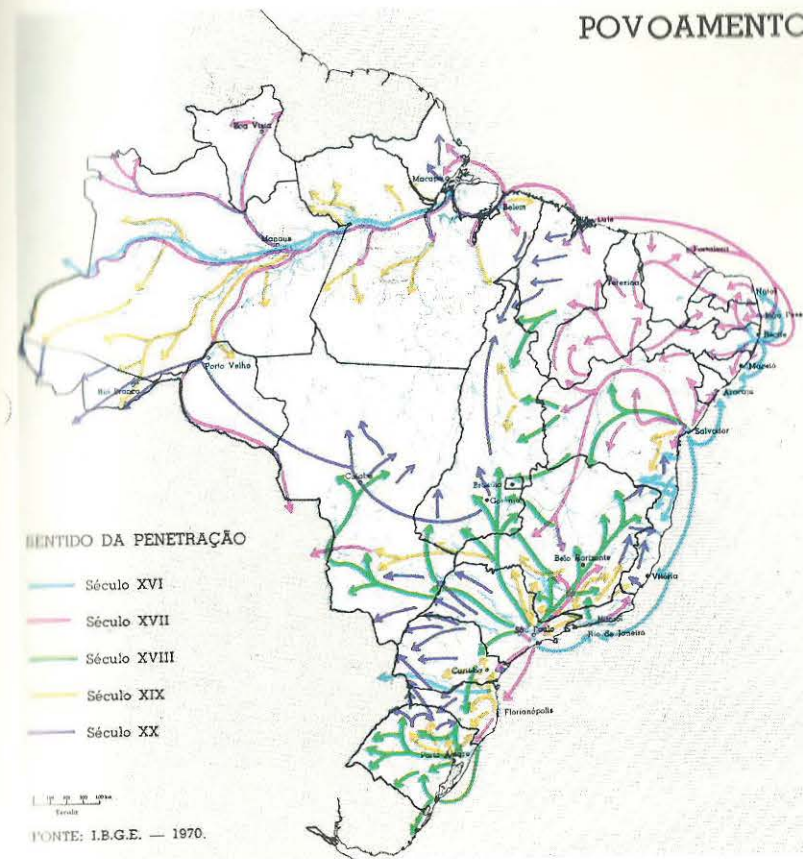
"Hoje, dignam-se Vossas Majestades de vir ver correr a locomotiva veloz, cujo sibilo agudo ecoará na mata do Brasil prosperidade e civilização, e marcará sem dúvida uma nova era no país."

Irineu Evangelista de Sousa, Barão de Mauá
dircurso na inauguração da terceira ferrovia da América, **1854**

E a locomotiva representou, também, uma nova etapa no desenvolvimento das cidades que alcançou. Tanto pela porta que abriu — a estação ferroviária — como pelo impacto desta no tecido urbano pré-existente. Atingindo uma povoação, a estrada de ferro não dispensava suas exigências de trajeto; o seu leito buscava acompanhar as curvas de nível, impunha igualmente um determinado terreno para a estação. E se convertia num obstáculo difícil de transpor, num atrativo para as instalações fabris e para os grandes armazéns ao longo de seus trilhos, num pólo de gravitação a partir das plataformas de embarque. Esse pólo, muitas vezes periférico e distante, passou a competir com o centro urbano, complementando-o ou mesmo suplantando-o[2]. Deixou marca indelével na evolução urbana brasileira, de pouco mais de um século para cá.

A nova porta aberta trouxe o sucesso, o crescimento e a riqueza para algumas concentrações urbanas do país em detrimento de outras, como para Santos em relação a Ubatuba, São Paulo a Campinas e Campo Grande a Cuiabá. A influência sobre a acanhada São Paulo antiga, convertida em vigoroso entroncamento ferroviário, representou a ocupação das baixadas de Piratininga por bairros novos, que acompanharam os dormentes na direção de Santos, do sertão, da corte. Os poucos pontos de cruzamento dessas ferrovias com as ruas tornaram as suas porteiras congestionadas pelo tráfego local e viram florescer nas suas proximidades o comércio e os serviços. A Estação da Luz, símbolo vivo e primoroso do renascer da cidade, ilustra como um pólo de atração de caminhos, armazéns, lojas e hotéis foi capaz de fazer transbordar e transformar um núcleo tradicional e provinciano.

Ainda no interior paulista, inúmeras cidades, com um centro de negócios alongado entre a matriz e a estação, galgando suaves encostas, revelam a implantação característica entre as águas dum rio e o aço duns trilhos[3]. A exemplo da arremetida das outras linhas férreas terra adentro, Promissão, Araçatuba e Birigüi lembram terem sido geradas, muito recentemente e como tantas outras, pelo avanço da Companhia Noroeste. Foram a um tempo pontas de trilho e bocas de sertão[4]. Como as primeiras feitorias na costa brasileira, essas novas fundações urbanas embarcavam o que a região oferecia e acolhiam os seus exploradores mais ousados. Voltavam-se, como aquelas e via

POVOAMENTO

A marcha do povoamento no Brasil, esquematicamente representada. Os mais recentes avanços são devidos, sobretudo, às ligações rodoviárias, que aproximaram regiões tradicionalmente povoadas e que vêm desbravando outras no centro-oeste e norte do país.

férrea, para o mar e para a Europa... até o advento das estradas de rodagem.

"...o que permite ao viajante uma última vista do eixo monumental da cidade antes de entrar no eixo rodoviário-residencial — despedida psicologicamente desejável."

Lúcio Costa
memorial do plano piloto para Brasília, **1956**

Sobrevoando São José do Rio Preto, no interior paulista. Onde aterrissar e desembarcar os passageiros e a carga?

O cuidado e a sensibilidade, que denota o projeto da plataforma rodoviária da capital federal, são os mesmos que a situaram no seu coração. Atestam bem a importância dessa saída urbana moderna e a sua peculiaridade própria. Ao contrário dos portos e das estações de trem, as rodoviárias não exigem este ou aquele sítio, nem acolhem veículos estranhos à cidade; apenas organizam embarques e baldeações de gente e de mercadoria, que poderia na verdade ser deixada a domicílio. Os ônibus e caminhões efetivamente podem ganhar as ruas, como no passado os viandantes, os muares e as carroças. O acesso dos veículos automotores pode se dar como melhor convir ao conforto dos cidadãos; as rodovias conseqüentemente, através das ruas se casam com a cidade. As rodoviárias são, portanto, as herdeiras diretas dos velhos largos e das pousadas de tropeiros e de diligências.

As estações rodoviárias se multiplicam e estão se tornando presença constante nas maiores e nas menores concentrações. De grande porte e agitadas como a de Belo Horizonte ou cuidadas e pacatas como as de tantos povoados. Atendem somente a uma parcela do transporte automotriz, em geral às viagens de passageiros; as características dos veículos, de fato, permitem levar a carga diretamente a outros entrepostos comerciais, centros de abastecimento, grandes armazéns. O automóvel, o ônibus e o caminhão das autopistas podem ganhar qualquer rua e, vice-versa, de cada quarteirão podem ganhar as auto-estradas. Por isso e contrariamente aos portos e às estações ferroviárias, as de ônibus não vão ser encontradas sempre na mesma posição topográfica ou citadina. Situam-se no centro, em algum bairro, na periferia, atendendo a qualquer tipo de imposição ou de intenção local.

Como os outros embarcadouros, as rodoviárias tendem também a atrair certos serviços e negócios, constituindo-se em mais um pólo de interesse e movimento, senão reforçando algum já consagrado. Confirmam ou acentuam, portanto, aquela multipolaridade característica dos nossos aglomerados urbanos, dinamizadas pelo impressionante alcance dos ônibus e dos caminhões e pela ampliação notável da rede nacional de estradas de rodagem. Mais recentes que os aeroportos, essas estações exprimem o papel integrador notável das rodovias no Brasil moderno. Assim, não a Praça dos Três Poderes mas o saguão de Brasília, no cruzamento dos seus dois grandes eixos, é o crisol desejado deste inédito dar as mãos das cidades brasileiras de nossos dias.

"aeroporto"

Alberto Santos Dumont
neologia em entrevista ao New York Times, **1902**

O vestíbulo mais notório da cidade contemporânea é o aeroporto, que a une virtualmente a qualquer ponto do globo terrestre. O campo de aviação torna possível a ligação com as paragens mais longínquas, por sobre continentes e mares. E, curiosamente, não interfere quase na conformação e no desenvolvimento do tecido urbano. Não constitui mais do que um ponto de tangência, de importância crescente, entre cada localidade e todo o planeta. Sua área sempre mais ponderável, seus acessos de grandiosidade e eficiência va-

riável não atraem mais que um ou outro serviço muito especializado. Seu barulho incômodo não é bastante forte para afastar os bairros e os moradores à volta. A carga que chega via aérea tem nas suas pistas o lugar de transbordo para outros meios de transporte, que a distribuem pela cidade.

A aviação tem tido destacado papel na aproximação das mais distantes e das mais isoladas aglomerações urbanas brasileiras. Simples pistas para a decolagem e a aterragem, como as que se dispersam pela imensidão da floresta amazônica, são o único contato garantido com o resto do mundo[5]. Aeroportos grandes e movimentados como o do Galeão que, antes de ser uma porta do Rio de Janeiro, é um portão de todo o Brasil. Em geral, a grande área necessária e as exigências da segura aproximação dos aviões fazem instalar os campos de aviação na periferia dos núcleos urbanos. É o caso na maioria das capitais estaduais, se não hoje quando da construção de seus aeroportos. É o caso, até mesmo, desta notável exceção representada pelo aeroporto Santos Dumont, criado junto à "cidade" mas na sua borda, em aterro na baía de Guanabara.

Muito próxima, uma pequena e notável estação de hidroaviões merece consideração. Precisou estar à beira da água como os portos e exibe também um bom projeto arquitetônico para esse perfil novo, de hangares e torres de controle, na paisagem brasileira. Atesta a evolução peculiar da aeronáutica e o impacto diferente que veio ter sobre os aglomerados humanos. Evolução que exigiu superfícies planas consideráveis para os aeroportos, porém que acabou não impondo a proximidade das massas líquidas. Os campos de aviação determinam cuidados com as questões de segurança e de ruído, que podem e devem influir num meio edificado muito próximo. Mais não pedem, além dum acesso cortando a vizinhança. Justapuseram-se aos nossos centros, reforçando-lhes a irregularidade e a indefinição do contorno e, quando envolvidos, constituíram mais um vazio do que propriamente um novo pólo.

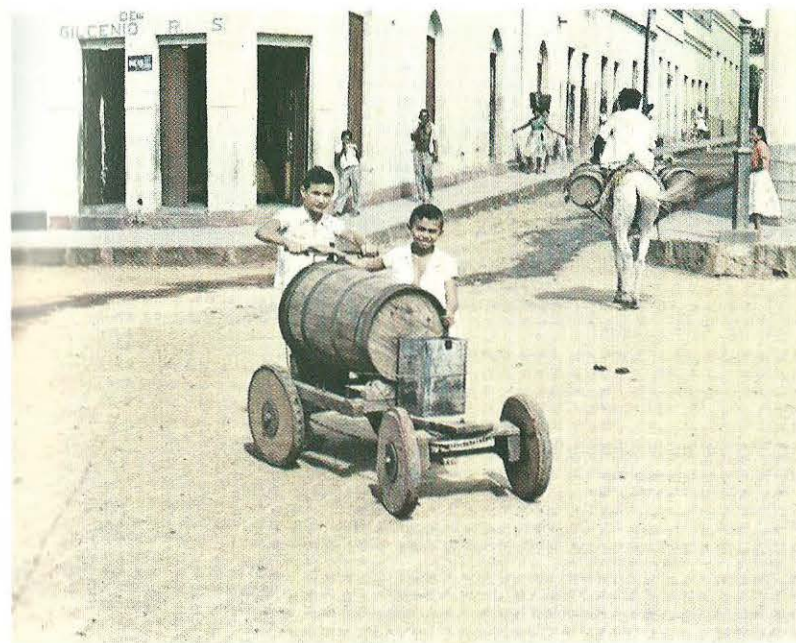
14 O QUE NÃO SE VÊ

Determinados elementos urbanísticos não se vêem ou mal se percebem. Importam muito, no entanto, para a vida como para a feição da urbe, transformando eventualmente o seu sítio em profundidade. O abastecimento de água — e no mundo contemporâneo de energia — é conquista do conforto duramente alcançada, que ainda atinge apenas parcela da cidade brasileira e da sua popula-

ção. O recolhimento das águas usadas e das pluviais se impõe não só como comodidade mas como higiene básica. Igualmente, drenagens e canalizações, desmontes e aterros são necessários à saúde, segurança ou expansão urbana.

O suprimento de água, de gás e de eletricidade é, ou costuma ser, subterrâneo, protegido e oculto dos olhos dos cidadãos, quando não por algum aqueduto, canal, reservatório, estação abaixadora ou torre de transmissão, notável e imprescindível. Trata-se de toda uma rede arterial que alimenta a cidade, cujo acesso todos almejam e nem todos dispõem. Essas artérias exigem da comunidade despesas consideráveis. Como o faz outra rede que lhe é complementar, tal qual um sistema de veias. A que coleta e orienta as águas servidas e as da chuva para fora da área urbanizada.

Paradoxalmente, as maiores intervenções do homem na natureza para beneficiar a sua vida na cidade não se denunciam claramente. Em função do próprio efeito sobre o meio, grandes obras fazem logo acostumar com alterações profundas e radicais e esque-

Aguadeiros baianos. Toda uma rede de abastecimento é necessária para os substituir.

cer as condições anteriores. Quantos habitam uma área drenada, sobre um pântano antigo, e disso não se dão conta! Como foge da memória uma desaparecida colina que compunha outrora a paisagem de um bairro! E os córregos, cujos leitos canalizados não se adivinham sob as faixas de asfalto?

> **"Quando penso em rio penso**
> **em dínamos**
> **em luz na cidade que há-de**
> **ficar sem luz;"**
>
> **Cassiano Ricardo**
> A Última Estiagem, **1964**

O abastecimento citadino de água se faz por uma imensa e emaranhada rede de captações, reservatórios, galerias e tubos que não vemos. Com exceção duma caixa-d'água ou dum raro aqueduto, toda essa rede é subterrânea e dela só nos damos conta quando dos trabalhos de manutenção, reforma ou ampliação. E, ainda assim, ponderamos menos a sua forma, a sua extensão ou a sua utilidade, do que o transtorno temporário causado pelas obras. No entanto, essa distribuição de água a domicílio é conquista preciosa, difícil e ainda de muito poucos brasileiros. Conquista que não envolve somente as áreas que atende, mas também a periferia, o campo ou mesmo mananciais distantes. O dique do Tororó na Bahia (tema de canção popular), a serra da Cantareira em São Paulo (que nome sugestivo!), a floresta da Tijuca no Rio (recuperação da natureza) são exemplos[6] de cuidados, externos à cidade, para a captação de água potável. Os Arcos da Carioca constituem um monumento do século XVIII à batalha antiga pelo suprimento urbano de água.

Na segunda metade do século seguinte e nos nossos maiores aglomerados despontaram outros reservatórios, condutos e registros. Eram aqueles que armazenavam e transportavam o gás, exigência nova do viver cotidiano. Igualmente subterrânea, outra rede complicada passou a existir e a satisfazer diferentes necessidades como a de combustível para cozinhar, para aquecer o ambiente e a água, para fornecer luz em casa e na rua, bem como, para atividades industriais. Além dos pequeninos e progressistas bicos de gás, além do brilho pitoresco, útil e seguro dos lampiões, surgiram os tanques e as retortas dos gasômetros como elementos novos[7] e orgulhosos do perfil urbano. Sofrendo concorrência desvantajosa hoje para certas finalidades, continua o gás a ser insubstituível para outras e a marcar uma presença discreta porém importante no dia-a-dia dos centros brasileiros. A sua distribuição, por baixo da rua ou em bujões, não pode ser desconsiderada quando se pensa em nossas cidades.

Corte de avenida projetada para São Paulo nos anos 20. Outras redes subterrâneas se impõem para recolher as águas servidas e pluviais. E, eventualmente, para os transportes...

Fonte: Prestes Maia. Plano de avenida para a Cidade de São Paulo.

Uma terceira rede de condutores é a de força e luz, levando a eletricidade aos quatro cantos de uma região urbanizada. Entre nós,

A ilha de Antônio Vaz, o centro do Recife, os rios, as pontes. Curiosamente, as maiores transformações do quadro natural se ocultam na paisagem que ajudaram a criar. Margens urbanizadas, pântanos drenados, morros desbastados.

ainda teima em se fazer visível, mostrando a sua fiação aérea e os seus postes ao sabor do vento, da chuva forte e dos freqüentes danos. Produto duma técnica superada, a rede aérea de energia elétrica, assim como a telefônica, prejudica não só esteticamente o espaço urbano como traz maior grau de risco aos logradouros públicos e a si própria. Muito especialmente ao fazer guerra à arborização, os fios eliminam a sombra protetora dos passeios, necessária em nossos climas, e dilapidam a riqueza paisagística e educativa representada pelas árvores que devem ser respeitadas. Triunfante e valiosa no país, que a tem tirado sobretudo dos rios através das barragens e das turbinas[8], a corrente elétrica precisa alcançar maior nú-

mero de cidadãos, melhorar muito as suas condições domésticas e submeter-se a normas mínimas de urbanismo e paisagismo.

"A rua digere
os homens: mistério
dos seus subterrâneos
com cabos e canos."

Guilherme de Almeida
Rua, **1961**

O recolhimento de água é feito também pelos subterrâneos, atualmente, e passa despercebido enquanto funciona bem. Água servida e águas pluviais são captadas nas saídas de esgoto de cada construção e nos bueiros de quando em quando existentes no meio-fio das ruas calçadas. Circulam pelas entranhas da cidade; somem da vista. As águas da chuva podem constituir, além de grande transtorno, ameaças variadas como dano em benfeitorias públicas e privadas, erosão e meio propício à contaminação. Captá-las e conduzi-las são preocupações primeiras da engenharia urbana. No passado, as ruas, as vielas, e os becos em forma de calha recebiam qual leitos de rio seco as enxurradas[9] que levavam para fora das povoações. A própria tessitura viária cumpria o papel de sistema coletor e de escoamento. Quando aumentam as áreas urbanizadas, e paralelamente as superfícies impermeabilizadas, a absorção natural do terreno deixa de colaborar e as águas precipitadas não têm por onde correr a não ser pelos caminhos artificiais criados pelo homem; e o fazem com muita velocidade, tendo em vista a ausência de obstáculos e a natureza dos materiais empregados nos revestimentos, nos pisos, nas calhas e nas tubulações.

As águas usadas, de sua parte, são um problema para qualquer estabelecimento humano, que aumenta com o seu tamanho e densidade. Reuni-las e jogá-las fora é tarefa primordial e difícil. A rede de esgotos leva a sujeira, a matéria transmissora e o foco de doenças para longe. Fecha o ciclo iniciado pelas adutoras, pelos reservatórios, pelos aquedutos, pelas canalizações da rua e da casa, pela torneira. A partir do ralo e da descarga, o percurso inverso é seguido e deve terminar longe, fora da cidade. Antigamente, a escravaria que trazia a água potável, colhida nas nascentes e nos rios — talvez já em algum chafariz —, é que a devolvia suja, nos "tigres", aos fundos do quintal, ao leito dos rios, à praia[10]. Levar o líquido servido para onde? Em núcleos pequenos e médios não será difícil encontrar, rio abaixo, o local para a descarga. Porém, nas cidades grandes, nas metrópoles e, sobremaneira, nas conurbações gigantescas fica problemático escolher onde captar água a montante e onde descarre-

gá-la a jusante. Basta pensar na higiene e na saúde públicas e na pequena percentagem de habitantes atendidos pela rede de esgotos para aquilatar a importância que têm estas vísceras e o que representam para nossas cidades.

"Se entre nós se celebra o grande Henrique,
Porque fez este Aterro, e a crer me movo,
Que ainda a sua memória eterna fique;"

Francisco José de Sales
soneto a operosos administradores setecentistas

A situação topográfica típica das aglomerações brasileiras mais antigas exigiu, ao longo da sua história, uma série de trabalhos de engenharia para que pudessem se acomodar num relevo atormentado e se expandir com mais segurança e conforto. Quase todas as maiores cidades atuais disso são ótimos exemplos. Sofreram grandes obras de estabilização ou de movimentação de terra, que alteraram o seu quadro natural profundamente, levando-nos muitas vezes a esquecer que uma encosta de morro foi regularizada ali, que outra elevação existia acolá, que aqui pisamos onde antes era mar. Essas intervenções radicais na paisagem aconteceram, em geral mais recentemente, quando cresceram muito os núcleos primitivos, quando tiveram novas necessidades imperiosas e quando dispuseram de recursos suficientes para financiá-las.

Salvador atesta um esforço prolongado, embora inconstante, para conter as escarpas entre a cidade alta e a cidade baixa. O Rio de Janeiro atenta para os seus morros, cujos blocos graníticos ameaçam com graça por toda a parte. Não faltaram, como não faltam, os acidentes; e a eles devemos, em plena era colonial, as obras de contenção das faldas espetaculares[11] e ainda ameaçadoras que delineiam o perfil da primeira capital do Brasil. Na segunda, apertada entre a montanha e o mar, esses sérios riscos à segurança se interpunham também à expansão mais cômoda duma concentração moderna. Assim é que vários desbastamentos de colinas foram feitos, a ponto de fazerem desaparecer o morro do Castelo, acrópole carioca, que ficava onde hoje está a esplanada do mesmo nome.

Desafogou-se o centro comercial da cidade grande e se conquistou ao mar mais espaço, aterrando-se não pela primeira vez a borda da baía de Guanabara. Desenhou-se no novo chão a avenida Beira Mar (que já não o é) e não longe do porto criou-se outro para aviões, o Santos Dumont. Este grande movimento de terra não foi o primeiro nem o último a transformar o contorno da linda baía. Como já vimos, o Passeio Público carioca se projetara como um aterro da mesma forma que o Parque do Flamengo, justapondo-se à avenida Beira Mar, separaria ainda mais o jardim antigo das águas do mar. Também o Recife, Salvador — o que é sua cidade baixa senão um aterro paulatinamente estendido? —, Florianópolis e Porto Alegre escondem mais do que ostentam a modelagem humanizada de uma orla que, avançando sobre o mar ou rios, tornou-as maiores.

"Que dirá de Tomás o grato povo?
De Tomás, que não só renova o dique,
Mas que todo o Recife fez de novo?"

Francisco José de Sales
soneto a operosos administradores setecentistas

Uma praça em João Pessoa: os pisos diversos e a cobertura vegetal, os postes de iluminação e de sinalização, os bancos e talvez um coreto.

Além dos diques, empregados para regularizar a vazão de rios, para a captação de água potável e para a defesa, outras obras de envergadura têm sido executadas para domesticar as águas e preparar as terras para ocupação urbana. Destacam-se, sobremaneira, as retificações fluviais e as drenagens dos pântanos. As retificações de córregos e rios objetivam, através da sua canalização em novos leitos moldados pelo homem, controlar a velocidade das correntes, evitar o assoreamento, ganhar para a cidade áreas marginais livres da erosão e das cheias. O estabelecimento duma rede de valas, de canais ou de tubos pode também dar escoamento à água de terrenos encharcados, recuperando-os para fins de urbanização. Charcos, pântanos e mangues são impróprios para os caminhos e as construções. Secos, ou com novo regime artificial de águas, tornam-se aproveitáveis e muito convidativos quando próximos a um povoado em expansão. Estes dois tipos de intervenção na natureza, retificações e drenagens, transformam profundamente a cena urbana e o fazem a tal ponto que logo seus efeitos se impõem como se fizessem parte do sítio natural.

Não se contam trabalhos brasileiros impressionantes de retificação de cursos de água ou de construção de marginais em áreas urbanizadas; porém, em regiões e escalas diversas, é de se lembrar um continuado empenho no Recife, o "cais" de São João del Rey e as marginais de Blumenau. As aglomerações brasileiras, contudo, apresentam obras mais significativas de drenagem. O domínio da desembocadura do Capibaribe e do Beberibe é um exemplo da longa história pernambucana, que já se fez notável e muito peculiar durante a ocupação seiscentista holandesa[12]. Os drenos rasgados nos fundos encharcados do Rio de Janeiro, quando a prioridade da segurança militar da cidadela cedeu lugar à necessidade de expansão da então nova capital do Vice-Reino e depois do Império, denunciam-se pelos nomes da antiga rua da Vala e do canal do Mangue, herança dos séculos XVIII e XIX respectivamente[13]. Saturnino de Brito, por outro lado, num plano admirável recuperou boa parte da ilha de São Vicente, através duma rede de canais[14] que, atendendo aos cuidados sanitaristas do início deste século, permitiu a Santos crescer com inusitada regularidade.

15 O QUE SE VÊ

Certos elementos urbanísticos se apresentam tão aberta e constantemente que, quase obrigatórios, chegam a passar despercebidos. Alguns atendem a necessidades óbvias e já indispensáveis, há muito tempo. Outros exaltam as instituições, as lembranças e as aspirações da coletividade. Esparramam-se todos pela cidade, mais propriamente pelos seus vazios, ou seja, pelos espaços públicos. Tendem a se irradiar do centro para a periferia, ora como conforto satisfeito, ora como apuro conquistado. Exprimem a maneira urbana de viver; dão o seu tom.

O chão de todos é importante como o duma casa; deve ser tratado. Revestir adequadamente ruas, praças e jardins é facilitar a circulação, evitar a sujeira e, muito especialmente, controlar as águas despejadas pelos homens e pelas nuvens. O calçamento, portanto, importa na aldeia como na metrópole, na periferia como na zona central. Se falta, a grita é pronta; se satisfaz, o esquecimento é certo. Ao contrário, determinados equipamentos, também pleiteados e necessários, são mais notados. Garantem a iluminação pública, a sinalização de todo o tipo e o bem-estar maior da população.

Os espaços de domínio público e uso comum são guarnecidos, ainda, por acessórios aparentemente decorativos. Embelezam e amenizam amiúde o ambiente comum. Têm, contudo, missões específicas e significativas. Assim, as fontes e os tanques que hoje somente animam tantos logradouros brasileiros, até pouco tempo garantiam o abastecimento de água. Foram perdendo esta função primordial e ganhando outra mais supérflua. As estátuas, os bustos e as alegorias, por sua vez, ressaltam os valores comuns e enriquecem a paisagem urbana.

> **"... calçada com a pedrametida a tissão de forma que fique durável e plana para o uso de gentes e carros..."**
>
> **Senado da Câmara da Vila da Cachoeira**
> termo de arrematação de obra, **1759**

O calçamento das povoações brasileiras custou muito tempo e muito esforço. A terra batida foi por longo período o único piso público[15]. Quando cedeu lugar a "calçadas", se empregaram os tijolos e, sobretudo, as pedras roladas, como no nosso tradicional pé-de-moleque. Este tipo de pavimentação, precário e incômodo, facilitou, no entanto, a circulação e a conservação e, formando uma calha suave, garantiu o rápido escoamento da água das chuvas. Atendeu, e atende ainda, a pedestres, muares e veículos de roda; empregou-se, logo que possível, nas ladeiras mais íngremes, nas vias mais nobres. Foi insubstituível até que outras técnicas e outros materiais se introduzissem na segunda metade do século passado[16].

Liga Matto-Grossense
de Livre-Pensadores

Séde central: Cuyabá. Fundada á 21 de Abril de 1909.
Orgão official: "A Reacção".

Redacção: Travessa dos Voluntarios da Patria No. 8.
Directoria da Liga: Rua Pedro Celestino No. 24.

Instituições filiaes:

Liga Corumbaense de Livre-Pensadores
Grupo Rosariense de Livre-Pensadores
Liga Operaria Cuyabana.

Essas "calçadas" mais recentes se universalizaram fazendo a distinção entre o passeio e o leito carroçável. Surgia, então, o meio-fio e a maneira de forçar a água que se precipita sobre as ruas, já mais largas, para as laterais e depois para os bueiros e bocas-de-lobo. Os novos leitos carroçáveis, para servir à circulação de veículos pesados, valeram-se do paralelepípedo, do concreto e do asfalto. Impuseram uma outra secção transversal típica para as vias públicas, que não as tornassem verdadeiros rios quando chovesse, nem risco constante de choque entre transportes mais numerosos e velozes. A sarjeta atual discrimina, pois, automóveis e pedestres, tanto pelo perfil, como pelo revestimento dos pisos respectivos.

Os passeios ou as calçadas — como dizemos hoje — difundiram materiais que suportam esforços menores e que se tornaram uma tradição. Cimentados, cerâmicas, pedras são úteis e empregados nas mais diversas variações. A liberdade maior no revestimento dos passeios, não só das ruas como das praças e dos jardins, permitiu soluções mais elaboradas, que se tornaram características. Ilustra bem o repetido emprego do chamado mosaico português entre nós. Essas composições de pedrinhas brancas, pretas, ocres ou rosas pavimentam e decoram tradicionalmente o Rocio em Lisboa segundo um desenho ondeante que, adotado ao longo da avenida Atlântica em Copacabana[17], tornou-se um símbolo do Rio de Janeiro.

> **"o banco do óleo verde,**
> **o homem que lê jornal,"**
>
> **Guilherme de Almeida**
> Praça, **1961**

Nas praças e nos jardins públicos há um mobiliário que responde ao momento de descanso ou de convívio. São os bancos e os brinquedos para crianças, ao lado de elementos fixos como os sinais variados e os postes de iluminação, os pergolados, os quiosques e os coretos. Todos têm um fim utilitário notório que merece a carinhosa atenção do projetista, por serem guarnições que atendem a conquistas preciosas da vida na cidade. São dignos, por isso — o que vem sendo ignorado — do melhor desenho, do melhor aspecto. Juntamente com o calçamento, representam os principais acessórios dos logradouros e — deve ser enfaticamente lembrado! — as suas primeiras e imprescindíveis obras de arte, os seus primeiros adornos.

Anúncio de princípios do século. Fonte: Álbum Gráfico do Estado de Mato Grosso.

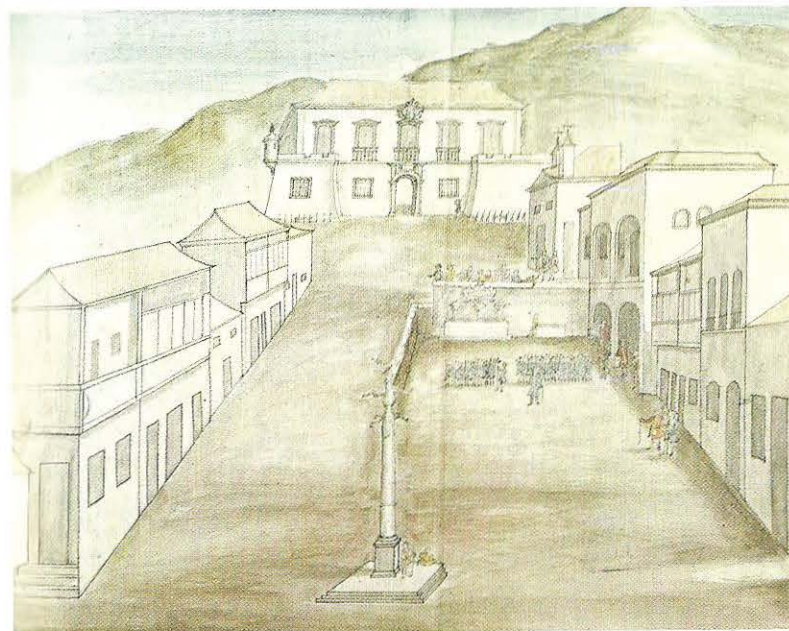
Nas vias públicas, travessas, ruas e avenidas, os móveis necessários à vida mais fácil dos transeuntes também estão presentes. As bancas de jornal, os suportes de cartazes, as cabines telefônicas, as placas de orientação, as sinalizações de trânsito e as luminárias, os mictórios públicos. Criteriosamente concebidos, executados e localizados, são exigência duma vida urbana mais intensa, especialmente, nos aglomerados mais densos. Estimulam os ricos contatos humanos que se estabelecem entre cidadãos; consubstanciam as aspirações cobradas e alcançadas de cada cidade. Constituem o rol das coisas úteis como as tem uma casa, porém com a característica de estarem fora e ao dispor de todos.

Esta série de equipamentos urbanos, públicos ou comuns é maior quanto mais intensa for a vida citadina. Atende a suas solicitações menos ou mais sofisticadas; chama a atenção quando comparece generosamente nas praças e nos jardins; passa despercebida, pela corriqueira função, quando nas ruas. Entre nós, tais componentes e complementos dos logradouros têm uma história curta, um passado recente. Contam uma evolução tímida no seio de povoados pequenos, entre poucos cidadãos livres e uns tantos escravos, diante do descaso coletivo e à custa de minguados recursos municipais. É, de fato, nos fins do século passado apenas que os postes e as luminárias proliferam[18] e, ainda assim, nos logradouros principais das maiores aglomerações.

"O sítio que se eleger para a fundação da dita vila seja o mais saudável, e em que haja a boa água para beber..."

João V de Portugal
Foral de Vila Bela, **1746**

Das utilidades comunitárias, as que oferecem a água trazida de fora, captada em alguma nascente, algum rio ou açude, se fizeram imprescindíveis. Quando nossas vilas cresceram, se adensaram e enriqueceram, o abastecimento de água surgiu como problema. As soluções, então, despontaram singelas e graciosas. Bicas, bebedouros, fontes e chafarizes culminaram as extensas e dispendiosas canalizações e jorraram água potável. Substituíram os jarros, que nos ombros dos escravos vinham da mina próxima para os lares[19]; antecederam a rede de fornecimento do líquido a domicílio, que o promete em cada torneira. A distribuição pública de água marcou, como representa atualmente, uma etapa importante do progresso das nossas cidades.

As bicas que atendiam as povoações logo tiraram partido da sua serventia primordial e do brilho do seu fio de água. Compostas em

A atual praça Tiradentes, em Ouro Preto, no ciclo da mineração, vendo-se o paço dos governadores. Compare-se com a figura 18 para uma idéia de conjunto. Repare-se o chão não calçado, a bica e o pelourinho não mais existentes e a ausência do monumento a Tiradentes, de fins do século passado.

conjuntos escultóricos e arquitetônicos, deram vida a fontes e a chafarizes que se tornaram referências principais[20] para habitantes e visitantes das localidades mais bem cuidadas. Nos fundos da grande propriedade dos frades franciscanos de João Pessoa, a Fonte de Santo Antônio atende à freguesia e exalta a arte da Paraíba pelo rigor do seu risco admirável. Também setecentista, o Chafariz da Boa Morte engrandece um austero espaço cívico em Goiás, junto ao que foi a sede da municipalidade da antiga Vila Boa e velha capital, através da sua ondulação singela e graciosa.

Com maiores recursos disponíveis, com maior sofisticação técnica e, finalmente, com o advento das tubulações que levam água a domicílio, as fontes e os chafarizes vão se restringindo a adorno constante, diurno e noturno, de nosso ambiente urbano. Sua função de abastecer, perdida e esquecida, é satisfeita de forma muito mais confortável e higiênica pelas artérias subterrâneas ou embutidas que

Convento de Nossa Senhora das Neves em Olinda, primeiro claustro franciscano no Brasil.

são os canos de água. Não se precisa mais ir buscar a água, não é necessário mais dar de beber às bestas do transporte de outrora. Abrem-se as torneiras em casa; reivindica-se o direito ainda restrito à rede de abastecimento; frui-se o espetáculo dos repuxos luminosos, cujo papel decorativo é a única razão da sua permanência.

> **"Pelo que acabo de ler, a commissão da imprensa tomou a si fazer da inauguração da estátua de Alencar uma festa solemne."**
>
> **Machado de Assis**
> carta a um amigo, **27/4/1897**

Objetos decorativos são, igualmente, as hermas, os bustos, as estátuas e as alegorias que comemoram vultos e acontecimentos notáveis para a comunidade. O tipo de homenagem prestada, o material empregado, o lugar escolhido e o artista convocado condicionam o monumento e têm a ver com o espaço que vai contê-lo. Influem, portanto, no logradouro que pode tirar proveito plástico da

comemoração. A obra de arte em si pode constituir um novo elemento de interesse e de carinho público. Passa a ser um componente da paisagem que as transformações urbanas pragmáticas e descuidadas, tão freqüentes em nossos dias, devem avaliar e respeitar seja como adorno, seja como reflexo da cultura comum.

Todas essas composições escultóricas, senão arquitetônicas, reverenciam alguém ou algum fato muito especial para as instituições sociais. Têm, por isso, função destacada, como já tiveram os oratórios e os cruzeiros do catolicismo. As hermas, os bustos e as estátuas celebram os vultos notáveis da vida comum no espaço de todos. As alegorias revivem as ações marcantes, os passos coletivos, as lendas significativas. São relativamente pobres nossas ruas, praças e jardins quanto a esses monumentos[21], menos por não terem o que comemorar do que pela falta de zelo no trato do cenário urbano. Só em 1783, de fato, é que se funde a primeira estátua de bronze no país, obra de Mestre Valentim para o Passeio Público do Rio de Janeiro.

Despido da função e do significado, sobrevivente em Alcântara no Maranhão, redescoberto na mineira Mariana, objeto de museu paulista o de Itanhaém, marco fundamental nas concentrações brasileiras que alcançavam a categoria de vila ou de cidade, o pelourinho deixa um registro farto, orgulhoso e sombrio em nossos escritos e imagens do passado. Perpetua-se, todavia, na denominação de muitos logradouros bastante conhecidos. Símbolo da autoridade constituída, palco dos castigos determinados pela justiça[21], prova da autonomia municipal. Essa tosca e fincada tora ou pedra finamente lavrada não deixava dúvida quanto a seu significado e batizou um sem-número de largos e praças no Brasil, como de resto em todo o mundo ibérico.

16 OS MUROS

Instalações especiais reúnem os que se isolam ou são dos demais isolados. Reclusos para sempre ou temporariamente são membros da comunidade que merecem respeito, vigilância, cuidado ou reverência. Opostas àquelas que dão acesso ao mundo externo e à vida da cidade, essas instalações cerram suas dependências e seus dependentes. Tiveram todas, entre nós, importância considerável em momentos diferentes. Foram encomendadas por severas instituições e distinguidas por destacados e esmerados edifícios.

Marginalizados, por opção ou por compulsão, têm seu lugar pró-

prio. Os frades entram para a vida regular no convento. Os criminosos são retirados da vida socialmente irregular para a cadeia. Os monges tiveram papel marcante na colonização do país, através da evangelização e da educação. Nas povoações que procuraram ou que geraram está o vestígio dos seus mosteiros. Os presos eram recolhidos sob as salas de trabalho das autoridades locais. O exercício do governo e da justiça tinha neles tarefa árdua e símbolo principal.

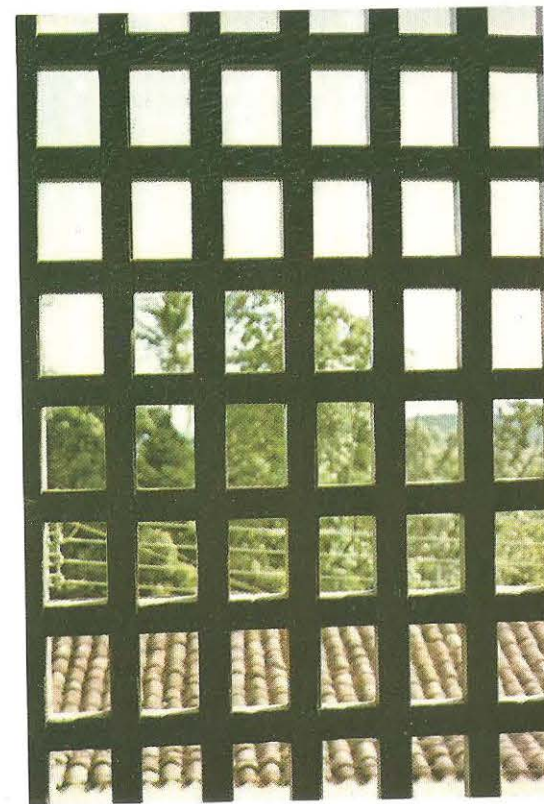
Alienados do cotidiano, pelas doenças ou pela morte, exigem o abrigo necessário a seu tratamento ou veneração. Por um certo tempo ou todo o sempre, os afastados do nosso convívio impõem o apoio financeiro dos concidadãos, o atendimento especializado e o estabelecimento dos abrigos e das cercas que os separam. A religião teve papel dominante, quase exclusivo, na sua assistência, até recentemente. Doentes e feridos eram acolhidos por irmandades. Mortos eram sepultados nas sedes das mesmas.

"Quem tão árido eivou a mente insana
Em claustro que os alentos assassina,"

Álvares de Azevedo
Poema do Frade, **1862**

Os conventos são complexos arquitetônicos que agrupam três partes distintas: a igreja, as dependências variadas dos professos e o claustro. A igreja atende às preces obrigatórias da irmandade e recebe o público fiel. As dependências monacais são exclusivas e atendem ao programa cotidiano estabelecido; contam, geralmente, entre outros cômodos com a sala capitular ou de reuniões, a portaria, o dormitório comum, ou as celas individuais, o refeitório, a cozinha e seus anexos, oficinas e biblioteca. O claustro é o centro do conjunto, um pátio ao redor do qual tudo se distribui, resolvendo a circulação geral e convidando à introspecção. Simboliza a própria vida regular ocidental, calcada na regra de São Bento e adaptada pelos diferentes movimentos religiosos[23] que se lhe seguiram através dos séculos.

Quatro ordens regulares se destacaram no período colonial do Brasil. E legaram, além da sua influência notável, construções urbanas insuperáveis quanto à situação, ao porte e ao requinte. São pela antiguidade dos seus serviços permanentes em nossas terras, a Companhia de Jesus, os carmelitas, os beneditinos e a Ordem dos Frades Menores[24]. A simples menção desses nomes nos traz à lembrança suas inúmeras marcas impressas na paisagem das nossas cidades e algumas das mais preciosas como o seminário da Graça em Olinda, o convento do Carmo em Salvador, o mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro e o convento de Santo Antônio na Paraíba. Outras ordens, entre as quais, a dos capuchinhos, a dos lazaristas e a dos dominicanos tiveram papel importante nos últimos dois séculos, porém não a mesma presença urbanística.

Além dessas, há que considerar as ordens femininas de que são mais tradicionais no Brasil as das clarissas e concepcionistas e a das teresinas. Sendo poucas, desenharam menos o nosso perfil urbano; no entanto, basta considerar a cidade do Salvador para reconhecer a imponência e a arte dos conventos do Desterro, da Lapa e de Santa Tereza. Como as masculinas, as clausuras femininas dispunham de grandes propriedades cercadas e da mesma ordenação arquitetônica em torno do claustro. Ao contrário daquelas, contudo, seus templos têm os coros das freiras e noviças protegidos por grandes treliças, bem como, as portas para o povo situadas, em geral e como

Numa enxovia da Casa de Câmara e Cadeia de Goiás Velho. A vida lá fora, as instituições em cima.

manda o costume europeu, na lateral da igreja. Esta é a solução no convento da Luz paulistano e a resposta conseqüente ao voto de recolhimento.

> **"Um Juiz com bigodes, sem ouvidos,**
> **Três presos de piolhos carcomidos,"**
>
> **Gregório de Matos**
> Descrição da Cidade de Sergipe d'El-Rei, **antes de 1696**

Os reclusos pela justiça se acomodavam no térreo das casas de Câmara e Cadeia, das sedes do governo local portanto, cujas autoridades diversas se instalavam no sobrado[25]. Neste andar nobre se reunia o Senado da Câmara e trabalhavam os funcionários municipais. Legislavam, administravam e faziam aí a justiça. Nas enxovias, pois, era natural cumprir as penas impostas. Se o sobrado e seus distinguidos ocupantes mereciam um tratamento arquitetônico especial, o térreo por óbvias razões de segurança o impunha[26]. Realmente, é fácil compreender a impropriedade das paredes de pau-a-pique, de taipa-de-pilão ou de alvenaria pouco espessa para uma prisão. Torna-se lógico, então, o cuidado construtivo que, logo se pôde pretender, mereceram as sedes das municipalidades.

São bons exemplos a curiosa Casa de Câmara e Cadeia da irregular São Francisco do Conde no Recôncavo baiano e a sua congênere singela da mais bem riscada São Sebastião no litoral paulista. Esta se situa numa das extremidades da antiga trama viária também marcadamente linear e constitui como a mais tardia de Santos — centro tradicional compacto e não muito distante — outro ponto de atração e novo logradouro importante. Ao contrário e novamente no Recôncavo, a magnífica Casa de Câmara e Cadeia de Santo Amaro confronta a igreja matriz local, compondo um espaço público de rara nobreza entre nós, preponderante e central. Opõe-se dessa forma às demais, todas em indefinidos contornos citadinos.

Uma rua exclusiva! O passadiço oitocentista da rua da Glória em Diamantina.

Mudaram as instituições, separaram-se os poderes do estado, complicou-se o sistema penal. As antigas casas de Câmara e Cadeia perderam parte de suas funções para outros prédios das administrações municipais e o cumprimento da justiça passou a outras esferas de governo[27]. Surgiram, conseqüentemente, as penitenciárias contemporâneas, concebidas exclusivamente para presos e seus tutores imediatos. Muito mais que as questões de segurança de outrora, despontaram outras, aflitivas, que dizem respeito ao atendimento de muita gente, à política carcerária, aos tipos diferentes de penalidades e de punidos.

> **"... assim esta Casa da Misericórdia (por isso não acaso, senão com grande providência levantada e colocada no coração da Baía) não só..."**
>
> **Antonio Vieira**
> Sermão da Visitação, **1683**

Os hospitais, os asilos e os manicômios são construções atualmente de porte e de tipo variado, conforme a sua finalidade e para atender à profunda especialização da medicina. São todos fechados, total ou parcialmente, para isolar doentes e acidentados, protegendo-os, e a população, dum contato prejudicial ou dum contágio perigoso. Isolam, em termos, também os corpos clínicos e cirúrgicos, facilitando o trabalho em equipe e o trato dos pacientes. Hoje ligadas a instituições oficiais e privadas, mormente as universitárias, as casas de saúde brasileiras descendem dum apreciável esforço assistencial do Segundo Império, de que herdamos hospícios monumentais, duns quantos hospitais militares há bem mais tempo e, basicamente, das inúmeras e peculiares Santas Casas de Misericórdia.

Criação genuína portuguesa do século XV, as irmandades da Misericórdia se difundiram pelo reino e depois por todo império ultramarino lusitano com grande rapidez e para uma impressionante folha de serviços. Baseadas em organizações medievais européias semelhantes, calcadas nos estatutos da lisboeta[28] e cientes da assistên-

cia prestada e das pesquisas desenvolvidas na Índia pela de Goa[29], as Santas Casas se multiplicaram pelas terras da América portuguesa. A primeira foi a santista, criada logo na quarta década dos quinhentos. Seguiram-se logo outras tantas nos núcleos coloniais maiores. Perfilam-se todas, e as posteriores, diante da venerável história da soteropolitana. Constituem irmandades leigas, reúnem representantes da elite local e atuam no âmbito municipal.

A Santa Casa da Bahia e a carioca ostentam sedes admiráveis pela idade, pela grandiosidade e pela locação urbana privilegiada, além dos novos edifícios e locais de atendimento em que se desdobraram. A de Santos — sabe-se lá como se instalou originalmente! — teve uma sede vetusta demolida há alguns anos para dar lugar à boca do túnel que leva a seu grande hospital moderno. A paulistana outrora, duma a outra construção adaptada, não deixou de ter a sua capela que deu nome a um largo central; na segunda metade do século passado, conseguiu terreno apropriado e ergueu o grande conjunto exótico em tijolo aparente, testemunha dum outro tempo mas da mesma tradição, que se prolonga agora em nova e arrojada casa de concreto armado.

> **"E pela paz derradeira que enfim vai nos redimir**
> **Deus lhe pague"**
>
> **Francisco Buarque de Holanda**
> Construção, **1971**

Os mortos descansam também na cidade, onde determinam os vivos. Descansam juntos sob a guarda severa das instituições sociais. Por muito tempo, foram enterrados e repousaram no chão das igrejas brasileiras. O templo da sua irmandade, a sede da sua freguesia, paróquia ou diocese era a sepultura lógica[30] senão desejada. Nas naves das nossas igrejas antigas, a sucessão das tábuas ou das lages com inscrições revela o porquê do desenho do piso e a sua função abandonada. No século XIX, por questões de higiene, normas públicas alteraram aos poucos esse hábito[31]. Apareceram, então, cemitérios anexos às igrejas das irmandades, ora singelos como o da Ordem Terceira do Carmo em Sabará, ora grandiosos como o da irmandade de Nossa Senhora do Pilar em Salvador.

Porém, são os cemitérios públicos, sobretudo, que vão substituir o costume condenado e acrescentar à paisagem urbana essas grandes áreas dos campos santos, já com o perfil de infinitas lápides e alegorias, já com a silhueta de frondosos arboretos. Cercados, localizaram-se geralmente fora do perímetro urbano, que os alcançou e ultrapassou com o crescimento de muitas aglomerações. Nas maiores, especialmente nas regiões metropolitanas, são hoje grandes superfícies engolfadas na agitação da vida moderna. Glebas extensas que convidam ao exercício da imaginação criadora e ao plantio dos parques que satisfaçam as aspirações justas da comunidade. Reconsideradas devolverão o respeito devido aos mortos e o recreio necessário aos vivos.

Os cemitérios a céu aberto, fora do núcleo urbano, existiram também nos tempos coloniais. À margem, como aquele que deu origem à capela dos Aflitos em São Paulo, eram o último abrigo de diferentes categorias de marginalizados: não-católicos, os criminosos, vítimas de doenças contagiosas e os escravos. Muitos outros aflitos, entretanto, estimularam e partilham as nossas povoações, de todos os tamanhos e graus de prosperidade. Ocupam os seus setores decadentes, os interstícios diversos, os morros, os alagadiços, as suas orlas infectas. São os cortiços, as favelas, os mucambos, os alagados... Clamam pela maior compreensão da nossa evolução urbana, buscam acesso à cidade no Brasil e impõem a sua justa reconsideração.

Um cemitério, Manaus e o rio Negro.

Notas

I ASPECTOS GERAIS

1 Cidade, na acepção corrente do termo como será empregado até o fim do presente trabalho; tal emprego busca uma linguagem mais simples enquanto procura não ignorar os diversos tipos de povoação, as características da vila e as prerrogativas especiais da cidade; ver a respeito: AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil colonial.* p. 5-11; *Brasil, a terra e o homem.* p. 254.
2 *Ibid.*
3 TOYNBEE, Arnold. *Ciudades en marcha.* p. 223.
4 "Os itinerantes portugueses, subindo o Rio Mar e seus afluentes, respeitavam os nomes das localidades indígenas que perlustraram, nomes esses que mais tarde, em 1758, por ordem de Mendonça Furtado, foram substituídos por outros, de cidades e vilas de Portugal. A intenção era lusitanizar a região. Mas, em muitos casos, a tradição reagiu e venceu." BITTENCOURT, Agnello. *Navegação do Amazonas & portos da Amazônia.* p. 41.
5 Mariana acabou perdendo a prerrogativa de capital para a então Vila Rica; Vila Bela, depois a decadente Mato Grosso, foi substituída por Cuiabá nos tempos da Independência.
6 ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial.* p. 213 e seg.
7 Salvador também foi precedida por um assentamento próximo, cujo nome, vila Velha, era o mesmo da atual Espírito Santo, junto a Vitória. "...a presença da clássica vila velha ao lado de certos centros urbanos de origem colonial é persistente testemunho dessa atitude tateante e perdulária." HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *O ladrilhador e o semeador.* p. 76.
8 "Ao enunciar a palavra *Pernambuco*, tem-se a visão dos recifes emergindo das águas, quebrando o mar (*Paraná*, mar; *poc* ou *puc*, arrebentado, quebrado)." SALGADO, Plínio. *Como nasceram as cidades do Brasil.* p. 63. *Pernambuco* parece ter designado inicialmente, por outro lado, canal junto a ilha de Itamaracá. CASTRO, Josué de. *A cidade do Recife: ensaio de geografia urbana.* p. 98.
9 AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira.* v. 1, p. 118.
10 DEFFONTAINES, Pierre. *Como se constituiu no Brasil a rede de cidades.* p. 12-3.
11 Um novo tipo de estabelecimento surge com o imperialismo e, com "... a separação da América, a penetração do interior da África e a transformação do Ocidente africano em zonas de atividade agrícola, pecuária e mineira intensas, modificando-se a situação antiga..." SILVEIRA, Luís. *Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do ultramar.*
12 Um outro tipo de estabelecimento lá se impôs desde o início e "... se inspirava na cidade ideal do Renascimento..." CHICÓ, Mário Tavares. *A cidade ideal do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia.*
13 Felipe II promulgou as Leyes Generales de los Reynos de Índias em 1573; Carlos V, no entanto, já codificara normas para a fundação de cidades em 1523; instruções reais fizeram sugestões a respeito em 1513; e, logo em 1496, o rei Fernando lamentara, em carta ao governador de Santo Domingo, não ser possível então "mandar instruções precisas..." para tal.
14 TORRES BALBAS et alii. *Resumen historico del urbanismo em España.* p. 115.
15 AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil colonial.* p. 67.
16 As cidades do estado de São Paulo ilustram bem esse fato: as setecentistas, no litoral como no planalto; as oitocentistas, ou mesmo as deste século; sobre as últimas em meados dos novecentos, ver o clássico estudo de MONBEIG, Pierre. *Planteurs et pionniers de São Paulo.* p. 313-7.

17 VASCONCELLOS, Sílvio. *Formação urbana do Arraial do Tijuco.*
18 AZEVEDO, Aroldo de. *Brasil: a terra e o homem.* Cap. V, p. 231.
19 HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, p. 75-6.
20 AZEVEDO, Fernando de. *Op. cit.*, v. 2, p. 9-11.
21 Três casos particularmente significativos: o antigo paço dos vice-reis junto ao convento carmelitano carioca; o paço e a assembléia provincial dominados pelo cenóbio franciscano, na ex-capital sergipana; a casa de câmara e cadeia confrontada por duas igrejas em Mariana.
22 BASTIDE, Roger. *Brésil, terre des contrastes.* p. 19.
23 HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *O ladrilhador e o semeador.* p. 75.
24 AZEVEDO, Aroldo de. *Arraiais e corrutelas.* p. 3-7.
25 MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográphica do Brasil colonial.*
26 SEPP, Anton, pater. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos.*
27 "Assim, as novas povoações viriam superpor-se à rede urbana já existente, e que de há muito não era revitalizada. Ou constituiriam novas ramificações nessa mesma rede, enquadradas, na forma do possível, nas intenções geopolíticas do Morgado de Mateus." BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775).* p. 187.
28 MONBEIG, Pierre. *Planteurs et pionniers de São Paulo.*
29 *Ibid*, p. 314.
30 Embora desde 1744 não mais residissem os governadores da capitania na Vila do Carmo, no ano seguinte esta é elevada a cidade, recebe o nome da rainha, ganha um bispo e um risco urbanístico inédito pela regularidade.
31 DEFFONTAINES, Pierre. *Op. cit.*, p. 32.
32 AZEVEDO, Fernando de. *Op. cit.*, v. 1, p. 137; VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del-Rei.*

II VAZIOS

1 Uma vida doméstica predominantemente introvertida é exaustivamente exposta e defendida, por Gilberto de Melo Freyre, em *Sobrados e Mucambos;* Lúcio Costa, entretanto em seu trabalho *Documentação Necessária*, frisa a extroversão progressiva dos alçados também, se de forma mais contida, para a rua. A comparar o correr de fachadas — paredes das ruas — entre nós e nos centros mais antigos das repúblicas vizinhas: quase sempre nestas, parece maior a severidade e introspecção.
2 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil.* p. 149.
3 "Os descobridores portugueses eram homens do Renascimento, mas como urbanistas pertenciam ainda à Idade Média". SMITH, Robert. *A arquitetura civil do período colonial.* p. 28.
4 MONBEIG, Pierre. *Planteurs et pionniers de São Paulo.* p. 316.
5 Ver o item 2 do memorial do plano piloto para Brasília. COSTA, Lúcio. *Sobre arquitetura.* p. 265.
6 Iniciada a sua construção em 1893 e inaugurada quatro anos depois, a capital mineira nasceu, praticamente, com o automóvel e bem pouco antes da sua introdução no país.
7 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. cit.*, p. 143-4.
8 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil.* p. 22-4.
9 SMITH, Robert. *A arquitetura civil do período colonial.* p. 27-125.
10 "... desde o século XVII, o Brasil já é o país das igrejas e dos conventos..." AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira.* v. 2, p. 21 e seg.
11 SMITH, Robert — *Colonial towns of Spanish and Portuguese America.* p. 9.

12 MACEDO, Francisco Riopardense de. *Rio Pardo, a arquitetura fala da história;* SANTOS, Noronha. *Fontes e chafarizes do Rio de Janeiro.*
13 MACEDO, Francisco Riopardense de. *Op. cit.;* BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo.*
14 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil.* p. 133.
15 Machado de Assis, em Quincas Borba, faz — com a recomendação de Noronha Santos — a crônica desta praça, atualmente muito afetada por elevado, passarela e um grande arranha-céu, erguido em pleno claustro do antigo convento carmelitano.
16 BRUNO, Ernani Silva. *Op. cit.*, 300-8.
17 DEFFONTAINES, Pierre. *Como se formou no Brasil a rede de cidades.* p. 9.
18 FREYRE, Gilberto de Melo. *Sobrados e mucambos.* v. 1, p. 201-2.
19 *Ibid.*, p. 201-4.
20 Ver sobre as mesmas as opiniões contrárias dum inglês e dum francês contemporâneos: MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil;* e, SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.*
21 "... fiz um passeio a pé com minha mulher a Soledade, e ao jardim — a maravilha e orgulho da Bahia..." (ver também aquarela de Julius Nacher, feita 72 anos depois desta descrição, em 1879) FERREZ, Gilberto. *As cidades do Salvador e Rio de Janeiro no século XVIII.* p. 69.
22 BAERLE, Gaspar van. *História dos feitos...* p. 149-51.
23 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil.* p. 44 e seg.
24 COSTA, Lúcio. *Op. cit.*, p. 272, item 14.
25 O Passeio Público de Lisboa foi começado em 1764, como parte da reconstrução da capital do reino; o jardim carioca foi entregue em 1783.
26 Os vales do Anhangabaú e do Tamanduateí foram tratados paisagisticamente na segunda década do século; cederam paulatinamente lugar ao asfalto, o primeiro a partir dos anos 30, o segundo pelos anos 50.
27 BASTIDE, Roger. *Brésil, terre des contrastes.* p. 175-8.
28 Este reflorestamento interessa, sobremaneira, pelo cunho pioneiro e pela seleção criteriosa das espécies utilizadas; seu objetivo era garantir o abastecimento de água através das bicas em vários bairros cariocas; no gabinete do Marquês de Paraná, em 1854, tiveram início as diferentes providências, como desapropriação de terras e proibição do corte de árvores remanescentes; em poucos anos, alguns milhares de árvores já estavam plantadas.
29 A praia foi recuada para o alargamento da avenida Atlântica no Rio; as dunas são atingidas por Fortaleza em expansão; as montanhas de ferro da capital mineira vão sendo desmanchadas; como nas faldas do Jaraguá, pouco resta da vegetação de maior porte em torno de São Paulo.
30 LAVEDAN, Pierre. *Histoire de l'urbanisme. Epoque contemporaine.*
31 Dos logradouros citados, os de Ouro Preto e São Paulo já ostentam a devida nudez, o de Salvador ligeira arborização, o olindense a sua incongruência, dispondo o portoalegrense uma escala mais compatível com o verde.
32 SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana.* p. 115-7.
33 Valendo-se do desmonte do morro do Castelo, a avenida Beira-Mar se justapôs, em 1922, ao Passeio Público e acolheu, no início dos anos 60, o parque do Flamengo a seu lado. O edifício da Associação Comercial, dos primeiros oitocentos, está hoje a umas tantas quadras do mar.
34 Ver capítulo 14, notas 13 e 14.
35 Sobre os marginalizados, que desde a Colônia ocuparam esses locais, tradicionalmente as baixadas insalubres e mais recentemente os morros íngremes, ver: FREYRE, Gilberto de Melo. *Op. cit.*, p. 234.

36 ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil.* p. 29.
37 SANTOS, Milton. *Op. cit.*, p. 56-7.

III CONSTRUÇÕES

1 HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *O ladrilhador e o semeador.* p. 62.
2 *Ibid., p. 19-20.*
3 ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil.* Cap. I, p. 21.
4 FERREZ, Gilberto. *As cidades do Salvador e Rio de Janeiro no século XVIII;* BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo.*
5 Antes, no Rio de Janeiro, o Senado Federal se achava instalado em antigo pavilhão da Exposição de 1922, que depois da mudança da capital serviu ao Estado Maior das Forças Armadas e foi demolido na década de 70. A Câmara dos Deputados, por sua vez, estava sediada em outro edifício, o Palácio Tiradentes, ainda de pé e com função equivalente.
6 Serviram à Presidência da República os palácios do Itamarati, da Guanabara, do Catete e das Laranjeiras na antiga capital federal. Utilizados em momentos e de maneiras diferentes, foram concebidos como residências de distintos potentados.
7 O costume de disporem os governos de duas sedes, uma central e representativa, outra afastada e mais residencial; costume recente, porém que encontramos em Minas, Bahia e outros estados.
8 Casas onde se cobrava o imposto sobre as extrações das minas.
9 Para estarem mais perto do acesso das mercadorias e por uma questão de disponibilidade de espaço; entre outros, o mercado de Diamantina, significativamente no Largo da Cavalhada Nova, é exceção.
10 FREYRE, Gilberto de Melo. *Sobrados e mucambos.* Cap. II: O engenho e a praça; a casa e a rua, p. 30. BASTIDE, Roger. *Op. cit.*, p. 50.
11 AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira.* v. 3, p. 115 e seg.
12 CASTRO, Josué de. *A cidade do Recife: ensaio de geografia urbana.* p. 106-12; SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador: estudo de geografia urbana.* p. 35-7; FERREZ, Gilberto. *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto.* p. 3 e seg.
13 ARGAN, Giulio Carlo. *The Renaissance city.*
14 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Catálogo de iconografia das vilas e cidades do Brasil colonial. 1500-1720.*
15 FERREZ, Gilberto. *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto.*
16 BRUNO, Ernani Silva. *Op. cit.*, v. 1, p. 182-3; BAHIA. *Inventário de proteção do acervo cultural.* v. 1, p. 267.
17 FREYRE, Gilberto de Melo. *Op. cit.*, v. 1, p. 43-4.
18 MONBEIG, Pierre. *Planteurs et pionniers.* p. 342.
19 Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias e Nossa Senhora do Pilar.
20 MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco mineiro.* p. 110-12.
21 BANDEIRA, Manuel. *Guide d'Ouro Preto.* p. 100-2.
22 "V) Os católicos romanos realizarão as cerimônias de sua religião no recinto das igrejas e não fora, pelas ruas e estradas." Enumeração de restrições impostas aos papistas. BAERLE, Gaspar van. *História dos feitos...* p. 326.
23 BAYON, Damian. *Les baroques en Amérique du Sud: le Nord-Est brésilien face au domaine hispanique.*
24 De fato, além das quatro grandes ordens que aqui se instalaram no século XVI e de umas poucas chegadas no século seguinte, quase todas as outras não o fizeram senão nos oitocentos.
25 Ver capítulo 16, notas 28 e 29.

26 Estrutura rara e semelhante houve também no largo do Paço carioca, ligando a residência real ao convento do Carmo; outro é o caso do Arco do Teles, que aí ainda dá acesso a um beco.
27 FREYRE, Gilberto de Melo. *Op. cit.*, Cap. VII: O brasileiro e o europeu. p. 308.
28 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil.* p. 48-50.
29 Aquelas que, despontando sobretudo na Alemanha e na França dos anos 20, foram magistralmente sintetizadas e expostas por Le Corbusier em seu projeto para uma Ville Radieuse.
30 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil.* p. 157.
31 *Ibid.*, p. 157-61.
32 Loja, sobreloja e residência do pequeno comerciante voltam-se para a W-3 e, nos fundos, para a via de serviço já mencionada no memorial do plano piloto.
33 FLEXOR, Maria Helena. *Oficiais mecânicos na cidade do Salvador.* p. 15.
34 Ainda no Império, despontaram em Juiz de Fora os primeiros avanços materiais em que se destacou Mariano Procópio Ferreira Lage; aquele núcleo foi pioneiro da indústria têxtil e da produção de energia elétrica.
35 O censo de 1886, dois anos antes da Abolição e ainda longe do auge das levas de imigrantes, acusa no município de São Paulo 25,7% de europeus; por outro lado, em 1895, o estado de São Paulo recebe cinco vezes mais imigrantes do que todos os outros em conjunto.
36 FLEXOR, Maria Helena. *Op. cit.*

IV ALGUNS ASPECTOS

1 LEMOS, Carlos A.C. *Arquitetura brasileira.* p. 40-2.
2 MONBEIG, Pierre. *Planteurs e pionniers de São Paulo.* p. 339 e seg.
3 *Ibid.*, p. 316.
4 DEFFONTAINES, Pierre. *Como se constituiu no Brasil a rede de cidades.* p. 13-5.
5 *Ibid.*, p. 34.
6 O pequeno vale na retaguarda do centro de Salvador foi represado precipuamente com objetivos defensivos no seiscentismo; a serra paulistana foi e é manancial relativamente protegido; o maciço da Tijuca teve sua cobertura vegetal sabiamente recomposta em meados do século passado.
7 Mauá criou, em 1851, empresa para a iluminação a gás do Rio; o serviço, inaugurado em 1854, atendia a pequeno perímetro central.
8 A primeira usina hidroelétrica do Brasil começou a funcionar na cachoeira de Carandaí, em Juiz de Fora, em 1889. Seguiu-se, entre outras, a de Corumbataí em Rio Claro.
9 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil.* p. 156.
10 FREYRE, Gilberto de Melo. *Sobrados e mucambos.* v. 1, p. 195.
11 FERREZ, Gilberto. *As cidades do Salvador e Rio de Janeiro no século XVIII.* p. 26-7, 50-1 e 72-5.
12 CASTRO, Josué de. *A cidade do Recife: ensaio de geografia urbana.* Cap. IV: A Fundação da cidade, p. 81.
13 A vala, que deu nome por mais de dois séculos à atual rua Uruguaiana, foi primeiro aberta no século XVII, porém mereceu maiores cuidados depois das incursões francesas do início do século seguinte, incluída então no sistema defensivo do Rio e sendo regularizada e revestida na segunda metade dos setecentos. O canal do Mangue teve sua abertura ensaiada nos anos 30 dos oitocentos e é devido, anos depois, à ação de Mauá; foi estendido até o mar no início deste século, como parte das grandes transformações da antiga capital da República.

14 CALMON, Pedro. *História do Brasil.* v. 7, p. 2346.
15 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. cit.* p. 137 e seg.
16 LAVEDAN, Pierre. *Histoire de l'urbanisme. Époque contemporaine.*
17 ZUCKER, Paul. *Town and square* p. 232.
18 De fato e como já vimos, as ruas centrais cariocas se iluminam em 1854. São Paulo inaugura, no Largo da Sé e no Pátio do Colégio, a iluminação a gás em 1872. Algumas centenas de lampiões são acesos em Campinas em 1875. São João del Rei, a exemplo de Niterói, passa a contar com a luz de querosene em 1886. Já Campos, em 1883, e Porto Alegre, em 1887 vêem o brilho das lâmpadas elétricas.
19 Rechaçando projeto de chafariz apresentado pelo governador Gomes Freire de Andrada, o Conselho Ultramarino afirma ser o mesmo "... de obra muito mais miúda do que convém para uso de negros que brevemente a destruirão". SANTOS, Noronha. *Fontes e chafarizes do Rio de Janeiro.* p. 16.
20 "... não lhe parece necessário que o Chafariz da Junta seja de repuxo nem da mesma fábrica, que o da praça do Carmo, bastando para ornato da cidade que haja este mais suntuoso, e que no da Junta se atenda à comodidade das agoadas, e das lavadeiras". SANTOS, Noronha. *Ibid.*, p. 15.
21 Serve de exemplo também São Paulo, cujo primeiro monumento público, ainda de pé, é a Pirâmide do Piques que, reverenciando a memória duma junta de governo, foi erguida em 1814.
22 ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil.* p. 31-2.
23 A partir de São Bento, o regime monacal do ocidente e a arquitetura conventual correspondente aprimoram o protótipo descrito, ao longo da Idade Média; entre outras, as ordens mendicantes lhe impõem pequenas alterações. É o caso dos franciscanos e carmelitanos, que nos interessam de perto; mais ainda, é o caso desse movimento religioso renascentista, que constituiu a Companhia de Jesus, com um agressivo projeto de propagação da fé e um correlato programa arquitetônico para suas residências, colégios e seminários, que não ignoraram aquele protótipo tradicional, adaptando-o.
24 Os jesuítas iniciam suas atividades permanentes em 1549; os carmelitas, em 1580, constituindo o primeiro convento em 1583; os beneditinos, em 1581, recebendo o primeiro abade em 1584; finalmente, os capuchos, em 1585, lembrando terem sido os primeiros na assistência da terra, já acompanhando a frota de Álvares Cabral.
25 Sobre esta regra geral, bem como sobre suas exceções, ver o exaustivo inventário constante de: BARRETO, Paulo Thedin. Casas de câmara e cadeia.
26 *Ibid.*
27 Com a criação das intendências e depois das prefeituras, no fim do Império e cocomeço da República, as câmaras perdem, gradualmente mas em pouco tempo, suas atribuições executivas. As suas prerrogativas judiciárias, também, passam a outras esferas de governo, hoje a estadual e a federal.
28 Dona Leonor de Lencastre, irmã de Dom Manuel, firma em 15 de agosto de 1498 o Compromisso da Misericórdia de Lisboa, que atentava para os doentes, os abandonados, os ex-condenados, os mortos, etc. Imediatamente após, se difundem as Casas de Misericórdia pelas cidades de Portugal e, em seguida, pelos estabelecimentos de ultramar. Já, em 1314, no entanto, o testamento da rainha Santa Isabel menciona uma Santa Misericórdia de Rocamador, demonstrando culminar essa instituição uma tradição medieval.
29 Fundada no século XVI por Afonso de Albuquerque, a Santa Casa de Goa destacou-se pelo porte e pela experimentação; entre outras, seguiram-se as de Luanda e Macau no século seguinte.
30 BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo.* p. 373.
31 *Ibid.*, p. 756 e seg.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de. *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.* Rio de Janeiro, Briguiet, 1960. 311 p. (Publ. da Sociedade Capistrano de Abreu, v. 3)
______ *Capítulos de história colonial: 1500-1800.* 4ª ed. Rio de Janeiro, Briguiet, 1954. 386 p. (Publ. da Sociedade Capistrano de Abreu, v. 3).
ALENCAR, José de. *O Garatuja: alfarrábios.* 2ª ed. São Paulo, Melhoramentos, s. d.
ANDRADE, Francisco de Paula Dias de. *Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras.* São Paulo, s. c. p., 1966. 376 p.
ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* São Paulo, Melhoramentos, 1923.
ARGAN, Giulio Carlo. *El concepto del espacio arquitectonico desde el barroco a nuestros dias.* Trad. de Liliana Rainis. Buenos Aires, Nueva Visión, 1966. 191 p.
______ *The Renaissance city.* London, Studio Vista, s. d. 128 p. (Planning and cities).
AZEVEDO, Aroldo de. *Aldeias e aldeamentos de índios.* Separata do Boletim Paulista de Geografia (33): 23-40, out. 1959.
______ *Arraiais e corrutelas.* Separata do Boletim Paulista de Geografia (27): 3-26, out. 1957.
______ *Brasil: a terra e o homem,* por um grupo de geógrafos sob a direção de Aroldo de Azevedo. São Paulo, Editora Nacional, 1970. v. 1.
______ *Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva.* São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1956. 96 p. (Boletim da FFCL — Geografia, 11).
AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira.* 3ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 1958. 3 v.
______ *Um trem corre para o oeste.* São Paulo, Martins, 1950. 222 p.
BACON, Edmund. *Design of cities.* London, Thames, 1974. 336 p.
BAERLE, Gaspar van. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, conde de Nassau.* Trad. e notas de Cláudio Brandão. 2ª ed. Rio de Janeiro, MEC, 1940. 424 p.
BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio. Coordenação de Fomento ao Turismo. *Inventário de proteção do acervo cultural: monumentos do município do Salvador, Bahia.* Salvador, Coordenação de Fomento ao Turismo, 1975. v. 1.
______ *Inventário de proteção do acervo cultural: monumentos e sítios do Recôncavo, Bahia.* Salvador, Coordenação de Fomento ao Turismo, 1978. v. 2.
BANDEIRA, Manuel. *Guide d'Ouro Preto.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.
BARRETO, Paulo Thedim. Casas de câmara e cadeia. *Revista do IPHAN,* Rio de Janeiro (11): 9-125, 1947.
______ O Piauí e sua arquitetura. *Revista do IPHAN,* Rio de Janeiro (2): 187-223, 1938.
BASTIDE, Roger. *Brésil, terre des contrastes.* Paris, Hachette, c 1957. 343 p.
BAYON, Damian. *Les baroques en Amérique du Sud: le Nord-Est brésilien face du domaine hispanique.* Paris, UNESCO, 1971. (Cahiers d'histoire mondiale, v. 17, n. 1).
______ Un problema de filiación arquitectonica: la catedral de Puno. *Boletin FAU UNV,* Caracas (10) 1968.

BAZIN, Germain. *L'architecture réligieuse baroque au Brésil.* Paris, Plon, 1956. 2 v.
BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo* (1765-1775). São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. (Textos e documentos, v. 36).
BITTENCOURT, Agnello. *Navegação do Amazonas & portos da Amazônia.* Rio de Janeiro, SPVEA, 1959. (Coleção Araújo Lima).
BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo.* São Paulo, José Olympio, 1954. 3 v.
BUSCHIAZZO, Mario J. *Historia de la arquitectura colonial en Iberoamerica.* Buenos Aires, Emecé, 1961. 169 p.
CALMON, Pedro. *História do Brasil.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1959. 7 v.
CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação histórica do Brasil.* 3ª ed. Rio de Janeiro, Editora Nacional, 1938. 447 p.
CARDOZO, Joaquim. *Obras completas.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. 209 p.
________ Observações em torno da história da cidade do Recife no período holandês. *Revista do IPHAN,* Rio de Janeiro (4): 383-406, 1940.
CASTRO, Josué de. *A cidade do Recife. ensaio de geografia urbana.* Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1954.
CHICÓ, Mário Tavares. *A cidade ideal do Renascimento e as cidades portuguesas da Índia.* S. l. p., s.c.p., s.d. (microfilme).
COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do IPHAN,* Rio de Janeiro (5): 9-104, 1941.
________ *Sobre arquitetura.* Porto Alegre, Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962. 359 p.
DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. *Boletim Geográfico,* São Paulo FFCL (14): 141-8, 1944; (15): 229-308, 1944.
FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade no Brasil.* São Paulo, Editora Nacional, 1972. 579 p. (Biblioteca universitária — Ciências Sociais, v. 94).
FERREZ, Gilberto. *As cidades do Salvador e Rio de Janeiro no século XVIII.* Rio de Janeiro, IHGB, 1963. 93 p.
________ *O Rio de Janeiro e a defesa do seu porto.* Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972. 2 v.
FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Oficiais mecânicos na cidade do Salvador.* Salvador, Prefeitura, 1974. 90 p.
FRANÇA, José Augusto. *Lisboa pombalina e o iluminismo.* Lisboa, Horizonte, 1965. 238 p.
FREYRE, Gilberto de Melo. *Sobrados e mucambos.* 4ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968. 2 v.
GASPARINI, Graziano. *Formación de ciudades coloniales en Venezuela. Boletim FAU UNV,* Caracas (10) 1968.
GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira.* Rio de Janeiro, CEPE 1963. 462 p. (O Brasil urbano, v. 1).
GIURIA, Juan. *La arquitectura en el Paraguay.* Buenos Aires, FAU UBA, 1950. 137 p.
GONZAGA, Tomaz Antônio. *Obras completas.* São Paulo, Editora Nacional, 1942.
HÉNARD, Eugène. *La costruzione della metropoli.* Padova, Marsilio Editori, 1972.
HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1957. 334 p. (Documentos brasileiros, v. 89).
________ *O semeador e o ladrilhador.* Em seu: *Raízes do Brasil.* 6ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971. cap. 4, p. 61-100. (Coleção Documentos brasileiros, v. 1).
________ *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.* Rio de Janeiro, José Olymio, 1959. 356 p. (Brasiliana, v. 333)
HUDNUT, Joseph & ROSENAU, Helen. *Utopia y realidad en la ciudad del Renacimento.* Trad. de Marlen de Vries. Buenos Aires, Ediciones 3, 1962. (Cuadernos del taller, v. 13)

KLOPFER, Paul. *Das deutsche Bauern — und Bürgerhaus.* Leipzig, Kröner Verlag, 1915.
KORN, Arthur. *La historia construye la ciudad.* Trad. de Norberto A. Chiesa. Buenos Aires, Eudeba, 1963. 234 p. (Temas de Eudeba — Arquitectura e urbanismo)
KUBLER, George. *Mexican architecture of the sixteenth century.* New Haven, Yale University Press, 1949. 2 v.
LAVEDAN, Pierre. *Histoire de l'urbanisme.* Paris, Laurens, 1926 — 52. 3 v.
LEITE, Serafim Soares. *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Rio de Janeiro, INL, 1938-50. 10 v.
LEMOS, Carlos A. C. *Arquitetura brasileira.* São Paulo, Melhoramentos, 1979. 158 p. (Arte e cultura)
________ *Cosinhas etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista.* São Paulo, Perspectiva, 1976. 226 p. (Debates — Arquitetura, v. 94)
MACEDO, Francisco Rio Pardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento.* Porto Alegre, Sulina, 1968. 138 p. (Coleção Meridional)
________ *Rio Pardo, a arquitetura fala da história.* Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1972. 135 p.
MACHADO, Lourival Gomes. Viagem a Ouro Preto. Em seu: *Barroco mineiro.* São Paulo, Perspectiva, 1969. p. 101-46. (Debates-Arte, v. 11)
MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. 221 p.
MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil colonial.* 2ª ed. aumentada. São Paulo, Editora Nacional, 1935. 406 p. (Brasiliana, série 5, v. 45)
MARKMAN, Sidney. Pueblos de españoles y pueblos de indios en el reino de Guatemala. *Boletin FAU UNV,* Caracas (12) 1971.
MATOS, Gregório de. *Obras.* Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1930-33. 5 v.
MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil.* Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944.
MONBEIG, Pierre. *Pionniers et planteurs de São Paulo.* Paris, Colin, 1952. 376 p.
MORAES, Rubens Borba de. Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII. *Revista de Geografia,* Instituto de Geografia da USP (1): 69-85.
MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970. 447 p.
MUMFORD, Lewis. *The city in history: its origin, its transformation and its prospects.* London, Secker and Warburg, c 1961. 657 p.
OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial.* Ilust. de Percy Laus. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961. 344 p. (Coleção Documentos brasileiros, v. 110)
PLANOS de ciudades iberoamericanas y filipinas existentes en el Archivo de India. Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1951. 2 v.
PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira.* São Paulo, Brasiliense, 1944. 189 p.
PRADO JÚNIOR, Caio da Silva. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal,* São Paulo (19): 223-37, jan. 1936.
________ *Formação do Brasil contemporâneo: colônia.* 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1953. 389 p. (Coleção Grandes estudos brasileiros, v. 1)
QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas.* São Paulo, Duas Cidades, 1973.
RASMUSSEN, Steen Eilen. *Towns and buildings described in drawings and words.* Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1951. 203 p.
REIS, Arthur César Ferreira. O palácio velho de Belém. *Revista do IPHAN,* Rio de Janeiro (10): 305-12, 1946.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Catálogo de iconografia das vilas e cidades do Brasil colonial 1500-1720.* São Paulo, FAUUSP, 1964. 215 p. (Publicação n. 14)
_______ *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500-1720.* São Paulo, EDUSP, 1968. 235 p. (Biblioteca Pioneira de arte, arquitetura e urbanismo, v. 1)
_______ *Quadro da arquitetura no Brasil.* São Paulo, Perspectiva, 1970. 214 p. (Debates — Arquitetura, v. 18)
ROWER, Basílio, frei. *História da província franciscana da Imaculada Conceição do Brasil através da atuação de seus provinciais de 1677 a 1901.* Petrópolis, Vozes, 1951. 308 p.
SAALMANN, Howard. *Hausmann: Paris transformed.* New York, Braziller, 1971. 128 p.
_______ *Medieval cities.* London, Studio Vista, s. d. 127 p. (Planning and cities)
SAARINEN, Eliel. *The city: its growth, its decay, its future.* New York, Reinhold, c 1943. 380 p.
SAIA, Luís. *Morada paulista.* São Paulo, Perspectiva, 1972. 315 p. (Debates-Arquitetura, v. 73)
SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.* Trad. de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Itatiaia — EDUSP, 1975. 378 p. (Reconquista do Brasil, v. 4)
SALGADO, Plínio. *Como nasceram as cidades do Brasil.* São Paulo, Voz do Oeste, 1978. 166 p.
SALVADOR, Vicente do, frei. *História do Brasil: 1500-1627.* 4ª ed. São Paulo, Melhoramentos, s. d.
SANTOS, Francisco Agenor Noronha. Fontes e chafarizes do Rio de Janeiro. *Revista do IPHAN,* Rio de Janeiro (10): 7-133, 1946.
SANTOS, Milton. *O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana.* Salvador, Progresso, pref. 1959. 196 p.
SANTOS, Paulo Ferreira. *Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto.* Rio de Janeiro, Kosmos, 1951. 174 p.
SÃO PAULO. Comissão do IV Centenário — *São Paulo antigo: plantas.* Prefácio de Sérgio Milliet. São Paulo, Comissão do IV Centenário, 1954. 11 plantas.
SEPP, Anton, pater. *Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos.* São Paulo, Martins, 1951.
SILVA, Sérgio Milliet da Costa e. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil.* São Paulo, BIPA, 1946. 195 p.
SILVEIRA, Luís. *Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do ultramar.* Lisboa, Ministério do Ultramar, s. d. 4 v.
SITTE, Camillo. *The art of building cities.* New York, Reinhold, 1945. 127 p.
SMITH, Robert C. A arquitetura civil do período colonial. *Revista do IPHAN,* Rio de Janeiro (17): 27-125, 1969.
_______ Colonial towns of Spanish and Portuguese America. *Jrl. of the Society of Architectural Historians,* Philadelphia 14 (4): 3-12, Dec. 1955.
_______ Comments on the paper presented by Graziano Gasparini. *Boletin FAU UNV,* Caracas (12) 1971.
SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587.* São Paulo, Martins, s. d. 2 v.
SOUSA, Antônio Cândido de Mello e. *Os parceiros do Rio Bonito.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1964. 239 p.
SPIX, J. B. & MARTIUS, C.F.P. *Viagem pelo Brasil.* Trad. de Lúcia Furquim Lahmeyer e notas de Basílio de Magalhães. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938. 4 v.
TELLES, C.A. da Silva. *Vassouras: estudo da construção residencial urbana. Revista do IPHAN,* Rio de Janeiro (16): 19-135, 1967.

TIKHOMIROV, M. *The towns of ancient Rus.* Translated from the 2nd. Russian edition by Y. Sdobnikov. Moscow, Foreign Languages Publishing House, 1959. 502 p.
TORRES BALBAS et alii. *Resumen historico del urbanismo en España.* Madrid, Uguina, 1954. 227 p.
TOYNBEE, Arnold. *Ciudades en marcha.* Trad. de Mary Williams. Madrid, Alianza, c 1963. 295 p. (El libro del bolsillo — Sección Humanidades, v. 469)
TYRWHITT, Jacqueline. *Il cuore della città: per una vita più umana della communità.* A cura de E. N. Rogers, J. L. Sert e J. Tyrwhitt. Milano, Hoepli, 1954. 183 p.
VASCONCELLOS, Salomão de. Como nasceu Sabará. *Revista do IPHAN,* Rio de Janeiro (9): 291-330, 1945.
_______ Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto. *Revista do IPHAN,* Rio de Janeiro (5): 241-57, 1941.
VASCONCELLOS, Sylvio de. Formação urbana do Arraial do Tijuco. *Revista do IPHAN,* Rio de Janeiro (14): 121-34, 1959.
_______ *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências.* Rio de Janeiro, INL, 1956. 318 p. (Biblioteca de divulgação cultural, v. 6)
VAUTHIER, L. L. Casas de residência no Brasil: cartas de Vauthier. Introdução de Gilberto Freyre. *Revista do IPHAN,* Rio de Janeiro (7): 99-208, 1943.
VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del-Rei.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1942. 204 p.
ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil: 1532-1700.* São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1948. 172 p.
ZUCKER, Paul. *Town and square: from the agora to the village green.* New York, Columbia University Press, 1959. 287 p.

FONTE DAS ILUSTRAÇÕES

Pág. 30 — Biblioteca FAU-USP
Pág. 37 — Sua Boa Estrela, Mercedes Benz
Pág. 105 — Sua Boa Estrela, Mercedes Benz
Pág. 116 — Sua Boa Estrela, Mercedes Benz
Pág. 132 — The Image Bank do Brasil
Pág. 134 — The Image Bank do Brasil
Pág. 136 — The Image Bank do Brasil

CIDADE BRASILEIRA

Com esta obra totalmente documentada por fotografias e ilustrações a cores, você fará um passeio histórico pela cidade brasileira, desde as primeiras feitorias até as grandes metrópoles de hoje.
A cidade, como um todo, é obra das pessoas que nela viveram ou vivem e, portanto, é muito grande e complexa. Observar seus aspectos gerais, os espaços vazios, as áreas construídas, sua conformação peculiar, é conhecer melhor nossas povoações. Atentar para sua situação geográfica, para sua correlação com as demais, enfim, para os fatores do meio urbano e social, é acompanhar a evolução urbana do país.

Cód. 7-02-02-013